

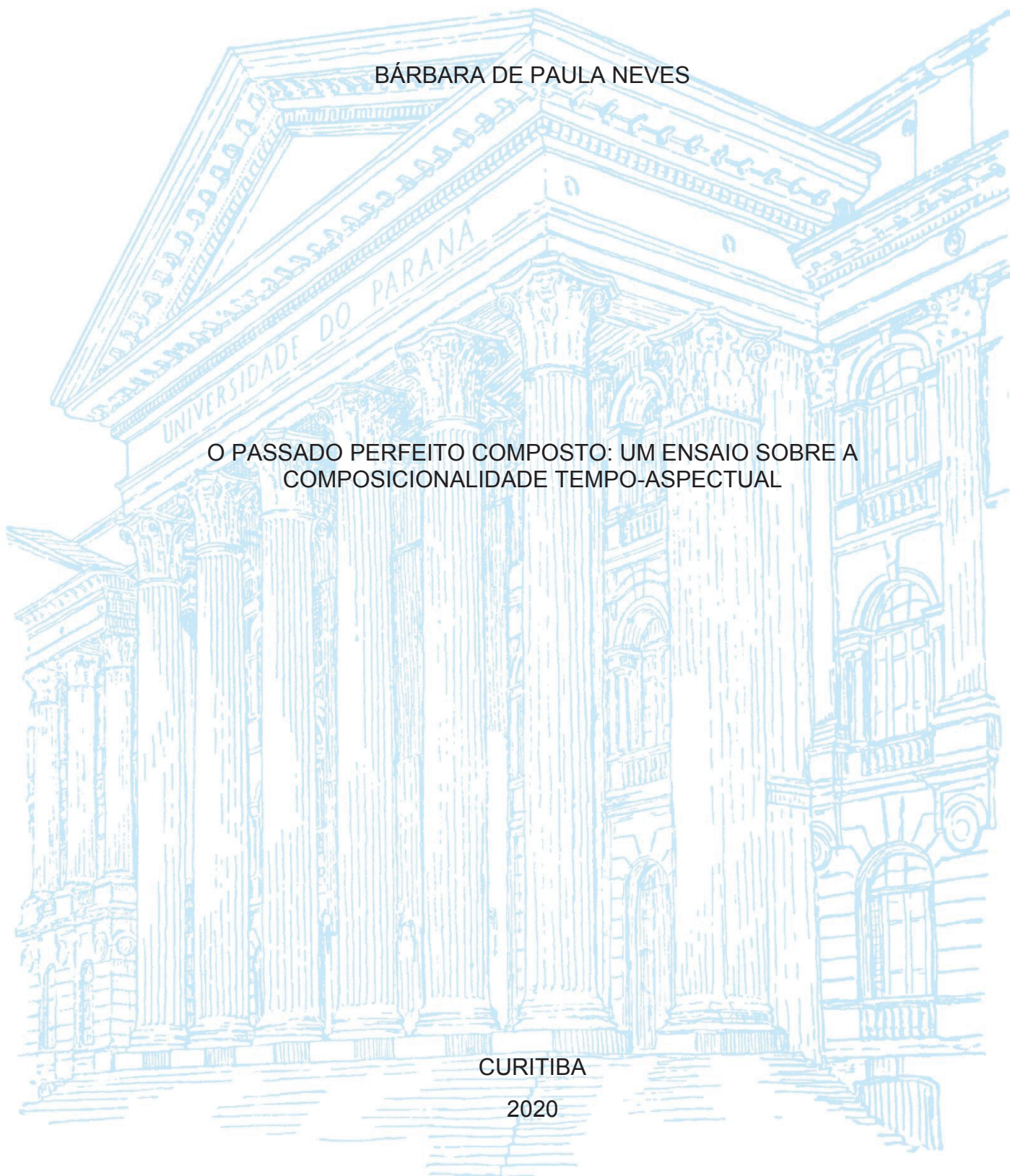
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BÁRBARA DE PAULA NEVES

O PASSADO PERFEITO COMPOSTO: UM ENSAIO SOBRE A
COMPOSICIONALIDADE TEMPO-ASPECTUAL

CURITIBA

2020



BÁRBARA DE PAULA NEVES

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Wachowicz

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Neves, Bárbara de Paula

O passado perfeito composto : um ensaio sobre a composicionalidade
tempo- aspectual. / Bárbara de Paula Neves. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Wachowicz

1. Língua portuguesa – Tempo verbal. 2. Português - Verbo. 3. Semântica.
I. Wachowicz, Teresa Cristina, 1966-. II. Título.

CDD – 469.5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **BÁRBARA DE PAULA NEVES** intitulada: **O PASSADO PERFEITO COMPOSTO: UM ENSAIO SOBRE A COMPOSICIONALIDADE TEMPO-ASPECTUAL**, sob orientação da Profa. Dra. TERESA CRISTINA WACHOWICZ, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 21 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica

30/08/2020 09:41:38.0

TERESA CRISTINA WACHOWICZ

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/08/2020 11:14:01.0

VALDILENA RAMME

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

31/08/2020 10:25:27.0

LUISANDRO MENDES DE SOUZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua

General Carneiro, 460, 10º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5102 - E-mail: ppglet@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal [Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015](#).

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 51080

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 51080

Dedico esta dissertação aos meus progenitores, que contribuíram com seu todo para que eu realizasse essa tarefa, e que me mostram sempre que viver é melhor que sonhar.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Gisele, pela contribuição emocional e muitas vezes estrutural que me proporcionou durante meu período de estudos.

Ao meu pai, Ademir, por toda a sabedoria revelada e todo mistério compreendido entre nós.

Ao meu irmão, Victor, pela empatia e sensibilidade que me confortaram nos períodos mais difíceis da minha escrita.

A Luísa e Verônica, por serem meus anjos da guarda. Ao Henrique, pela generosidade sem fim. A Jeff, Thais, Rodrigo, Nicolas, Jéssica, Sarah, Ana, Carmina e Antônio, e por toda torcida e apoio. Enfim, pela nossa amizade.

À minha querida orientadora, Teresa Cristina Wachowicz, por me encorajar durante todo o processo e acreditar nesse projeto, muitas vezes me proporcionando a luz no fim do túnel.

Às minhas colegas Denise e Thayse, pelas dicas que me deram e todas as dúvidas que sanaram.

Às professoras que contribuíram para a minha formação e escrita, em especial a Maria Cristina Figueiredo Silva e Valdilena Rammé.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

RESUMO

Esta dissertação é uma investigação da idiossincrasia apresentada pelo Passado Perfeito Composto (PPC) no PB, que apresenta interpretações majoritariamente iterativas, ou durativas em certas ocasiões, a partir de uma análise sob um quadro teórico que visa unificar as origens das interpretações dos perfeitos intra e translinguisticamente. Sobre os tempos perfeitos, são tempos compostos da estrutura de verbo auxiliar, no PB o *ter*, e a adição de um verbo participio passado. As interpretações possíveis dos passados compostos têm sido dadas a partir das leituras do *Present Perfect*: Resultativas, Passado Recente, Experienciais e de Situação Persistente (COMRIE, 1976), em que as primeiras podem ser compiladas numa mesma categoria de aspecto perfectivo, enquanto a última exhibe aspecto imperfectivo. No entanto, o PB não tem nenhum tipo de interpretação perfectiva, realiza situações obrigatoriamente iterativas com eventualidades dinâmicas, e pode exhibir ambiguidade com predicados estativos. O objetivo mais geral desta dissertação é fazer um exercício de aplicação teórica de um modelo construcional que seja internamente coerente, e encontrar uma explicação para essa diferença do perfeito do português. Esse exercício é feito a partir da Semântica Citacional de Ramchand (2018), que tem uma formulação construcional estruturada dos tempos perfeitos, e a partir da qual foi alimentada a contribuição do português para a descrição linguística como um todo. Os objetivos específicos são (a) investigar a ambiguidade dos predicados estativos *stage level*; (b) investigar a restrição com predicados *individual level*; (c) investigar a interação adverbial com o PPC; e (d) sistematizar coerentemente, numa teoria composicional, a iteratividade do PPC. A hipótese defendida nesta dissertação é que o *ter* é um momento de referência sob o qual as eventualidades podem existir, e que a iteratividade vem da combinação da interpretação habitual do PPC com o traço dinâmico dos eventos. A partir de uma semântica que tem como base filosófica a concepção de eventos, se conclui que as ambiguidades geradas pelas eventualidades vêm de uma relação polissêmica entre predicados estativos e a situação de referência dada pelo tempo perfeito, que as restrições com certos predicados se dão pela incompatibilidade de seu conteúdo conceitual com a estrutura toda formada, que adverbiais temporais podem localizar apenas a situação de referência, e não a eventualidade, e é feita uma formalização construcional para a iteratividade do PPC.

Palavras-chave: Passado Perfeito Composto. Tempos Perfeitos. Semântica. Semântica Citacional. Semântica Quantificacional.

ABSTRACT

This thesis is an investigation of the idiosyncrasy presented by the *Passado Perfeito Composto* (PPC) in Brazilian Portuguese, which gives rise to majoritarily iterative readings, or durative in certain occasions. This is done through analysis under a theoretical approach that aims to unify the origins of the perfect readings intra and cross-linguistically. The perfect tense structures are composed of an auxiliary verb, in Portuguese, the verb *ter*, and the perfect participle. The possible readings have been given under the interpretations of the English Present Perfect: Resultative, Recent Past, Experiential and Persistent Situation (COMRIE, 1976), in which the first three can be unified to a same category of perfective reading, while the last one shows imperfective aspect. However, Portuguese does not have any kind of perfective reading, gives rise to mandatorily iterative readings with dynamic eventualities, as well as can exhibit ambiguity with stative predicates. The general objective of this dissertation is to exercise the theoretical applications of a constructional model that is internally coherent, and find an explanation for the difference in the Portuguese Perfect. This exercise is done through Ramchand's (2018) Quotational Semantics, which has a structured constructional approach to the perfect tenses, and from which a contribution of Portuguese to general linguistic description was given. The specific goals are to (a) investigate the ambiguity of stage level stative predicates; (b) investigate the restriction shown with individual-level predicates; (c) investigate the interaction between adverbs and the PPC; and (d) systematize in a coherent way and in a compositional approach the PPC's iterativity. The hypothesis argued for in this thesis is that *ter* is a moment of reference under which eventualities may exist, and that iterativity comes from the combination of the habitual interpretation of the PPC with the dynamic feature of events. Under a semantic analysis that is based on a philosophical conceptualization of events, the conclusion arrived to is that the ambiguities generated from eventualities come from a polysemic relation between stative predicates and the reference situation given by the perfect, that the restrictions that rise from certain predicates happen because of incompatibility from their conceptual content and the general structure that is formed, that temporal adverbials may locate only the reference situation, and not the eventuality, and a proper formalization is made from the constructional approach for the PPC's iterativity.

Keywords: *Passado Perfeito Composto*. Perfect Tenses. Semantics. Quotational Semantics. Quantificational Semantics.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO TEMPORAL DO PRESENT PERFECT	27
FIGURA 2 – AS LEITURAS UNIVERSAIS	33
FIGURA 3 – AS LEITURAS EXISTENCIAIS	33
FIGURA 4 – A ÁRVORE SINTÁTICA DO PTS	34
FIGURA 5 – A ÁRVORE SINTÁTICA DOS AUXILIARES DO INGLÊS	48
FIGURA 6 – AS ZONAS SEMÂNTICAS DAS SENTENÇAS	51
FIGURA 7 – ÁRVORE EXPANDIDA DA ESTRUTURA SUBEVENTAL CAUSATIVA.....	57
FIGURA 8 – O PROGRESSIVO E O VERBO CÓPULA NA ÁRVORE SINTÁTICA..	66
FIGURA 9 – A DECOMPOSIÇÃO EVENTUAL NA PRIMEIRA FASE	69
FIGURA 10 – A LEXICALIZAÇÃO DO PARTICÍPIO EVENTIVO.....	72
FIGURA 11 – ÁRVORE DE UM ACUSATIVO SIMPLES	74
FIGURA 12 – OS ESCOPOS DA PARTÍCULA PARTICIPIAL	75
FIGURA 13 – O ESCOPO DA PARTÍCULA PARTICIPIAL PERFEITA	80
FIGURA 14 – FORMAÇÃO SINTÁTICA DO PERFEITO	82
FIGURA 15 – A PRIMEIRA FASE DO PRESENT PERFECT PROGRESSIVE.....	87
FIGURA 16 – REPRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA E SEGUNDA FASES DO PRESENT PERFECT PROGRESSIVE.....	88
FIGURA 17 – PRIMEIRA FASE DO PPC	92
FIGURA 18 – PRIMEIRA E SEGUNDA FASES DO PPC	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – JULGAMENTOS DOS FALANTES DE NATAL SOBRE AS SENTENÇAS DURATIVAS	22
TABELA 2 – O “ESQUEMA” DE VENDLER (1967)	25
TABELA 3 – O PPC E OS TEMPOS IMPERFECTIVOS.....	43
TABELA 4 – ESPECIFICAÇÃO ESTRUTURAL DOS VERBOS NO INGLÊS.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ASPECTOS DESCRITIVOS DO PASSADO PERFEITO COMPOSTO	16
1.1 O PPC: TEMPO, ASPECTO E ACIONALIDADE.	23
1.1.1 A teoria Neo-reichenbachiana de Klein	26
1.1.2 A teoria de Pós-estado de Moens e Steedman.....	29
1.1.3 A teoria X-Now (ou Perfect Time Span)	32
1.2 NOTAS SOBRE AS TERMINOLOGIAS DOS PERFEITOS.....	39
1.2.1 A duratividade vs. a iteratividade	39
1.2.2 O paradigma Imperfectividade/Perfectividade.....	42
1.2.3 A interpretação Universal vs. Existencial	44
1.3 O QUE PAVIMENTA NOSSO CAMINHO	45
2 A SEMÂNTICA CITACIONAL (QUANTIFICACIONAL)	47
2.1 A PARTÍCULA PROGRESSIVA.....	58
2.2 A PARTÍCULA PARTICIPIAL.....	66
3 O PPC NA SEMÂNTICA CITACIONAL DE RAMCHAND	85
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

Os tempos perfeitos têm colocado vários desafios descritivos à linguística atual, tanto quando se trata de uma descrição formal, quanto de variação, gramaticalização e aquisição. São tempos verbais que compõem aspecto e tempo mutuamente, além de serem sensíveis a pistas lexicais e contextuais do discurso, o que torna complexo o trabalho de decompor as informações que carregam e de descrever suas restrições e suas causas. Translinguisticamente, vemos um leque de possibilidades nas suas leituras, mesmo dentro de famílias linguísticas muito próximas e com um passado relativamente recente de contato, como é o caso do português e o galego, o catalão, o espanhol, entre outros.

O Passado Perfeito Composto¹, o tempo perfeito do português, tanto na sua variedade brasileira quanto na lusófona, aparece nesse contexto com algumas questões bem particulares: na família das línguas românicas, é o único a selecionar o verbo *ter* como seu auxiliar e, juntamente com o galego, o siciliano, e algumas variedades de espanhol latino-americano, é um dos poucos tempos perfeitos pertencente às famílias das línguas românicas e germânicas a ser documentado expressando iteratividade. Ainda, especificamente no caso do português, é uma das raras línguas a não expressar resultatividade, ou perfectividade, em nenhuma instância, de fato. A atual situação da descrição do PPC é que, apesar da sugestão da nomenclatura, ele tem sido analisado dentro das teorias de tempos perfeitos não por expressar perfectividade, mas por carregar a forma *ter* + participípio passado, semelhantemente às suas línguas aparentadas.²

Squartini (1998), remontando a uma tradição de tipologia das línguas românicas, denomina os tempos perfeitos de tempos compostos, pois são caracterizados por serem formados por um auxiliar – *haver, ter* ou *ser* –, no presente, e um verbo na forma participial passada. Aí, temos a motivação da nomenclatura atual: na história latina desse tempo verbal, os tempos compostos inicialmente expressavam perfectividade. Nesse sentido, o PPC é um tipo de tempo verbal composto, e carrega

¹ Doravante, PPC. Essa nomenclatura se refere apenas aos perfeitos com auxiliar no presente em português.

² Em geral, essa nomenclatura diz respeito ao perfeito com auxiliar no presente tanto do português europeu quanto do PB, e, até certa altura, as análises aqui presentes podem se estender também para o PE. No entanto, durante os capítulos de revisão e análise, não farei afirmações explícitas quanto a esta variante: exceto quando expressamente especificado, neste trabalho tratarei apenas da(s) variante(s) do PB.

em sua nomenclatura o resquício da sua história de perfectividade. No entanto, este não é mais um traço da sua composição.

Atualmente, o PPC expressa uma situação que se inicia no passado, mas não necessariamente se conclui até o momento de fala (ex.: “O Antonio **tem trabalhado** muito.”). O que o diferencia das demais línguas que exibem tempos perfeitos, no entanto, são as divergentes possibilidades de leitura e mapeamento aspecto-temporal: enquanto a maior parte das línguas constroem sentenças resultativas, perfectivas com a forma perfeita no presente (“John has arrived.” *O João chegou.*, para o inglês, “Juan ha comprado libros.” *João comprou livros*, para o espanhol, etc.), o passado composto do PB produz sentenças ou iterativas, habituais, ou durativas, ambas imperfectivas. Para além disso, há uma argumentação corrente sobre quais leituras aspecto-temporais estão realmente disponíveis, num possível caso de ambiguidade ou variação dialetal entre as leituras.

A tradição mais moderna de análise linguística dos tempos perfeitos segue as interpretações geradas pelo *Present Perfect*, do Inglês, aplicadas a uma variedade de línguas que possuem uma semelhante estrutura perfeita, mas que mapeiam semanticamente diferentes leituras. Esse caminho descritivo leva autores, inclusive, a denominações como “Perfeitos bem-comportados”, para aqueles que realizam os mesmos tipos de leituras, e “Perfeitos mau comportados”, para os que produzem leituras divergentes (LACA, 2010).

Por ora, deixando de lado a discussão sobre até que ponto essas comparações translinguísticas a partir de questões particulares das línguas têm feito generalizações realmente pertinentes à descrição temporal das línguas, o fato é que a tradição se formou para lidar com um tempo perfeito que pode expressar ambas uma interpretação perfectiva e uma durativa, imperfectiva:

- (i) a. Mary has lived in New York since 1996.
Mary mora em Nova York desde 1996.
- b. Mary has just arrived.
Mary chegou há pouco tempo.

Notamos, nos exemplos, que a situação de (i) a. faz referência a uma situação tal que não se faz nenhuma asserção sobre o seu fim, enquanto (i) b. é claramente perfectiva. Vale notar que o primeiro tipo de significado só emerge com predicados estativos (COMRIE, 1976). Assim, as teorias surgidas com o *Present Perfect* do inglês

têm servido para lidar com um tempo que expressa ambas perfectividade e imperfectividade. Este não parece ser o caso do português, que segundo a bibliografia descritiva atual, marca apenas situações imperfectivas (ILARI, 2001; CASTILHO, 2014; ILARI e BASSO 2020, para o PB, RAPOSO et al. para o PE, entre outros). No entanto, ainda temos que lidar com um tempo que possivelmente compõe tanto para o aspecto durativo quanto para o iterativo das sentenças:

- (ii) a. Maria tem estado feliz ultimamente. (durativo)
- b. Maria tem escrito poema nas férias. (iterativo)

No caso de (ii) a., que é feito a partir de um predicado estativo, semelhantemente ao caso do inglês, vemos uma interpretação durativa. É possível ainda que haja uma ambiguidade entre interpretações durativas e iterativas: é possível estarmos falando de várias instâncias em que vimos Maria feliz, ao invés de um evento de “estar feliz” que se distribui homoganeamente pelo tempo. Uma outra questão frequentemente ignorada pela literatura é como sistematizar o bloqueio dos predicados estativos do tipo *individual level*³ (*?Maria tem tido olhos verdes*) na conta do PPC. Em geral, a literatura não aponta qualquer tipo de restrição com relação ao *tipo* de predicado com o qual o PPC pode se combinar. No entanto, os predicados IL nos colocam um outro *puzzle*: como e por que os predicados que são classicamente estativos, homogêneos, que deveriam mais que tudo gerar sentenças durativas, são barrados pelo PPC?

Além de questões descritivas, nos deparamos com a necessidade de acertar questões de conceituação das descrições dadas aos tempos perfeitos. Um exemplo é o valor *universal/existencial* dado às sentenças perfeitas. No inglês, as leituras Universais, que são geradas por estados, têm uma relação de continência com o momento de referência (em *Mary has lived in NY since 1996*, o evento em que Mary mora em NY (*has lived in NY*) está contido no período indicado por *since 1996*, a referência temporal), enquanto as leituras existenciais, geradas por verbos eventivos, parecem apresentar uma relação de anterioridade com a referência (Em *Mary has left a cake for her father and left*, o ato de deixar o bolo (*has left a cake*) é anterior à referência indicada por sair (*and left*)). Autores como Laca (2010) e Squartini (1998) afirmam que o PPC expressa apenas o valor *universal*, e não o *existencial*. Por outro

³ A distinção *individual level* e *stage level* vem de Carlson (1977), e serve para classificar predicados de natureza permanente e de natureza temporária, respectivamente.

lado, Molsing (2010) descreve o PPC como realizando a interpretação *universal* com sentenças durativas, e *existencial* nas iterativas. Como afirmamos anteriormente, essa nomenclatura surgiu para lidar com o *Present Perfect*, que expressa um valor imperfectivo com as classes estativas (o que gera a interpretação *universal*) e perfectivo com eventivas (o que gera a interpretação *existencial*), e não nos parece adequado usar da mesma nomenclatura para falar de fenômenos gramaticais com leituras tão diferentes. Uma discussão mais aprofundada quanto ao uso dessa nomenclatura será feita adiante, no primeiro capítulo. Entretanto, isso nos revela um sintoma mais profundo da descrição linguística como um todo: a multiplicidade de terminologias e análises difusas aplicadas deliberadamente a certos fenômenos linguísticos dificultam um tratamento realmente unificado desses fenômenos linguísticos intra e translinguisticamente.

Além disso, acredito que seja necessário renovarmos algumas perguntas já um tanto estabelecidas sobre o PPC: o que as relações adverbiais com o PPC nos informam sobre a sua iteratividade e sobre a sua construção, em última instância? O que a ambiguidade dos predicados estativos pode nos dizer sobre a construção semântica e a informação temporal do PPC? Precisamos retomar a questão de “como sistematizar um tempo que pode expressar aspecto tanto iterativo quanto durativo?” de Ilari (2001) e Molsing (2010), e também refinar o que é *contribuição* lexical, cognitiva, de conhecimento de mundo e o que é *restrição* pragmática com o PPC.

Esta dissertação será, então, ambivalente: por um lado, pretendo fazer um exercício de aplicação teórica de um modelo construcional que acredito ser mais internamente coerente e, por outro lado, pretendo encontrar uma explicação para a aparente idiosincrasia do português com relação às suas contrapartes românicas e germânicas a partir desse modelo teórico. Esse exercício se dará através da Semântica Citacional⁴ de Ramchand (2018), onde encontramos uma formulação construcional estruturada dos tempos perfeitos, e a partir da qual podemos alimentar a contribuição do português para a descrição linguística como um todo.

Considerando esses dois objetivos gerais, o nosso primeiro capítulo será dedicado a uma descrição do PPC e à revisão das principais teorias desenvolvidas para lidar com os tempos perfeitos translinguisticamente nas últimas décadas. Vamos analisar o que é dito nessas literaturas sobre os pontos até aqui levantados, que

⁴ Tradução minha para *Quotational Semantics*.

podem ser resumidos às seguintes perguntas: (a) o que a ambiguidade dos predicados estativos *stage level* nos informam? e (b) o que a restrição com predicados *individual level* nos informam?; (c) o que a interação adverbial diz sobre o PPC? E nossa maior questão atualmente: (d) como podemos sistematizar, coerentemente, numa teoria composicional, a iteratividade do PPC?

Nosso segundo capítulo será uma revisão teórica do quadro da Semântica Citacional (Quantificacional), onde poderemos abordar uma perspectiva nova de análise temporal, semelhante a algumas linhas como a Nanossintaxe de Starke, mas com suas especificidades. Acreditamos que esta linha teórica pode resolver elegantemente algumas questões do PPC, bem como conceber uma descrição unificada desse e de outros tempos verbais que carregam semelhanças a ele, como construções progressivas (andar/ir/vir + gerúndio), bem como tempos imperfectivos do português.

A hipótese central que irei defender nesta dissertação sobre o PPC é que o perfeito se realiza em um domínio sintático mais alto do que os eventos que descreve, por isso não modifica internamente aos eventos, mas os localiza temporalmente. De um ponto de vista semântico, a iteratividade que observamos no PPC funciona semelhantemente aos progressivos, em que a repetição é uma consequência da interação entre a genericidade da descrição da eventualidade somada à sua dinamicidade, enquanto a duratividade é associada às expressões não-dinâmicas dos estados. Adicionalmente, o perfeito também cumpre uma função referencial de localização do evento: o início da descrição do evento ocorre sempre anteriormente ao momento da referência em que há ancoragem temporal. Do ponto de vista sintático, a iteratividade do perfeito do PB não provém de uma possível seleção mereológica do VP, já que encaixa o VP por inteiro. O efeito da sua iteratividade mandatória com eventivos, e durativa com estativos, apesar de semelhante ao das formações progressivas, é exercido mais acima no domínio sintático, num nível não de *formação conceitual* eventiva, mas de eventos já realizados temporalmente.

Esta hipótese, se bem arguida, nos coloca em posição de identificar, formalmente, o deslocamento entre o nível eventivo e o situacional. Ainda, possibilita fazer disso base para explicar, por exemplo, o fato de o PPC selecionar qualquer tipo de VP, mantendo uma explicação unificada para as diferentes leituras que emergem, bem como as restrições do PPC com adverbiais cardinais que se dissipam caso acomodadas em um contexto habitual.

O objetivo final desta dissertação é chegar a uma descrição que unifique as interpretações do PPC e esteja atualizada das leituras possíveis, levando em consideração dados e sistemas antes marginalizados por teorias anteriores, como os predicados *Individual Level* e de acontecimento único, bem como a polissemia e a ambiguidade. Ao fazer isso, espero contribuir para uma sistematização coerente dos sistemas perfeitos como um todo.

1 ASPECTOS DESCRITIVOS DO PASSADO PERFEITO COMPOSTO

Os tempos perfeitos são tempos verbais compostos de um verbo auxiliar e um particípio passado. No nosso caso, o auxiliar é o verbo *ter*, um verbo que na sua versão plena significa *posse*, e é um verbo estativo. Grande parte da literatura lida com verbos semelhantes, como o *haber* para variedades de espanhol, *have* para o inglês, *avoir* e *être*, para o francês, entre outros, todos estativos. Além disso, grande parte, senão todos, expressam ações resultativas, ou perfectividade. As leituras possíveis a seguir são retiradas de Comrie (1976), e têm sido utilizadas largamente nas descrições dos tempos perfeitos:

(1.1) a. Resultativa: John has arrived. (and is still here)

O João chegou. (e ainda está aqui)

b. Experiencial: Bill has been to America.

O Bill já foi pros Estados Unidos.

c. Passado recente: Bill has just arrived.

O Bill acabou de chegar.

d. Situação persistente: We've lived here for 10 years.

Nós moramos aqui há 10 anos.⁵

No exemplo (1.1) a., temos uma sentença *resultativa*. A interpretação dada por Comrie é a de que o estado de John é estar no lugar, como resultado de ter chegado. Entre ela e (1.1) b., de interpretação *experiencial*, a diferença crucial é a de que, em (1.1) b., não necessariamente Bill está nos Estados Unidos no momento de fala, mas que *já esteve*, em algum momento anterior e inespecificado em relação ao momento de fala. O exemplo em (1.1) c. compartilha semelhanças com (1.1) a., no sentido de que também expressa algum tipo de resultado, com a adição de se tratar de uma situação recente. A última leitura, (1.1) d., trata de uma situação que se iniciou no passado e perdura até o momento de fala, se diferenciando das demais por sua característica durativa. Como as três primeiras leituras, desde que removidos os advérbios, parecem na verdade ter interpretações muito parecidas, têm-se assumido duas leituras gerais, uma em que as três primeiras sejam chamadas *Existenciais* e outra em que a leitura durativa é chamada *Universal* (MCCAWLEY, 1971)⁶. Uma

⁵ As traduções e glosas para o português dos textos de autores estrangeiros nesta dissertação, exceto quando indicado o contrário, são da autora.

⁶ Quando estiver me referindo à divisão binária dos perfeitos dada por McCawley, usarei letras maiúsculas.

característica visível é que, enquanto as sentenças de interpretação Existencial tendem a selecionar predicados eventivos, a de interpretação Universal ocorre apenas com predicados estativos.⁷

Essas distinções, que ainda hoje permeiam toda a discussão sobre os tempos perfeitos compostos, me parecem relevantes para o português ao passo que, semelhantemente, o PB expressa valores aspectuais diferentes nas sentenças de acordo com a acionalidade do predicado: enquanto predicados eventivos produzem sentenças habituais ou iterativas⁸, como em (1.2) a., b. e c., predicados estativos produzem sentenças com interpretação durativa, como em (1.2) d.:

- (1.2) a. A Maria tem corrido. (*atividade*)
- b. O João tem lido o livro. (*accomplishment*)
- c. O Pedro tem chegado atrasado. (*achievement*)
- d. A Ana tem morado sozinha. (*estativo*)

Os exemplos acima, demonstrados a partir da classificação clássica de aspecto lexical em Vendler (1967), apresentam variações na organização temporal interna, a depender da situação. Os *accomplishments*, por exemplo, têm uma leitura de um evento composto da repetição de vários subeventos, isto é, iterativa. Os *achievements* dão a leitura de várias instâncias de um evento que se repetem ao longo do tempo, isto é, habitual. As atividades podem apresentar ambas leituras, a depender de seleção lexical/contextual (MOLSING, 2010), apesar da leitura mais saliente parecer ser a habitual. E, finalmente, o exemplo em (1.2) d., de acordo com alguns autores (ILARI, 2001; MOSING, 2010; AMARAL e HOWE, 2012; ILARI e BASSO, 2020) tem a interpretação de que Ana começou a morar sozinha em algum momento no passado e se encontra no mesmo estado no momento da fala, ou seja, uma interpretação durativa, ou Universal.

Aqui começa nossa primeira questão com relação à atual descrição do PPC, e diz respeito à existência ou não da interpretação durativa com o PPC. A intuição de certos falantes não permite uma interpretação não-iterativa das frases ou, como coloca Laca (2010), o intervalo relativo ao tópico do que se fala “não pode ser

⁷ Essa tem sido uma constatação frequente e relevante translinguisticamente, como apontado por Iatridou et al. (2003), Laca (2010), entre outros.

⁸ Comrie (1976) descreve “habitualidade” como um evento que se repete ao longo do tempo, e iteratividade como várias repetições numa mesma situação.

preenchido pelo traço temporal de um evento único”, como demonstrado nos seguintes exemplos:

- (1.3) a. Pedro tem dormido na varanda o inverno inteiro.
 b. #O urso tem dormido na sua caverna o inverno inteiro.
 (LACA, 2010. p.9) ⁹

De acordo com a autora, que se refere a uma variedade de PB da região de Natal, em (1.3) a. a situação contém a pragmática de dormir causando uma inferência iterativa dos eventos, o que faz com que essa sentença seja bem aceita. No caso de (1.3) b., em que a pragmática nos informa sobre a hibernação dos ursos e sua continuidade, ou duratividade, a situação parece barrar o uso do PPC. Isso significaria dizer que não há, realmente, a possibilidade de situações durativas com o PPC. Essa questão será retomada adiante.

Molsing (2010), em sua discussão sobre o PPC, traz à tona uma ambiguidade que emerge em sentenças do tipo *universal* no inglês, que apresentam tanto leituras resultativas quanto durativas e que, no caso do português, poderiam apresentar tanto uma leitura durativa quanto iterativa, melhor ilustradas da seguinte maneira:

- (1.4) a. A Ana tem morado sozinha desde 2017.
 b. A Ana tem morado em Curitiba no inverno.

A sentença (1.4) a. tem uma interpretação durativa, em que a situação se inicia no passado e se mantém por um determinado tempo, ininterruptamente, e inclui o momento de fala. A segunda sentença, de interpretação iterativa, não precisa, necessariamente, ser verdadeira no momento de fala – a frase poderia muito bem ser dita durante o verão, por exemplo – mas, independentemente do contexto de fala, a sentença continua sendo lida como várias instâncias de Ana morando em Curitiba. Essa ambiguidade evidencia o papel que advérbiais e complementos temporais no geral podem exercer no PPC.

Uma outra questão do PPC com predicados estativos é a sua aparente restrição de uso com predicados *individual level*, conforme os exemplos a seguir:

- (1.5) Predicado *Stage Level* (SL): A Maria tem estado feliz.
 Predicados *Individual Level* (IL): a. A Maria tem sido ?inteligente / *alta.

⁹ Durante a nossa argumentação, utilizaremos a notação # para significar uma restrição pragmática na sentença, a notação * denotando agramaticalidade, e a notação ? para baixa aceitabilidade.

Os predicados SL podem ter a ambiguidade durativa/iterativa já mencionada anteriormente. Já os predicados IL são mais difíceis de ocorrerem com o PPC. *Ser inteligente* e *ser alta* não geram a interpretação universal, como seria previsto para predicados estativos. O primeiro, só é possível caso existam várias instâncias em que Maria demonstrou sua inteligência, como aponta Molsing (2010), e um predicado como *ser alta* simplesmente soa agramatical.

Uma outra peculiaridade do PPC é a impossibilidade de combiná-lo com advérbias cardinalizadas, como em (1.6):

(1.6) O João tem viajado *uma vez./ *três vezes.

Essa restrição é válida para todas as classes aspectuais e parece estar relacionada com o fato de o PPC necessitar ser passível de repetição de maneira indeterminada (ILARI 2001). Ainda nesta linha de descrição, o PPC não aceita predicados de eventos únicos, como *nascer* ou *morrer*, como “O animal tem nascido.” (AMARAL e HOWE, 2012). Apesar disso, é possível utilizar o PPC com advérbias cardinais se houver um contexto de habitualidade na sentença, como em (1.7):

(1.7) A Maria tem feito compras duas vezes ao mês.

Como existe uma restrição em relação à frequência do acontecimento em sentenças com o PPC, o fato de ser possível utilizá-lo com modificadores cardinais dentro de um contexto habitual foi descrito por Molsing como um “*frequency puzzle*”, dada a aparente incompatibilidade de ambas expressões. Essa questão será investigada adiante nesta dissertação.

A iteratividade do PPC também é de uma natureza diferente da possibilidade de iteração dos perfeitos de outras línguas. Os exemplos a seguir foram retirados de Lope Blanch (1961, apud SQUARTINI, 1998), para o espanhol mexicano, e de Molsing (2010), para o inglês, respectivamente:

(1.8) a. Eso ya lo hemos discutido muchas veces.

Isso ja pron. ter-PERF-1^app discutido-PART muitas vezes

b. Mary has kissed Paul three times.

Mary ter-PERF beijar-PART Paul três vezes

Em ambos os exemplos há a possibilidade de repetição do evento, porém a interpretação iterativa só é possível quando há alguma expressão adverbial que a

licencie. Sem os advérbios, a única interpretação possível para os exemplos é a de uma instância única do evento, diferentemente do PPC, em que a interpretação sem adverbais é obrigatoriamente iterativa. Adicionalmente, ambos os exemplos admitem o uso de adverbais cardinais (*tres veces/ three times*), o que não é uma possibilidade no PPC. Essas questões apontam que o perfeito no presente do PB tem um funcionamento diferente das demais, análise que será aprofundada nos capítulos seguintes.

Adicionalmente, o PPC, assim como o perfeito do inglês, precisa que, no momento da fala, exista a possibilidade de repetição da situação, como exemplifica Molsing (2010) para o português¹⁰:

- (1.9) a. # Einstein tem visitado Princeton.
 b. # Princeton tem sido visitada por Einstein.
 c. Você tem visitado a exposição do Monet?

O primeiro e segundo exemplos não parecem bons, porque não há mais a possibilidade de Einstein visitar Princeton, se a frase for proferida nos dias atuais. Já uma resposta adequada ao exemplo em (1.9) c. expressaria duas visitas ou mais, e a exposição deveria estar disponível para visita no momento de fala, bem como a pessoa a quem se dirigiu a pergunta não pode ter algum impedimento claro em relação a visitar a exposição, como morar em outro país ou estar impossibilitado de deixar sua casa. Como apontado por vários autores, há algum tipo de restrição pragmática em jogo, para que a interpretação das sentenças seja infeliz no caso da impossibilidade da repetição do evento (INOUE, 1979; SMITH, 1997, para o inglês; ILARI 2001, MOLSING, 2010, para o PB).

Em resumo, as principais questões com relação ao PPC atualmente estão relacionadas à sua leitura imperfectiva e, principalmente, obrigatoriamente iterativa com predicados eventivos, divergindo das demais línguas com tempos perfeitos. A existência de uma teoria que dê conta de um perfeito iterativo (lembrando que aqui *perfeito* não significa *perfectivo*)¹¹, por si só, já é um grande feito. Mas, além disso, há

¹⁰ Esta é uma adaptação da autora dos exemplos de McCawley (1971) para o inglês.

¹¹ A perfectividade é uma característica temporal em que há a definição do fim de um evento. Os tempos perfeitos nem sempre expressam perfectividade, como é o caso do nosso PPC e das leituras Universais de alguns perfeitos. Essa desconexão entre a nomenclatura e as leituras temporais dos perfeitos diz respeito à história evolutiva das línguas e às descrições gramaticais: no passado, os tempos perfeitos eram, majoritariamente, perfectivos. Mas esta não é mais, necessariamente, a realidade desses tempos verbais.

alguns pontos na descrição que precisam ser ajustados antes de propormos uma teoria que contemple suas características como um todo. É o caso, por exemplo, da possibilidade ou não de uma leitura durativa nas sentenças com predicados estativos.

Irei retomar essa questão antes de continuar com a argumentação, pois ela é parte da base de afirmações e hipóteses que traremos daqui adiante. Resgatando os exemplos de (1.3), temos um exemplo de situação em que a pragmática nos informa várias instâncias de um evento, e outro em que há a duratividade do evento:

- (1.10) a. Pedro tem dormido na varanda o inverno inteiro.
 b. #O urso tem dormido na sua caverna o inverno inteiro.

Segundo Laca (2010), a sentença (1.10) b. é incompatível com o uso do PPC. Outros informantes durante a nossa pesquisa também indicaram estranhamento com sentenças do tipo “A Ana tem morado em Curitiba”, significando um evento durativo e homogêneo, e se inclinaram a enxergar mesmo os verbos estativos como iterativos com o PPC. Por outro lado, a literatura nos aponta desde muito tempo que o PPC pode expressar duratividade. Ilari (2001) cita Paiva Boléo (1926), com os seguintes exemplos de sua gramática:

- (1.11) a. Tenho **estado doente**.
 b. À sombra do lindo céu
 Jurei, tenho jurado
 Não ter outros amores
 Só a ti **tenho amado**.

Campos (2018) investigou as sentenças da variedade de Natal, que Laca (2010) afirma serem incompatíveis com o PPC, a partir das restrições descritas em um estudo anterior, o de Laca, Cabredo-Hofherr e Carvalho (2009). As frases que selecionamos para a tabela a seguir formam parte do resultado de um questionário feito por Campos, e nos fornecem dados que podem esclarecer nossa questão. As quatro primeiras sentenças têm predicados estativos do tipo *stage level* com o verbo *estar*, a sentença número 5 contém um predicado estativo com um verbo psicológico, a número 6 contém um predicado gradual, e a última sentença é de sujeito indeterminado.

TABELA 1 – JULGAMENTOS DOS FALANTES DE NATAL SOBRE AS SENTENÇAS DURATIVAS

Sentenças	Julgamentos				
	Muito bom	Bom	Regular	Ruim	Inaceitável
1. Esse livro sempre tem estado na prateleira da direita.	34 54,8%	14 22,6%	2 3,2%	4 6,5%	8 12,9%
2. Essa loja tem estado fechada ultimamente.	44 71%	8 12,9%	2 3,2%	5 8,1%	3 4,8%
3. Pedro tem estado nos EUA.	19 30,7%	18 29%	9 14,5%	6 9,7%	10 16,1%
4. Pedro tem estado bêbado.	26 41,9%	14 22,6%	4 6,5%	7 11,3%	11 17,7%
5. Desde que ele conheceu Maria, ele tem esperado as cartas dela.	32 51,6%	12 19,4%	6 9,7%	7 11,3%	5 8,1%
6. O nível do rio tem aumentado nos últimos anos.	53 85,5%	5 8,1%	1 1,6%	1 1,6%	2 3,2%
7. Tem feito um frio danado.	57 91,9%	4 6,5%	0 0%	0 0%	1 1,6%

FONTE: Adaptada de CAMPOS (2018, p. 112-116).

Em seu trabalho, Campos se propõe a questionar se a variedade de Natal realmente não aceita a duratividade das sentenças, e os dados do seu teste parecem comprovar sua hipótese de que o PPC expressa, mesmo na variedade natalense, a duratividade, ao contrário do que afirma Laca (2010). Na tabela, colocamos os números da pesquisa em absoluto na primeira linha e tomamos a liberdade de colocar os valores percentuais, aproximados em uma casa decimal, na linha inferior de cada célula. É visível que todas estas frases que conteriam o que chamamos de traço durativo têm mais aceitação do que rejeição. Podemos destacar as frases do tipo 3, com o *estar* + locativo, ou do tipo 4, de *estar* + adjetivo, são as que têm os maiores níveis de rejeição, mas que ainda assim, quando somamos os julgamentos *muito bom* e *bom*, estes superam a soma dos julgamentos *ruim* e *inaceitável* em 33,9% e 35,5%, respectivamente. Seguindo os dados de Campos, e assumindo uma situação parecida para o PB de forma geral, nossa pesquisa segue o trabalho com um PPC que admite leituras durativas e iterativas, acrescentando-se outra constatação: a de que certas estruturas são *mais* aceitas com o PPC do que outras, mesmo dentro das interpretações durativas.

1.1 O PPC: TEMPO, ASPECTO E ACIONALIDADE

A expressão do tempo nas línguas e o tipo de informação que a compõe não é assunto recente. Desde os primeiros esboços de um estudo sistematizado da linguagem na tradição greco-latina, um estudo formado a partir do desenvolvimento da lógica de Aristóteles e suas reflexões conseguintes sobre o grego, o verbo, considerado uma parte essencial de qualquer sentença, é diferenciado das outras categorias por ser a parte da oração em que se encontra expressão temporal. Com o passar dos séculos, essa característica se manteve como a principal definidora da categoria, e não arbitrariamente, já que no exame das línguas indo-europeias, a temporalidade é expressada majoritariamente no verbo. Ela é, portanto, consistentemente assim constatada pelos conjuntos de critérios e paradigmas desenvolvidos por lógicos e gramáticos. Assim, podemos apontar várias mudanças no desenvolvimento do que enxergamos dessa categoria, e até outras classificações e subclassificações da categoria “verbo”, que foram influenciadas pelas várias correntes teóricas e filosóficas que atravessaram a produção das gramáticas pelos séculos, mas a noção de *rhēma* – verbo, predicado – composto de tempo e aspecto, parece subsistir até os dias de hoje.

Dando um salto *dramático* para a linguística moderna, nos deparamos com teorias de temporalidade que contam com um arcabouço filosófico e linguístico plural, e que procuram identificar de maneira universal, e cada vez mais específica, onde nas gramáticas das línguas está a expressão do tempo e aspecto. Nesse sentido, algumas noções clássicas de tempo são reformuladas e popularizadas largamente pelo texto de Reichenbach (1947), em que defende que a morfologia dos *tenses* (“tempo”, com sentido gramatical, em inglês) relacionam o evento (E), ou a ação expressada pelo verbo, a um momento de fala (S), como proposto até então pelas gramáticas tradicionais, com a adição de um terceiro momento, o ponto de referência (R). Este é o grande mérito dessa proposta, especialmente para a análise de tempos compostos, pois é um sistema que formaliza intuições sobre sentenças que parecem descrever mais de um evento. Neste sistema, as combinações estabelecidas entre cada um dos pontos, através de relações de coincidência/continência (expressada por vírgula) ou antecedência (expressada por *underscore* “_”), compõem os tempos verbais, como exemplificado na lista a seguir em relação ao inglês (BERTINETTO, 1982):

- (1.12) Presente: S, R, E
 Passado Simples: E,R_S
 Futuro: S_R,E
Present Perfect: E_R,S
Past Perfect: E_R_S
Future Perfect: S_E_R

A coincidência entre R e S gera um tempo presente, como podemos observar tanto para o presente quanto para o *present perfect*. Já o passado acontece quando R é anterior a S, e o futuro quando S é anterior a R. A relação de E e R nos dá o aspecto perfectivo, se anterior, e imperfectivo quando coincidente. Como afirmamos anteriormente, a proposta de Reichenbach foi bastante explorada para explicar os tempos compostos, que parecem se referir a dois momentos temporais. Exemplificamos melhor em (1.13), com o passado mais-que-perfeito do PB, em que o evento de *passar com o cachorro* é anterior à referência temporal de *anoitecer* que, por sua vez, é anterior ao momento de fala S¹²:

- (1.13) A Ana **tinha levado o cachorro para passear** (E) antes de **a mãe chegar** (R).

Nos termos da teoria, a relação de anterioridade de E para R expressa o aspecto, nesse caso perfectivo, enquanto a relação de anterioridade entre R e S resultam no tempo referencial da sentença, nesse caso, o passado.

Além do tempo e do aspecto gramatical, temos com Vendler (1967) a popularização do aspecto lexical, ou acionalidade, que já era um termo bastante difundido nos estudos germanísticos e das línguas eslavas, línguas que expressam de maneira mais gramaticalmente especificada esse tipo de aspecto (daí vem a nomenclatura *aktionsarten*, em alemão). As categorias lexicais vendlerianas podem ser resumidas a *estados*, *atividades*, *achievements* e *accomplishments*, e cada categoria pode ser decomposta nos traços mínimos (\pm *processo*) e (\pm *definido*). De acordo com Vendler, o traço (\pm *processo*) pode ser descrito como “... se desenvolvendo no tempo, isto é, grosseiramente, que consistem de fases sucessivas, seguindo umas às outras no tempo”, e o traço (\pm *definido*) tem a ver com a telicidade do evento, o alcançar de um “clímax”. A partir disso, se forma um *esquema* de classificação dos

¹² S não está marcado no exemplo pois aqui se assume que o tempo de S seja exterior à sentença.

tipos de verbos (ou *termos*, como se refere Vendler): os *estados* (ser, amar, viver, morar) são (-*processo*) e (-*definido*), enquanto as *atividades* (correr, pintar, ler) são definidas como (+*processo*) e (-*definido*). Os *achievements* (morrer, nascer, alcançar o cume) são (- *processo*) e (+ *definido*), enquanto *accomplishments* (desenhar um círculo, correr um quilômetro) são (+*processo*) e (+*definido*). Para uma melhor visualização, temos a tabela a seguir:

TABELA 2 – O “ESQUEMA” DE VENDLER (1967)

	- processo	+ processo
- definido	<p>Estados <i>Maria ama Pedro.</i></p>	<p>Atividades <i>João empurrou o carrinho</i></p>
+ definido	<p>Achievements <i>Tim Maia faleceu em 1998.</i></p>	<p>Accomplishments <i>Felipe correu 1 km.</i></p>

FONTE: Adaptado de Vendler (1967, p 97-106)

A classificação de Vendler, refinada por outros autores (DOWTY, 1979; SMITH 1991), e também com justas críticas dentro da linguística (VERKUYL, 1993; DAHL, 1981), acaba obtendo relevância nas teorias do tempo perfeito, já que as categorias lexicais, combinadas aos tempos perfeitos, assumem um papel decisivo na formação aspectual das sentenças. Isto é especialmente verdadeiro para as línguas não-eslavas, em que, ao invés de uma morfologia aspectual específica, tempo e aspecto se espalham pela sentença, com foco nos verbos e seus argumentos. Como mencionamos anteriormente, o tipo de predicado escolhido interfere no tipo de leitura que emerge com os usos do PPC.

Seguimos então para as principais propostas de tratamento dos tempos perfeitos desenvolvidas pela linguística atual. As duas primeiras retomam as relações dadas por Reichenbach com algumas modificações, em maior e menor grau. A teoria semântica que mais dialoga com a proposta inicial de Reichenbach é a de Klein (1992, 1994), que utiliza suas noções de maneira mais direta para a análise do *Present Perfect*. A segunda linha de análise, aqui representada por Moens e Steedman (1985, 2005), entende os perfeitos como operadores que introduzem estados resultantes, numa relação causal.

A terceira grande linha de análise dos perfeitos analisada neste capítulo é a que mais se distancia da proposta Reichenbachiana. A Teoria XN (*Extended Now*), ou mais recentemente reformulada como PTS (*Perfect Time Span*) por Iatridou et. al (2001, 2003) e seguida por Pancheva (2003), entre outros, postula que os tempos

perfeitos são um operador que introduz um período de tempo que inclui o momento da referência obrigatoriamente, ou seja, o perfeito não expressa anterioridade. Uma teoria de tempo inclusivo como a XN trabalha com uma tentativa de unificar formalmente as múltiplas possibilidades de interpretação dos tempos perfeitos, intra e translinguisticamente.

Apesar de podermos agrupar as duas primeiras – ambas predizem que os perfeitos estabelecem uma relação de *anterioridade* entre E e R, em oposição à teoria XN/PTS –, adiante trataremos de cada linha numa seção específica. Assim, conseguimos captar certas nuances que dizem respeito à aplicação de cada uma.

1.1.1 A teoria Neo-reichenbachiana de Klein

A proposta de Klein (1992, 1994) para a análise dos tempos perfeitos, apesar de negar a teoria de Reichenbach em vários pontos, é a que mais se aproxima dela, com algumas modificações. A primeira delas é que Klein, em sua teoria, assume que E, R e S (que ele renomeia TSit, TT e TU¹³, respectivamente) não são pontos, mas intervalos de tempo. Isso é especialmente importante na diferenciação de TT: se TT é um evento¹⁴, ele se desenrola no tempo (apesar de TT não necessariamente precisar ser um evento, e poder ser apenas uma expressão adverbial como *das seis às sete*, ou *ontem*).

A segunda questão de Klein diz respeito à natureza desses intervalos. A proposta é que a expressão de tempo e aspecto seja composicional: o tempo de uma parte não-finita, ou lexical, (TSit), se relaciona com o tempo de uma parte finita, ou gramatical, (TT), que, por sua vez, se relaciona com o tempo do momento de fala (TU). As três partes estão localizadas temporalmente, e as línguas recortam linguisticamente as variadas posições em expressões temporais. Em poucas palavras, TSit representa o tempo do evento, e TT o tempo sobre o qual uma afirmação é feita. A localização temporal de TT relativa a TU resulta no tempo da sentença – se $TT < TU$, o tempo é passado, se $TT > TU$, o tempo é futuro, e se $TU \subset TT$, o tempo é presente. Nas suposições de Klein, TSit não se relaciona diretamente com o momento de fala TU, portanto não gera nenhum tipo de significado estruturalmente relevante para a

¹³ São o tempo da situação (TSit), tempo do tópico (TT) e tempo da fala (TU).

¹⁴ A concepção de “evento” nesta teoria é uma representação mais genérica do que concepções que iremos visitar adiante. No caso do TT de uma sentença, a situação tópica pode ser, por exemplo, uma frase introduzida por “quando”, que seria uma situação eventiva externa ao evento principal expresso pelo tempo perfeito.

composição temporal, enquanto a posição de TSit referente a TT gera aspecto, como esquematizado a seguir:

(1.14) PERFEITO: TT depois de TSit

PERFECTIVO: TT inclui o fim de TSit e o início do tempo depois de TSit

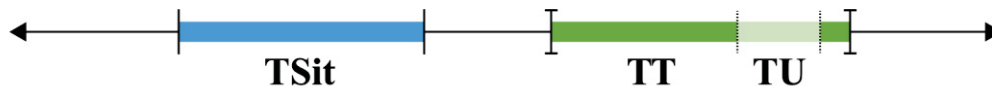
IMPERFECTIVO: TT propriamente incluso em TSit

PROSPECTIVO: TT antes de TSit (KLEIN, 1992, p. 537)

Klein nota que as línguas podem formar relações diferentes entre esses intervalos, bem como distribuir morfologicamente essas noções de maneira livre. Na prática, isso significa que podem gerar sistemas com mais marcações de tempo ou aspecto do que as especificadas acima, ou até mesmo nenhuma, ou seja, sistemas linguísticos sem marcação morfológica de tempo ou aspecto.

Especificamente na análise dos tempos perfeitos, a argumentação de Klein para o inglês segue que o *Present Perfect* forma uma estrutura de continência entre TT e TU ($TT \subset TU$), e coloca TT posterior a TSit ($T > TSit$), como no esquema a seguir:

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO TEMPORAL DO PRESENT PERFECT



FONTE: Elaborado a partir de Klein (1992, p. 537)

O minimalismo da proposta faz com que a análise englobe todos os tempos perfeitos do inglês com facilidade: o *future perfect* “I will have finished my lesson by 12p.m.”, tem o TT representado por *by 12p.m.* e o TSit *have finished my lesson* inespecificado cardinalmente, mas definitivamente anterior ao TT, e este por sua vez sendo posterior a TU, caracterizando um tempo futuro; o *past perfect* “I had finished my work before 12p.m.” tem o TT representado por *before 12p.m.*, TSit representado por *had finished my work*, novamente, anterior a TT, que por sua vez é anterior a TU, caracterizando assim um tempo passado.

Um dos principais atrativos da teoria é a simplicidade desse sistema composicional: a especificação temporal de cada elemento se dá estritamente por construções relacionais baseadas na antecedência ou coincidência de cada elemento. Existe também uma inespecificidade das propriedades inerentes a TSit: TSit não tem traços lexicais, ele é apenas a localização temporal de um evento. Nesse sentido, a

única informação semântica de fato dos perfeitos nessa teoria é a relação de *anterioridade*. Como apontado pelo próprio Klein, a inespecificação da distância e da frequência de TSit com relação a TT e TU é que dá abertura para as variadas leituras, a partir da pragmática. Nesse sentido, não existe nenhuma limitação ou consequência clara imposta pelo léxico na estrutura dos perfeitos.

Sendo assim, se traçássemos uma explicação dessa teoria para o fato de o PB expressar iteratividade, ela ficaria completamente a cargo da pragmática, como levanta Molsing (2010). Mas este não parece ser o caso, visto que há restrições semânticas quanto ao uso do PPC, como a impossibilidade de combinação com adverbiais cardinais, ou o seu uso com predicados de eventos únicos. Mesmo que fosse o caso de serem um tipo de infelicidade pragmática, ambas as restrições parecem estar ligadas à necessidade de repetição indeterminada do PPC, portanto, temos fortes indícios de um fundamento semântico.

Além disso, o PPC não expressa completa anterioridade, como as interpretações existenciais descritas tradicionalmente, e a proposição de Klein deixa a desejar na explicação das interpretações universais, em que há uma coincidência entre o tempo do evento e o momento de fala, visto que prevê os perfeitos apenas como marcadores de anterioridade de TSit a TT/TU.

Uma estratégia encontrada por autores adeptos dessa linha de pesquisa para dar conta das leituras universais, é afirmar que, no caso de tais leituras, o início da eventualidade é suficiente para compor anterioridade ao momento de referência, ou TT. No entanto, isso nos parece um “puxadinho” teórico que, contrariamente à intuição dos seus propositores, dificulta a sistematização do significado do perfeito.

Explico. Fazendo isso, abrem-se duas novas possibilidades para que o perfeito mantenha o mesmo significado nas duas situações: ou o perfeito toma como referência o início de TSit, tanto para os predicados eventivos quanto para os estativos, ou ele seleciona os predicados eventivos por completo e apenas o começo dos estativos. No caso da primeira solução, a anterioridade de TSit se daria pela localização do início do evento ser anterior a TT; no caso da segunda, a anterioridade se daria pelo recorte de uma unidade mínima do evento que signifique o evento como um todo, e que também seja anterior a TT. As consequências lógicas seguem que, para a primeira solução, voltamos ao problema inicial de que a teoria não teria muito a dizer sobre as diferenças semânticas entre as leituras universais e experienciais, já que não haveria diferença na ação do perfeito, mesmo com diferentes classes

aspectuais verbais. Já à segunda solução faltaria explicar por que o perfeito seleciona predicados de uma classe de eventos por inteiro, enquanto de outra seleciona apenas parte, e como essa seleção se realiza – e isso seria até viável se não fosse pelo tratamento separado que a teoria dá às várias interações dos perfeitos com elementos temporais que normalmente compõem as línguas naturais, como modificadores adverbiais e o aspecto lexical dos eventos.¹⁵

Nesse sentido, um mérito da teoria de Klein é dar um tratamento composicional para uma restrição do *Present Perfect* comumente referida como o *present perfect puzzle*. Esta restrição impede que o tempo perfeito aconteça com adverbiais que se referem ao passado, como *yesterday*, apesar de o tempo se referir a situações que aconteceram e terminaram no passado. O que Klein (1994) afirma é que existem adverbiais que indicam a posição de um evento ou situação no tempo. Esses adverbiais são dêiticos, pois levam em consideração o tempo do evento com relação ao momento de fala. Num caso como “Mary has dined yesterday.”, a incompatibilidade se dá, simplesmente, porque a sentença está sendo modificada pelo tempo verbal para o presente e há um adverbial a modificando para o passado, o que é claramente incompatível. No caso do PB, a restrição funcionaria similarmente: “A Maria tem jantado ontem” tem o tempo verbal expressando o presente, enquanto o advérbio a modifica para o passado, causando a incompatibilidade.¹⁶

Em suma, apesar de, translinguisticamente, as possibilidades de combinações com poucas variantes conferirem à teoria um grande potencial de generalização sobre os perfeitos, ela deixa a desejar na sua explicação sobre a ambiguidade universal/existencial, já que transfere essa tarefa para a pragmática e, novamente, nada teria a dizer sobre a iteratividade do PPC.

1.1.2 A teoria de Pós-estado de Moens e Steedman

A linha de análise de Moens and Steedman¹⁷ (1988, 2005) surge nas teorias do Estado Perfeito, ou Pós-estado, em que o perfeito é visto como um operador que

¹⁵ Esse tipo de formalização é realizada na teoria que analisaremos no próximo capítulo, o da Semântica Citacional.

¹⁶ A explicação de Klein é realmente bastante direta. No caso do PPC, a incompatibilidade é ainda mais óbvia, visto que o PPC não expressa resultado ou completa anterioridade dos eventos, como o *Present Perfect*. É importante notar que esse exemplo de incompatibilidade adverbial deixa explícito que há uma diferença entre a localização temporal do evento (jantar) e da referência (a declaração da ação no tempo perfeito).

¹⁷ M&S, adiante.

introduz um outro *estado* do evento. Nesse sentido, os perfeitos funcionam coercitivamente, transformando os eventos em situações de aspecto complexo, composto de predicados decomponíveis em subeventos. Nessa teoria, não existe uma separação entre o tempo da situação derivada e o próprio evento, assim como na teoria de Klein. No entanto, diferentemente das teorias neo-reichenbachianas, aqui as classes aspectuais dos predicados são essenciais na expressão temporal, e não necessariamente o tempo da ocorrência de fato.

M&S demonstram isso com frases usando o “when”, como traduzo a seguir:

- (1.15) Quando construíram a ponte da rua 37^a,
- a. ...um arquiteto local desenhou a planta.
 - b. ...eles usaram os melhores materiais.
 - c. ...eles resolveram a maior parte dos problemas de trânsito.

Cada uma das referências temporais do exemplo acima tem uma relação diferente com a sentença com “quando”, ora sendo anterior a ela (1.15) a., ora simultânea (1.15) b., ora posterior (1.15) c. Apesar disso, todas elas estão num tipo de passado simples. Esse simples fato leva os autores a postularem que existe algum tipo de significado a mais na expressão “when” além do temporal, e afirmam, a partir da noção Reichenbachiana de R, que “when” serve para estabelecer o tempo de Referência (M&S, 2005). Disso, os autores também assumem que existe um quê discursivo nas expressões temporais, que está diretamente ligado às classes aspectuais dos predicados das sentenças.

Moens (1987) estendeu a análise aqui presente para mostrar que as distinções que McCawley (1971, 1981) e Comrie (1976) fazem entre diferentes tipos de perfeitos [...] são nada mais que diferentes estados consequentes, a depender da natureza [...] do evento central particular que expressa, e dos tipos específicos de episódios nos quais o nosso conhecimento geral nos informa que tais eventos centrais tipicamente ocorrem.¹⁸ (M&S, 2005, p.101, grifo da autora)

Nessa linha argumentativa, o *Present Perfect* é tratado também pragmaticamente: uma condição de felicidade para o uso do PrP é que a sentença seja uma consequência na construção do evento que fique saliente no momento de fala. A exemplo, consideremos a seguinte sentença:

¹⁸ “Moens (1987) has extended the present analysis to show that the distinctions McCawley (1971, 1981) and Comrie (1976) draw between different kinds of perfects [...] are nothing but different consequent states, depending on [...] the particular core event it expresses, and the specific kind of episodes in which our general knowledge tells us such core events typically occur.”

(1.16) I have spilled my coffee.

Eu derramei o meu café.

Segundo a descrição de M&S, a sentença em (1.16) só pode ser proferida se for possível que o falante possa imaginá-la dentro de um núcleo de eventos no qual “spill my coffee” é um resultado possível, ou uma contingência, numa sequência lógica de uma ação, seja esta ação correr com o café, beber enquanto dirige, ou apenas derramá-lo enquanto se senta no sofá. Se, no entanto, no momento de fala o falante já tiver limpado o café, e não houver nenhuma evidência da sequência de eventos associada a tal evento, a frase em (1.16) seria infeliz.

Na perspectiva dos autores, o PrP força a sentença em que está presente a ser uma culminação (equivalente aos *achievements* na nomenclatura vendleriana), ou seja, de maneira coercitiva, adiciona um ponto final ao evento, que passa a ser acompanhado de uma transição a um novo estado de mundo. Isso pressupõe que haja algum tipo de transformação, resultado ou contingência no mundo do falante realizados a partir da completude do evento. Por outro lado, como será feita a seleção do que é de fato “relevante”, ou seja, do que é aceito como uma contingência de um evento, fica a serviço da pragmática e dos sistemas cognitivos como o escopo, a atenção ou foco, a percepção de figura e fundo, a categorização eventual, etc.

M&S trabalham desenvolvendo a teoria vendleriana das classes aspectuais, as reorganizando em categorias levemente mais especificadas, como é o caso das culminações, equivalentes aos *achievements* na terminologia tradicional, ou os processos culminados, equivalentes aos *accomplishments*, ambas nomenclaturas que evidenciam a causatividade como parte do aspecto temporal – especialmente a última, que tem uma maior complexidade aspectual interna ao evento. A concepção holística da ontologia temporal é uma característica evidente dessa teoria, que leva em consideração aspectos semânticos, cognitivos e pragmáticos.

Voltando para o português, a explicação para a iteratividade do PPC dada aqui partiria da interação da gramática intrínseca do PPC com a classe aspectual do predicado: para os autores, os tempos chamados progressivos selecionam prioritariamente predicados que também expressam atelicidade, e quando o predicado é télico, há coerção para o preenchimento do evento ao longo do tempo, causando um efeito iterativo do predicado. Como o PPC tem sempre leituras imperfectivas, a

lógica segue que, a depender da acionalidade dos predicados, o efeito seria o de continuidade, ou duratividade, caso atéticos, e de iteratividade caso fossem télicos.

No entanto, vemos que não é necessariamente o caso: nas sentenças compostas de atividades, naturalmente atéticas e não necessariamente pontuais, há iteratividade onde se esperaria duratividade (e.g. “A Ana tem corrido muito”). A iteratividade obrigatória do PPC, que afeta também predicados estativos, acaba não ficando muito bem colocada dentro desta teoria e, novamente, a ambiguidade universal/existencial não é contemplada na discussão.

Finalmente, apesar de ser uma linha que busca responder a questões múltiplas, de áreas diferentes da linguística, e de ter dados e discussões interessantes, principalmente relacionados à intersecção entre linguística e cognição através da causatividade, não é uma teoria que diz muito sobre os perfeitos translinguisticamente, ou propõe uma sistematização a esse nível.

1.1.3 A teoria X-Now (ou *Perfect Time Span*)

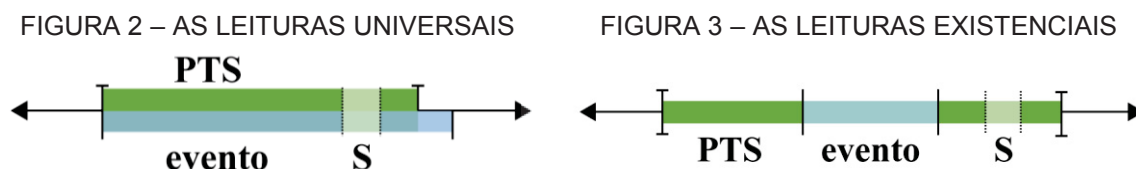
As teorias X-Now de Dowty (1979), Mittwoch (1988) e, mais presentemente, reformuladas por Iatridou et al. (2001) e Pancheva (2003), – esta última sendo o foco da análise proposta nesta seção –, propõem que os perfeitos são operadores que abrem um espaço de tempo que se relaciona com o tempo de referência, que no caso do presente, coincide com o momento de fala tal que este é seu último subintervalo (PANCHEVA, 2003). Nesse sentido, o *Perfect Time Span*¹⁹ se inicia com uma eventualidade, se estende até e necessariamente engloba o momento de fala. A ideia é de uma separação entre o intervalo que o perfeito propõe e a eventualidade subjacente e, diferentemente da teoria apresentada anteriormente, a relação entre as duas é de encaixamento, e não de coerção.

Especificamente, na proposta de Pancheva (2003), o PTS tem dois *limites* ou *boundaries*, o esquerdo e o direito, este sendo sempre o tempo de referência, ambos podendo ou não coincidir com as eventualidades da sentença, gerando assim diferentes interpretações. Vemos que, para leituras universais²⁰, o PTS se encontra completamente dentro do evento, e inclui o momento de fala e o tempo da referência.

¹⁹ Intervalo do Tempo Perfeito, ou PTS, adiante.

²⁰ Apesar de largamente semelhantes conceitualmente, as definições para as leituras dos perfeitos que Pancheva dá são mais específicas semanticamente e sintaticamente. Para diferenciar das que vimos até então, usarei “universais” “experenciais”, etc. em letra minúscula quando me referir às definições de Pancheva, especificamente.

Por outro lado, as leituras existenciais têm seu início e fim contidos dentro do PTS, que por sua vez tem os lados esquerdo especificado ou não e o direito mantido como o agora ou o momento de fala. As figuras a seguir exemplificam as duas leituras, respectivamente:



FONTE: Adaptadas de Pancheva (2003, p. 279 e 280)

A figura 2 é exemplificada com uma frase do tipo universal, como “Mary has lived in Canada since 1998.”. Nesse exemplo, o limite esquerdo, e início do evento, é determinado pelo adverbial *since 1998*. O advérbio *since*, ou “desde”, não tem limite direito, o que permite que o evento se estenda até o momento de fala e o englobe ou, possivelmente, ultrapasse. Se há a possibilidade de Mary continuar morando no Canadá, é possível também cancelar esse evento, continuando a frase com “..., but is coming back to Brazil next year.” (... , *mas volta ao Brasil no ano que vem.*). Caso Mary não pudesse mais realizar o evento de morar no Canadá, o perfeito não seria usado²¹. Nisso temos alguma indicação de que o PTS e, no caso das leituras universais, o evento, precisam ser realizáveis simultânea e posteriormente ao momento de fala.

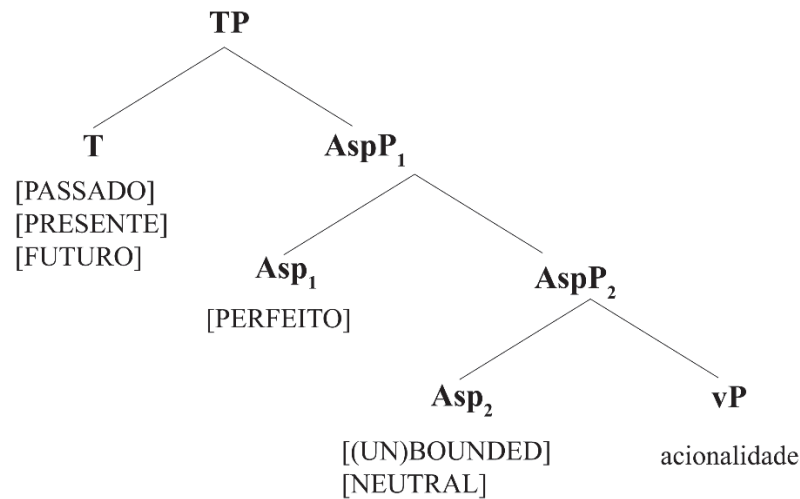
Na figura 3, temos uma frase do tipo existencial, como “Mary has read Shakespeare last semester.”. Neste exemplo, *last semester* é o início do nosso PTS, e o limite esquerdo do evento está dentro dele, enquanto o limite direito do evento é anterior ao momento de fala. Vale lembrar que o limite direito do PTS sempre coincide com o momento de fala; desse modo, o limite direito do PTS no caso das leituras existenciais é posterior ao limite direito do evento. Assim, como no caso das frases universais, se for possível o cancelamento do evento no futuro com uma frase do tipo “...but she won’t anymore.”, concluímos que há a possibilidade de Mary ler o autor, o que indica que o PTS continua mesmo após o fim da eventualidade subjacente. A

²¹ Se Mary, por exemplo, faleceu, e, portanto, a ação de *voltar ao Brasil* não pudesse ser realizada, a frase não seria dita com perfeito, mas com o passado simples, como já comentado anteriormente. Esse tipo de teste tem o intuito de mostrar que os perfeitos no presente, mesmo quando narram um evento passado, fazem referência a uma ação que também diz respeito ao momento presente. No caso da teoria PTS, isso também quer dizer que o próprio PTS só existe quando relaciona um evento passado ao momento presente e, mais especificamente, ao momento de fala.

interpretação existencial vem do início e da conclusão da *eventualidade* estarem dentro do PTS (em oposição às universais, em que é o *PTS* que é incluso dentro da eventualidade).

Poderíamos dizer que o PTS é semelhante ao tempo de referência de Reichenbach ou o TT de Klein, ou seja, o período sobre o qual se faz uma afirmação (KLEIN, 1994). Mas é importante frisar o papel que a sintaxe tem na formulação dos perfeitos dentro desta teoria, pois aqui o perfeito ocupa um outro paradigma de aspectualidade, diferente do aspecto gramatical e acima dele na árvore sintática, como podemos ver mais claramente na figura a seguir:

FIGURA 4 – A ÁRVORE SINTÁTICA DO PTS



FONTE: Adaptada de Pancheva (2003, p. 284)

A maneira pela qual o perfeito adiciona uma outra camada ao significado aspectual com o PTS se dá pela relação entre AspP₁ e TP, que dão localização temporal ao PTS – que, por sua vez, tem como seu último subintervalo o ponto de referência, seja ele o momento de fala, no caso dos tempos no presente, anterior ao momento de fala se forem passados, ou posterior ao momento de fala, se forem futuros. Por isso, semanticamente, “o perfeito relaciona dois intervalos de avaliação, ao invés de um intervalo de avaliação e o tempo de um evento – mais como um tempo embutido do que um aspecto de perspectiva” (PANCHEVA, 2003, p. 285)²². Essa

²² Porque o último intervalo do PTS é o momento de fala, e Pancheva o considera um ponto de referência, parece implícito que o momento de fala é também um tempo tópico sobre o qual se faz uma avaliação temporal. Pancheva faz essa comparação para diferenciar os perfeitos da noção de perfectividade e imperfectividade, que para ela são partes de outro paradigma sintático. Da mesma forma, eu assumo posteriormente, de acordo com Ramchand (2018), que o perfeito não está no mesmo paradigma sintático que a perfectividade/imperfectividade, mas o faço diferentemente de Pancheva, já que, ao menos no presente, ele gerará apenas duas referências temporais: uma localização para a eventualidade subjacente e outra para a situação de referência, ou o tempo tópico.

diferenciação traz uma maior independência entre o operador do perfeito e os operadores aspectuais em AspP₂ e vP.

Descendo a árvore sintática, encontramos o paradigma [(UN)BOUNDED], que de acordo com Pancheva (2003), tem uma função sobre a eventualidade:

A contribuição do imperfectivo (a semântica de [UNBOUNDED]) é de colocar o tempo do evento como um intervalo superposto ao tempo de referência. O perfectivo (significando [BOUNDED]) tem o efeito oposto, já que coloca o tempo do evento como um subintervalo do tempo de referência. (ibid, p. 283)

Essa descrição é muito semelhante a algumas descrições anteriores como a de Smith (1991), em que o traço perfectivo/imperfectivo dá a visão do falante sobre a situação (chamado de *viewpoint aspect*, ou aspecto de perspectiva), mas ela formaliza o sistema sintaticamente. Baseada em Smith, Pancheva também se utiliza do ponto de vista [NEUTRO], que é um tipo de aspecto que necessariamente inclui o limite esquerdo da situação, mas não assegura nada sobre o limite direito.²³

Voltando às leituras possíveis do perfeito, Pancheva argui que estão intimamente ligadas às relações entre AspP₁ e os nódulos sintáticos abaixo. O objetivo da descrição de Pancheva é propor que há diferença semântica, e não pragmática, entre as interpretações dos perfeitos. É importante aqui notar que Pancheva traz suas próprias definições de cada uma dessas categorias. Grosso modo, as leituras universais permanecem virtualmente as mesmas, enquanto as leituras Existenciais são divididas em experienciais e resultativas, cada uma com suas especificidades, como veremos adiante.²⁴

A primeira interpretação, os perfeitos universais, só é possível quando AspP₂ é de morfologia [UNBOUNDED], pois a propriedade possibilita que a eventualidade englobe o PTS. Além disso, AspP₂ seleciona o vP de modo a complementar o significado de [(UN)BOUNDED], que em geral são os predicados estativos, necessariamente acompanhados de advérbios *específicos*. Segundo a autora, tais

²³ Na teoria de Smith, especificamente, o ponto de vista neutro não assegura que uma situação seja aberta ou fechada, como fariam a morfologia imperfectiva e perfectiva, respectivamente. Na verdade, ambas as leituras estariam disponíveis. Smith (1991, p. 79) dá o seguinte exemplo para o mandarim:

Zhangsan dao jia de shihou, Mali xie gonzuo baogao.

Zhangsan chegar casa DE tempo, Mali escrever trabalho relatório.

Quando Zhangsan chegou em casa, Mali escreveu o relatório do trabalho OU

Quando Zhangsan chegou em casa, Mali estava escrevendo o relatório do trabalho.

No caso acima, a falta de morfologia aspectual, e por *default* o ponto de vista neutro, permite que uma leitura inceptiva perfectiva ou uma leitura imperfectiva durativa possam emergir.

advérbios são *always*, *ever since* (2000), *at least since 2000*, *for 10 days now*, e similares, que incluem e marcam ambos o início e o final do PTS. Outros advérbios permitem a leitura, mas podem ser ambíguos entre esta e a experiencial – são *since 2000*, *for 10 days*. Já advérbios do tipo *before*, *5 times* ou *lately*, geram apenas leituras experienciais. A autora frisa a diferença entre as leituras universais e experienciais – estas que têm aspecto [NEUTRAL] – porque, além da ambiguidade de certos advérbios, os estados e a morfologia imperfectiva, que têm o limite direito aberto ou indefinido, também podem gerar o que ela chama de leituras *continuativas*²⁵ experienciais. Os exemplos de Pancheva são os seguintes:

(1.17) a. I have been sick lately.

Eu tenho estado doente ultimamente.

b. I have been working very hard these days.

Eu tenho trabalhado muito hoje em dia.

c. I have been losing my glasses recently.

Eu tenho perdido meus óculos recentemente.

Os exemplos do inglês contêm um estativo em (1.17) a., uma atividade em (1.17) b. e um *achievement* em (1.17) c., bem como morfologia progressiva nos dois últimos, e advérbios habituais em todas – portanto, deixam em aberto o limite direito do PTS. Apesar de essas serem características muito próximas ao requerimento para interpretações universais, o comentário da autora sobre os exemplos é que:

Essas sentenças claramente têm leituras contínuas. Adicionalmente, elas são consistentes com uma situação tal que a eventualidade é assegurada no momento de fala e além dele, mas isso não é parte da asserção. Assim, estes são perfeitos experienciais, e não universais. (PANCHEVA, 2003, p. 286)²⁶

Assim, temos que, para a segunda interpretação possível, a do perfeito experiencial, o início da eventualidade está incluso no PTS, e sua duração vai além do momento de fala. No entanto, o seu limite direito não é parte das afirmações da sentença como um acarretamento direto, e sim se dá mais indiretamente, inferencialmente.

²⁵ Usarei aqui “continuativo” como termo genérico para leituras durativas e iterativas.

²⁶ “These sentences clearly have continuous readings. Moreover, they are consistent with a situation such that the underlying eventuality holds at the utterance time and beyond, but this is not part of the assertion. Thus, these are Experiential and not Universal perfects.”

A terceira interpretação possível, o perfeito resultativo, tem sua estrutura como exemplificada na figura 3, em que ambos fim e início estão claramente dentro do PTS, e só podem ser obtidos por eventualidades télicas e morfologia não-progressiva. O aspecto de ponto de vista nesta interpretação deve ser [BOUNDED]. Adicionalmente, apenas eventualidades télicas podem gerar as leituras resultativas, porque garantem o fim da eventualidade dentro do PTS.

Assumir essa teoria para o PB nos leva a uma variedade de questionamentos. Retomando, a predição da teoria para o inglês, e várias outras línguas indo-europeias, é que eventualidades [BOUNDED] geram leituras resultativas, [NEUTRAL] geram as experienciais e [UNBOUNDED] geram as universais (PANCHEVA, 2003). As leituras resultativas são [BOUNDED] pois têm seu início e fim marcados, seja por advérbios, seja por pistas contextuais, apesar de *aktionsarten* télicas serem suficientes para gerar essa interpretação. As interpretações experienciais são [NEUTRAL], pois podem ter seu início incluído no PTS, mas não necessariamente ter nele seu final, e as universais, ao contrário das resultativas, têm ambos os limites *do PTS* dentro da eventualidade, garantido pelo uso da morfologia progressiva ou de verbos estativos somados a advérbios específicos que incluem o “agora”, ou o limite direito.

Começarei comentando a afirmação de Pancheva sobre a contribuição das partículas participiais dos perfeitos:

Apenas verbos estativos e o progressivo podem formar perfeitos Universais em inglês. Em línguas com distinção entre perfectivo/imperfectivo, a disponibilidade da interpretação Universal depende da disponibilidade de participios não-perfectivos (Iatridou, Anagnostopoulou and Izvorski 2001). Grego, por exemplo, marca obrigatoriamente participios perfeitos como perfectivos e, como resultado disso, o perfeito Universal não é possível nesta língua. (PANCHEVA, 2003, p.278)

Se apenas participios não-perfectivos podem ter interpretações universais, nesta teoria o *-do* participial do PB teria de ser [NEUTRAL] ou [UNBOUNDED]. Molsing (2010) acredita que o participio do PB, dentro desta teoria, seja [NEUTRAL] para poder gerar ambas a interpretação universal e a existencial, em combinação com a eventualidade subjacente. Vou considerar por um momento que isto é o que realmente ocorre com o PB, e retomar alguns exemplos do tipo [NEUTRAL] do inglês. Fica evidente que, assim como o PPC, o *Present Perfect Progressive* pode gerar duratividade com estativos e iteratividade com eventivos, como exemplificado em (1.18):

(1.18) a. She has been living by herself since 1993.

Ela tem morado sozinha desde 1993.

b. She has been studying a lot lately.

Ela tem estudado muito ultimamente.

c. She has been getting home early recently.

Ela tem chegado em casa cedo recentemente.

O quadro teórico do PTS descreve estritamente as possibilidades: um participial [NEUTRAL], assim como uma morfologia progressiva, combinados com os advérbios apropriados, geram sentenças universais. Por esses critérios, os exemplos acima, que muitas vezes são interpretados como universais, não o são (contrariando autores que afirmam que o PB apresenta apenas essa leitura, como Squartini, 1998 e Laca, 2010). De fato, (1.18) b. e c. são claramente experienciais, pois seus advérbios habituais apenas garantem um início da eventualidade e nada dizem sobre o final do PTS. O exemplo de (1.18) a. pode ser ambíguo entre a interpretação universal e experiencial, já que *since 1993* garante o início, mas o fim pode ou não incluir o final do PTS (se a expressão usada fosse algo como *at least since 1993*, que inclui o momento presente, não haveria ambiguidade). A teoria tem uma boa predição sobre a formação dos perfeitos, porém um problema se mantém: não há uma diferenciação semântica entre a duratividade da sentença em (1.18) a. e iteratividade de (1.18) b. e c., e a ambiguidade do primeiro exemplo não é contemplada.

Além disso, como no excerto citado anteriormente sobre os exemplos de sentenças tipo [NEUTRAL] que geram as sentenças experienciais, Pancheva afirma que “a eventualidade se assegura no momento de fala e além dele”, mas se observamos os exemplos mais de perto, isso não parece ser verdade: podemos cancelar o estado de (1.18) a. no momento de fala, continuando com “mas hoje se mudou com a irmã”, por exemplo. Já (1.18) b. pode ser cancelado com “mas essa semana está descansando.”, e (1.18) c. com “mas hoje chegou tarde.”, etc.

Nesse sentido, acredito que o problema com a argumentação de Pancheva nesse ponto seja afirmar sobre a *eventualidade*, ao invés de sobre o PTS. Se fosse reformulado que os participiais [NEUTRAL] permitem que o PTS continue no momento de fala e após ele, as leituras experienciais seriam semelhantes às existenciais, em que a eventualidade está contida no PTS, apenas com a diferença de que não há garantia de que coincida com o momento de fala, que é nossa intuição básica sobre as interpretações do Perfeito Progressivo do inglês e do PPC com eventivos. Dessa

forma também poderíamos refinar ainda mais a definição das interpretações universais, que ficaria restrita apenas aos casos em que o PTS estivesse contido na eventualidade, e em que se assegurasse a eventualidade no momento da fala. Uma consequência natural disso seria que a nova definição de interpretação universal admitiria apenas as leituras durativas e excluiria as habituais e iterativas, que não necessariamente se asseguram no momento de fala.

Para além dessa questão, é uma característica clara da teoria que as diferentes interpretações dos perfeitos têm uma base gramatical, e não apenas pragmática. Isto ultimamente confere à teoria uma maior adequação descritiva. Com as adaptações, até o momento, ela é a que mais tem a dizer com relação à ambiguidade Existencial x Universal dos tempos perfeitos. No entanto, seguimos sem uma boa explicação sobre as interpretações iterativas do PPC.

1.2 NOTAS SOBRE AS TERMINOLOGIAS DOS PERFEITOS

Antes de prosseguirmos com o tipo de abordagem que desejamos aplicar nesta dissertação, vamos revisar algumas conceituações relacionadas à descrição de configurações temporais nas línguas que consideramos importantes e que, eventualmente, se perdem entre nomenclaturas, confluindo em algumas definições e divergindo em outras. Como vimos até aqui, existe muita história na linguística que trata da descrição temporal, e isso leva, muitas vezes, a uma proliferação de definições por autor/teoria. Por este motivo, em seguida vamos revisar alguns termos que comumente se confundem na descrição dos perfeitos, nomeadamente a imperfectividade, a duratividade, a interpretação Universal e a iteratividade. A revisão a seguir parte do que vimos até o presente momento, e seu objetivo é enxergar com mais detalhes os blocos de construção que fundamentaram estas análises.

1.2.1 A duratividade vs. a iteratividade

A duratividade até aqui mencionada constantemente se confunde entre as teorias citadas. Ela tem uma vaga relação com a tradição da descrição de acionalidade, em que é tomada como um traço lexical que caracteriza as atividades, os *accomplishments* e os estados, com a propriedade da eventualidade ser dada como verdadeira em cada um de seus subintervalos (no caso dos *accomplishments*, durante a seção que antecede o seu *telos*). No entanto, nas teorias de descrição dos perfeitos, a duratividade tem sido consistentemente relacionada à extensão do evento atingir ou

não o momento de fala. Essa confusão diz respeito em grande parte às várias camadas de aspecto contidas nos tempos perfeitos. No caso das teorias estativas, temos dois tipos de duratividade: a estatividade lexical, diretamente ligada ao evento, e o estado resultante, já complexo, da sentença final com o perfeito; no caso das teorias X-now, a duratividade, além de uma característica do evento, também depende da interpretação do nóculo de [(UN)BOUNDED], já que, para que o evento seja durativo e alcance o tempo da referência, ele necessita ser imperfectivo, visto que as interpretações universais requerem uma eventualidade que perdure uma seção de tempo até o momento de fala.

Voltando às bases, a descrição de um evento quando chega no nível sentencial pode se tornar na verdade muito complexa. Ilari (2001), por exemplo, descreve dois tipos de duratividade: uma absoluta e outra intermitente. A absoluta trata de um evento durativo, que é verdadeiro em todos os seus intervalos. Nos exemplos a seguir, o autor identifica, à primeira vista, o que seria este tipo:

- (1.19) a. O menino tem ficado em seu quarto.
- b. A televisão tem ficado ligada.
- c. A janela tem ficado aberta.

No entanto, esses eventos podem ser modificados para expressar algum tipo de habitualidade, ou evento que se repete em ocasiões diferentes. Em (1.19) a., afirmar que o evento acontece toda vez em que há visitas, em b., que toda noite alguém esquece de desligar a televisão antes de dormir, e em c., similarmente, que a janela fica aberta em todos os eventos em que a família sai de casa. Estas parecem ser na verdade as interpretações mais salientes para as afirmações de (1.19). Nesse caso, estaríamos lidando, de fato, com algum tipo de repetição, o que nos leva o nosso próximo tópico: a iteratividade.

A iteratividade é frequentemente usada para descrever um tipo de distribuição do evento na linha do tempo, que se caracteriza como a repetição de um evento, ou subeventos, de um predicado. Comrie (1976) classifica a iteratividade como a repetição de uma situação numa única ocasião, semelhantemente ao exemplo a seguir:

(1.20) O carteiro tem tocado duas vezes.²⁷ (ILARI, 2001)

No sentido de Comrie, a iteratividade tem um significado mais restrito do que o conceito de *habitualidade*. A habitualidade descreve repetições de eventos que podem acontecer em ocasiões diferentes. Com relação a isso nos parece que o PPC pode expressar ambas e, em alguns casos, ser ambíguo entre as duas interpretações. Observemos o seguinte exemplo:

(1.21) A Ana tem comido cereja (faz dez minutos/ todo dia).

Em (1.21), com o complemento “faz dez minutos”, temos uma atividade iterativa no sentido restrito de Comrie, enquanto o complemento “todo dia” torna “comer cerejas” uma habitualidade. Podemos dizer que a primeira interpretação enxerga subeventos de uma eventualidade única, enquanto a segunda faz a repetição do evento em ocasiões diferentes.

Com o PPC podemos ainda ter uma mistura de situações que são descritas como durativas e habituais, no sentido restrito de Comrie. É o caso dos exemplos em (1.19), em que os eventos exibem uma duração que se repete a cada ocasião.

Numa sistematização sobre tempo e aspecto, vale a pena destacarmos que a duratividade, segundo a classificação de Vendler, é uma característica de aspecto lexical. Isso significa que a duratividade é um traço que vem do VP, e não pode ser confundida com a imperfectividade, que diz respeito ao aspecto gramatical das sentenças.

Também é importante notar que o PPC, apesar de combinado com adjuntos temporais que denotam duratividade (“faz/há x tempo”, “por x tempo”, “desde x”), nem sempre produz sentenças lidas como durativas, como no perfeito do inglês. É o caso do exemplo em (1.9), que mesmo com um VP do tipo atividade, homogêneo e atélico, ainda nos dá sentenças iterativas. Isso não significa que a eventualidade subjacente tenha mudado suas características internas, mas aponta que existem outras interações acontecendo internamente ao VP.

Molsing (2010) afirma que interpretações durativas ou contínuas de um evento ocorrem quando há uma coincidência entre o tempo da eventualidade e o tempo de

²⁷ Lembramos aqui que este é um exemplo que cabe na definição de Molsing (2010) do *frequency puzzle*, em que uma sentença com PPC aceita um adjunto cardinalizado quando é interpretada num contexto habitual.

referência. Para não haver confusão, não vamos usar as nomenclaturas de Ilari (duração absoluta e intermitente), pois elas unem a expressão dos aspectos gramatical e lexical. Iremos usar os termos duratividade no sentido de Molsing, de um evento que coincide com o tempo da referência, e usaremos habitualidade e iteratividade no sentido mais restrito de Comrie.

1.2.2 O paradigma Imperfectividade/Perfectividade

Os termos imperfectividade/perfectividade estão inseridos na tradição de descrição gramatical que segue desde os primórdios da gramática tradicional. Para efeitos desta discussão, seguindo a proposta como a de Smith (1991) e Squartini (1998), imperfectividade/perfectividade trata de um traço semântico que delimita o ponto de vista do evento. Em outras palavras, enquanto a perfectividade visualiza as eventualidades como concluídas, fechadas, a imperfectividade as visualiza como abertas, não-concluídas.

Em relação ao PPC, a imperfectividade é frequentemente documentada, tanto para o português brasileiro quanto para o europeu (CASTILHO, 2014, RAPOSO et al., 2013). No entanto, a im/perfectividade costuma ser descrita a partir de morfologia gramatical que indique essa condição. Para o PPC, que tem o auxiliar *ter* no presente, e um particípio *-do*, que a princípio seria uma morfologia perfectiva, não temos uma interpretação tão claramente unívoca da contribuição de [PERFECT] e [(UN)BOUNDED].

Molsing (2010) entende que a imperfectividade do PPC vem do auxiliar *ter* estar no presente, visto que o tempo presente é comparável ao PPC em algumas interpretações, e é um tempo considerado imperfectivo, apesar de sua morfologia não ser especificamente imperfectiva. Nesse sentido, talvez caiba trazeremos comparações do PPC a outros tempos imperfectivos, e testarmos suas compatibilidades.

O PPC é frequentemente comparado a algumas expressões progressivas, como o *ir*, *vir*, *andar* e *estar* + gerúndio, além do passado imperfectivo e do presente do indicativo. As primeiras têm substituído o PPC em alguns contextos, como aponta a pesquisa sociolinguística de Mendes (2004, apud MOLSING, 2010). Uma investigação mais aprofundada destas expressões se encontra em Bertinetto (2000) e não será abordada nesta seção. Vamos nos concentrar numa comparação entre estruturas que expressam morfologia imperfectiva e o PPC, com o propósito de investigar

semelhanças e diferenças entre elas. A seguir, colocamos um quadro com as interações entre aspecto lexical e os tempos imperfectivos do português:

TABELA 3 – O PPC E OS TEMPOS IMPERFECTIVOS

	PPC	Pretérito imperfectivo	Presente
Estados <i>Stage-Level</i>	A Maria tem morado sozinha (há anos).	A Maria morava sozinha (havia anos).	A Maria mora sozinha (há anos).
Estados <i>Individual-Level</i>	*A Ana tem sido alta.	A Ana era alta.	A Ana é alta.
Atividades	O Pedro tem corrido no parque.	O Pedro corria no parque.	O Pedro corre no parque.
<i>Accomplishments</i>	O João tem lido o <i>Tom Sawyer</i> .	O João lia o <i>Tom Sawyer</i> .	O João lê o <i>Tom Sawyer</i> .
<i>Achievements</i>	O aluno tem chegado atrasado.	O aluno chegava atrasado.	O aluno chega atrasado.

FONTE: Modificado de Molsing (2010, p.171).

Os predicados *stage-level* produzem sentenças durativas com todos os imperfectivos. O mesmo se nota sobre os predicados *individual-level*, exceto no caso do PPC, que não forma uma interpretação durativa e tem uma possível interpretação habitual barrada pragmaticamente. Com as atividades, *accomplishments* e *achievements*, vemos leituras habituais. A principal diferença entre o PPC e o pretérito imperfectivo é a sua referência, presente para o primeiro e passada para o segundo. No caso do PPC e do Presente, a principal diferença é que o PPC parece assegurar o início da eventualidade anteriormente ao momento de fala, ainda que de maneira indeterminada, enquanto o Presente apenas faz a descrição de um fato sobre a habitualidade ou continuidade do evento.

Sendo assim, me inclino a afirmar que o PPC compartilha das principais características dos tempos imperfectivos, em contextos muito semelhantes. No entanto, há ainda diferenças a serem investigadas, principalmente em relação à formação *ter* + participípio. Não afirmarei sobre a proposta de Molsing em que o PPC é imperfectivo por ter o auxiliar *ter* no presente. A priori, considero que, enquanto o *ter* marca um espaço de tempo ao qual um evento se relaciona, a delimitação do participial com relação à extensão do evento é aberta, tanto para interpretações durativas quanto habituais. Isso significaria dizer que o PPC é necessariamente imperfectivo, não de uma maneira tradicional, com sua imperfectividade gerada pela morfologia, mas por sua configuração tempo-aspectual que não afirma sobre a conclusão ou não da eventualidade.

1.2.3 A interpretação Universal vs. Existencial

As interpretações Universais são descritas como uma situação que se estende até, engloba e, possivelmente, ultrapassa o momento de fala, ou referência (MOLSING, 2010; LACA, 2010). Por exclusão, as interpretações Existenciais são aquelas em que o intervalo do evento não coincide com o momento de fala. Por conta da sua imperfectividade, o PPC tem sido descrito como exibindo apenas a leitura Universal (LACA, 2010; SQUARTINI, 1998).

Em primeiro lugar, não me parece adequado fazer uma adaptação tão direta dos termos para o PPC, e ignorar toda uma história de investigação linguística que não é exatamente adaptada para o tempo de que estamos tratando nesta dissertação. Em segundo, me parece equivocado relacionar diretamente leituras *universais* com imperfectividade e *existenciais* com perfectividade, quando a formação das leituras *universais/existenciais* depende, primeiramente, de uma construção de níveis mais lexicais da sentença, desde o tipo de eventualidade que descrevem à interação com adverbiais e o participio.

Na seção sobre o PTS, vimos que as leituras universais só emergem quando há a garantia sobre o início e o fim do PTS, ou o tempo tópico sobre o qual se faz a asserção, estarem dentro da eventualidade. Para o português, vemos que as leituras universais podem ser obtidas com predicados estativos, e garantidas com adverbiais durativos e que incluem a referência, como “desde x”, ou “de x tempo pra cá”, como em “A Ana mora com a irmã desde 2017.”, ou “João tem estado feliz, do ano passado pra cá”.

No entanto, o PPC parece ser mais produtivo com as interpretações Existenciais, em que a coincidência entre a eventualidade e a referência não é uma asserção da estrutura, apesar de poder acontecer, e em que as interpretações disponíveis são de habitualidade ou iteratividade. Como mencionamos anteriormente, o PPC tem a peculiaridade de expressar primariamente iteratividade/habitualidade, diferentemente do perfeito do inglês e de suas contrapartes românicas. Nesse sentido, voltamos a frisar que nos distanciamos da descrição de Pancheva (2003), que assume que todos os perfeitos com estruturas progressivas são universais. Isso porque mesmo com morfologia progressiva, há diferença entre as leituras a depender da eventualidade e dos advérbios complementares, bem como o progressivo com predicados eventivos não garante que o PTS está contido dentro das eventualidades,

definição essencial dentro da própria teoria. Dadas as várias camadas de aspecto dos tempos perfeitos, não nos parece sábio equalizar a interpretação universal de maneira tão direta à morfologia aspectual.

Resumindo, para esta dissertação, só se obtém a interpretação Universal se há o *overlapping* do evento com o momento de referência. Para as teorias do Perfeito estativo, como a de Klein (1992, 1994) e Moens e Steedman (1987, 2005) essa derivação é simples, deve haver apenas a coincidência dos dois. Para a teoria do PTS, a relação é dependente da eventualidade ser combinada com morfologia [NEUTRAL] ou [UNBOUNDED]. Vamos nos aproximar mais das primeiras nesse sentido, já que vimos que, independentemente da morfologia, no caso do PB e do inglês, as leituras universais só emergem com estativos. No entanto, isso significa concordar com Pancheva (2003), entre outros autores, quando afirma que as diferentes interpretações dos perfeitos dependem muito mais da eventualidade subjacente e dos sintagmas mais baixos da árvore sintática do que do significado do perfeito em si.

1.3 O QUE PAVIMENTA NOSSO CAMINHO

Como visto até aqui, e mantendo em mente que existem uma série de desafios a serem abordados por teorias que se proponham a definir e explicar a expressão do tempo de maneira tão variada translinguisticamente, esta dissertação definitivamente não se propõe a esgotar as possibilidades descritivas. O que adianta é que, apesar de existirem variadas interpretações emergentes dos tempos perfeitos e do português brasileiro ser uma dessas línguas em que as interpretações são muito particulares, existem também uma série de fenômenos que acontecem com o uso dos tempos perfeitos que nos fazem acreditar ser possível uma sistematização uniforme.

Uma das intenções em defender a diferenciação entre a duratividade, a iteratividade, a imperfectividade e as leituras que emergem dos perfeitos é a necessidade de preservar a precisão da descrição interna dos eventos que são visualizados pelo PPC. Isto porque tudo aponta que elas sejam as reais responsáveis pelas variadas interpretações geradas no PPC. Nesse sentido, a minha principal objeção à teoria de Klein sobre a composição temporal dos perfeitos é que, ao deixar as eventualidades de lado, ou para a pragmática, a teoria deixa de prever muitas possibilidades linguísticas para os perfeitos de base estrutural, tanto sintática quanto semântica. Já as teorias de pós-estado de Moens e Steedman pecam por trabalhar com um sistema em que o Perfeito é um operador coercitivo, e não construcional. No

caso da teoria do PTS, por que há uma equiparação entre morfologia progressiva e leituras universais, não há uma diferenciação clara entre a duratividade das eventualidades e a duratividade derivada do PTS.

Minha análise e, portanto, caminho argumentativo, será em busca de uma teoria que contemple alguns princípios primários que acredito essenciais à uma boa descrição linguística temporal. O primeiro princípio é a composicionalidade linguística: precisamos ter uma teoria que capture adequadamente esse princípio, pois é essencial que uma teoria linguística possa conceber hipóteses sobre os fenômenos linguísticos a partir de sistemas que gerem naturalmente esses fenômenos, e não a partir de coerção e exceções disjuntas. O segundo é uma teoria que leve a sério condições internas e externas das línguas e seus sistemas temporais, como a formação dos verbos e sua possível decomposição, bem como informações contextuais, e incorpore esses sistemas dentro de um sistema composicional coerente para a maior quantidade de níveis possíveis dessa expressão temporal. A seguir, no segundo capítulo, apresento um quadro teórico que acredito atender a esses dois princípios

2 A SEMÂNTICA CITACIONAL (QUANTIFICACIONAL)

A Semântica Citacional²⁸ é um quadro proposto por Ramchand (2018), com precedentes em Ramchand (2014), Ramchand e Svenonius (2014), Ramchand (2017), e na Nanossintaxe de Starke²⁹. Nesse quadro teórico se procura unir pressupostos da gramática minimalista de Chomsky e da linguística cartográfica de Cinque para fazer grandes generalizações translinguísticas sobre a expressão temporal. Aproximando a ideia minimalista de que existe uma arquitetura sintática universal inata à extensa descrição cartográfica de várias línguas, os autores, a partir da organização sintática rígida de verbos auxiliares do inglês, e de outras línguas germânicas como o norueguês e o sueco, hipotetizam que a gramática da descrição de eventos se divide em zonas em que os nódulos sintáticos podem exercer domínio de acordo com certos mecanismos hierarquizados. Isso significa dizer que a sentença pode ser dividida em partes que estarão submetidas umas às outras, por diferentes processos, e a leitura que emerge das sentenças vem da interação de cada parte em sua respectiva zona, e da composição semântica de cada uma das zonas.

Começando pelo trabalho de Ramchand e Svenonius (2014), os autores se propõem a definir quais são estas zonas, e que tipo de relações hierárquicas elas podem exibir (se fixas, não-fixas, independentes, seletivas, etc.). Num contexto sintático-semântico mais geral, Ramchand e Svenonius (2014) assumem que a sentença pode ser dividida em três regiões, ou zonas, regidas pelos primitivos da *proposição* (p), *situação* (s) e *evento* (e). Essas zonas são, respectivamente, o *domínio-C*, o *domínio-T* e o *domínio-V*, posicionados nesta ordem hierárquica, que nascem da maneira em que os primitivos *p*, *s* e *e* se organizam na *wetware*³⁰ e de como o sistema sintático-semântico se utiliza deles (RAMCHAND e SVENONIUS, 2014).

Os elementos que formam essa estrutura podem ser sintáticos ou expoentes. Os elementos sintáticos são os nódulos sintáticos – por exemplo T(empo), Asp(ecto),

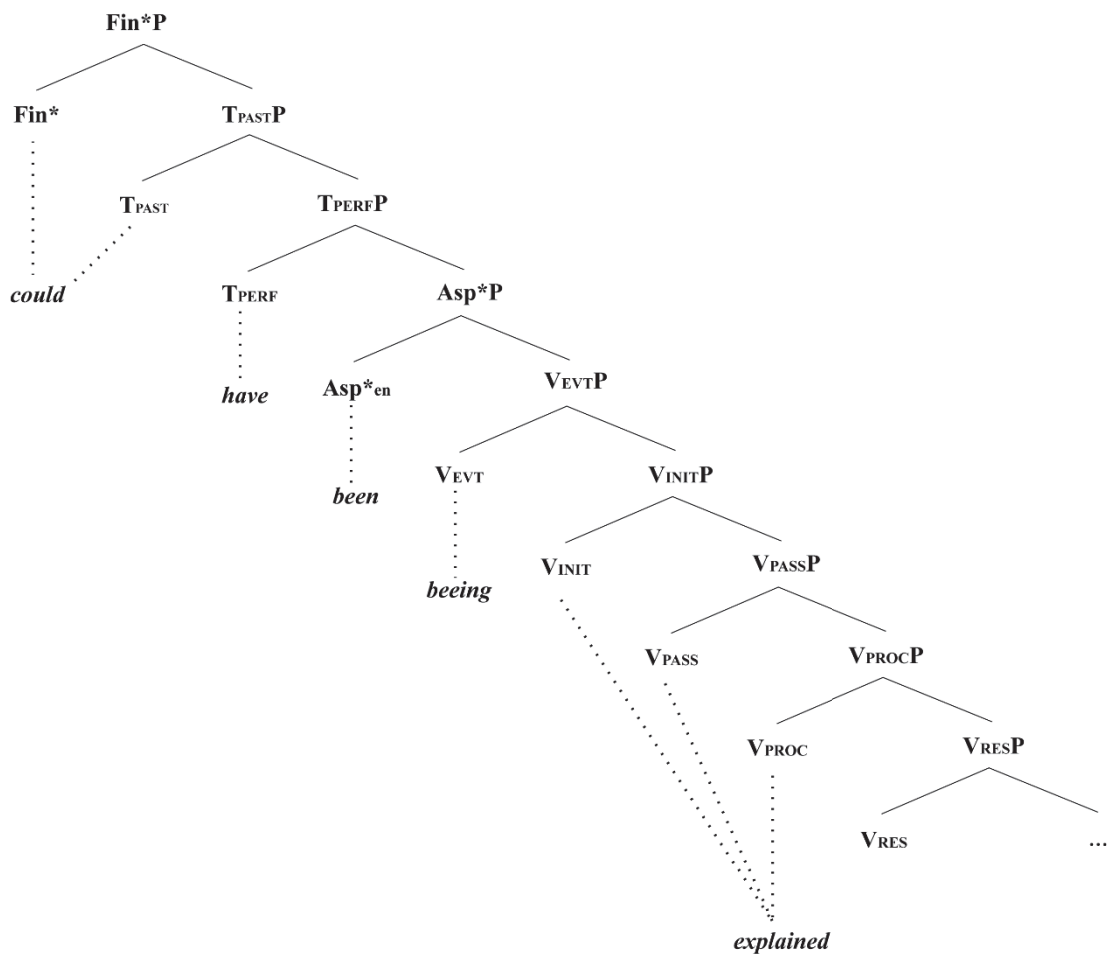
²⁸ Quotational Semantics, no original. A tradução Semântica Citacional é nossa, e doravante, usaremos a sigla SC.

²⁹ A autora incorporou ideias da nanossintaxe, mas não se compromete com a linha como proposta por Starke. Cf. Starke, (2009a, 2010).

³⁰ Os autores usam o termo *wetware* para se referirem tanto à estrutura neural quanto à mental, dentro das capacidades cognitivas humanas, comparavelmente a termos comumente usados nas áreas tecnológicas, o *hardware* e o *software*.

V(erbo) –, e tendem a obedecer a uma hierarquia rígida de operações sob o efeito de *merge*: Asp comanda V, mas não o oposto. Já os expoentes são os itens linguísticos que emergem à superfície, que podem confluir e lexicalizar um ou mais nódulos sintáticos. Essas operações podem ser melhor observadas na árvore sintática a seguir, retirada do modelo dos autores, em inglês:

FIGURA 5 – A ÁRVORE SINTÁTICA DOS AUXILIARES DO INGLÊS



FONTE: Ramchand e Svenonius (2014, p. 154)

Esta árvore está saturada com a maior quantidade possível de auxiliares da língua inglesa, para demonstrar as possibilidades seletivas de cada zona, bem como as realizações dos expoentes e dos elementos sintáticos. Como se pode observar, os elementos sintáticos são individuais e estão em posições hierárquicas rígidas: Asp*_{en} pode dominar V_{EVT} (o perfeito pode selecionar um progressivo), mas o oposto não ocorre. Já os expoentes (*could, have, been, being, explained*) por vezes lexicalizam um ou mais nódulos sintáticos: um expoente como *explained*, tem na sua

especificação estrutural V_{PASS} (a forma participial passiva) e outros vários subcomponentes de VP. Na verdade, como o participio *-ed* pode até realizar uma estrutura mais alta na árvore (se, por exemplo, estivesse lexicalizando a forma participial perfeita, como veremos adiante), os expoentes compostos do morfema participial estariam lexicalizando também as estruturas especificadas nesse *-ed* mais alto. É possível, também, que uma estrutura monomorfêmica lexicalize mais de um nóculo sintático (CHOMSKY, 1957 apud RAMCHAND e SVENONIUS, 2014), como é o caso do *could* – na imagem vemos que ele realiza Fin^*P (o nóculo modal) e $T_{PAST}P$ (o nóculo do passado). Ou seja, não há um limite específico para a lexicalização de nóculos de um expoente: dependendo da sua especificação, ele pode realizar apenas um nóculo, bem como vários, contanto que sejam sequências (RAMCHAND e SVENONIUS, 2014, p. 154).

Indo para a Semântica Citacional³¹, o ponto de partida de Ramchand (2018) é defender uma semântica de eventos do tipo Davidsoniana, elemento que a autora considera primário no desenvolvimento de uma teoria que seja empiricamente adequada na sua descrição dos mecanismos linguísticos. Para ela, o tratamento do significado verbal a partir da noção de eventos é uma maneira de unificar o tratamento dos verbos em certas propriedades abstratas limitáveis. Para tal formalização, é necessário haver uma variável na qual possamos unificar essas diferentes propriedades, como propõe Davidson (1967).

Com o intuito de fugir de explicações sintáticas congeladas, baseadas em modelos fixos que muitas vezes são apenas assumidos, Ramchand pretende propor um sistema composicional em que a hierarquia obtida no sistema cai como consequência natural da composição. Desta forma, os blocos usados para esta construção devem ser abstratos o suficiente para serem aplicados translinguisticamente, mas empiricamente comprováveis/falseáveis. Nesse sentido, a autora argumenta que a necessidade da utilização de eventos na descrição linguística vem de uma necessidade empírica, já que, para esta, o domínio dos eventos tem suas propriedades específicas, como ser o lócus das dinâmicas de força, bem como das propriedades citacionais, que veremos a seguir.

A autora segue o raciocínio de Kratzer (1989) sobre a *mereologia situacional*, em que o elemento mínimo de uma situação é um evento, enquanto o elemento

³¹ Doravante, SC.

máximo é um mundo particular, tal que cada elemento é relacionado, afinal, a um mundo particular. Os eventos, por sua vez, exercem uma *função exemplificativa* da situação. No entanto, diferindo de Kratzer, Ramchand assume que serão necessários outros elementos descritivos no domínio eventivo, representações para expressar conteúdo relevante sobre, por exemplo, a dinâmica de forças e suas relações com seus participantes, mas sem informação temporal ou de mundo. O desafio do seu quadro teórico é formalizar um sistema em que seja possível um evento *ser* antes de fazer parte de um mundo e um tempo em particular.

A autora recorre a uma noção de *essência* proposta por Fine (2005) para contrapor à corrente noção dentro da semântica de que afirmações atemporais necessitam antes de situações temporalizadas para podermos generalizá-las, a partir de mundos possíveis. A questão de Ramchand com essa proposta é que, por mais que a ideia de expressar propriedades essenciais a partir de mundos possíveis possa dar resultados aparentemente adequados, ela não captura a uma intuição natural sobre essa diferença entre uma *verdade essencial* e uma *verdade universalmente dependente*.

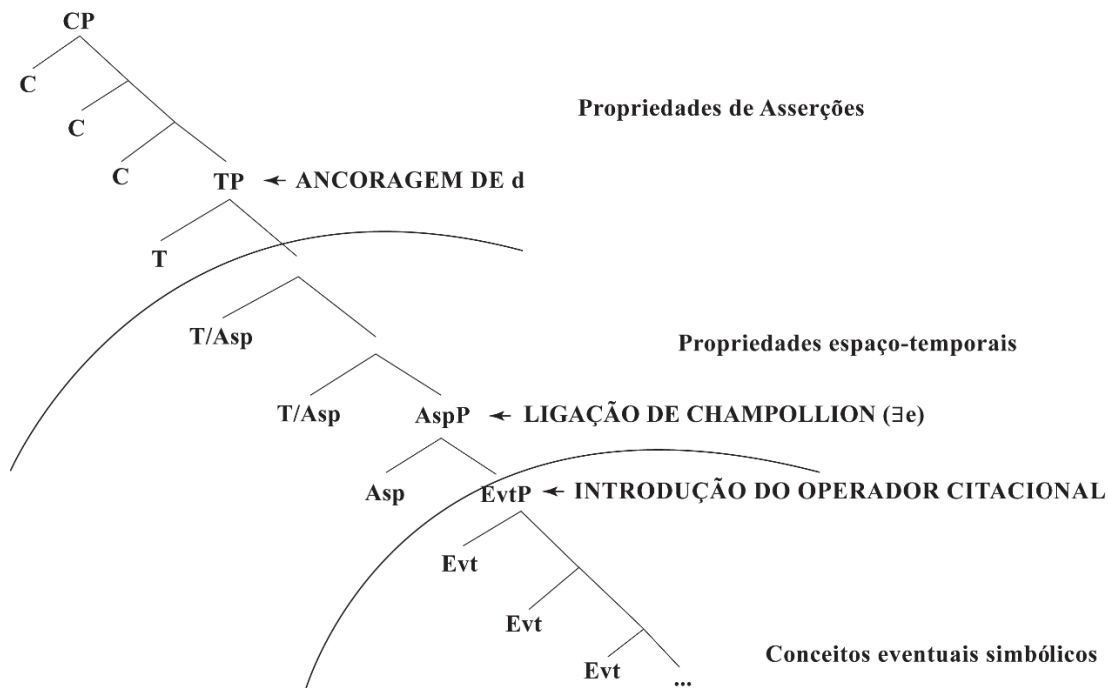
Essa verdade essencial, de fato a semântica da linguagem humana, precisa ser, de fato, um conjunto de abstrações mediadas pela nossa cognição/percepção sobre situações reais. Desta forma, no quadro teórico da SC, um item lexical codifica tais situações externas reais a partir de generalizações sobre propriedades de representação interna. Retomando então, o que a autora colocará em prática com relação à ontologia semântica dos eventos, será uma noção de evento parecida com a de Kratzer, ou uma descrição eventual parcial, um pouco diferente da natureza ontológica dos tipos de evento de Davidson, que são descrições completas indecomponíveis. A ideia é que predicados são compostos de símbolos reutilizáveis de descrições de eventos, tal que estas descrições codificam a semântica cognitiva/perceptual derivada da experiência de mundo, sim, mas envolvendo primitivos e generalizações sobre estas experiências, e não invocando um instanciamento real delas.

A partir daí, a primeira zona, o antigo domínio-V no artigo de Ramchand e Svenonius, se torna o Domínio μ , ou $D\mu$, um conjunto que contém todos os elementos bem formados do tipo μ . Traduzindo a ideia da inserção da faceta cognitiva em termos semânticos, temos elementos do tipo μ , que são descrições parciais de eventos, criando outros elementos derivados do tipo μ , até o fim da primeira fase:

No tratamento que estou propondo aqui, a ilusão de genericidade lexical, neste sentido, é um produto do fato que os membros simbólicos de D_{μ} são propriedades parciais de eventos que são abstrações sobre espaço e tempo. Isso significa que o IL³² invoca apenas as propriedades que são independentes de instanciação, por definição. O sistema então permite que propriedades eventivas sejam adicionadas e compostas via um tipo comum de conjuntivismo davidsoniano (RAMCHAND, 2018, p. 18)³³.

A primeira fase, a fase do domínio eventivo, e a segunda fase, das situações, são separadas por EvtP, o local onde há o fechamento da eventualidade. Esse fechamento nada mais é do que a conclusão da sua descrição, ou o momento em que suas propriedades são delimitadas. A árvore a seguir é uma representação com as divisões entre as fases:

FIGURA 6 – AS ZONAS SEMÂNTICAS DAS SENTENÇAS



FONTE: Adaptado de Ramchand (2018, p 217)

Na fronteira da primeira zona, entra a categoria EvtP, que é o nódulo que introduz o operador de implementação³⁴: é neste nódulo que o conteúdo lexical

³² Item lexical.

³³ "In the treatment I am proposing here, the illusion of lexical genericity in this sense is a byproduct of the fact that symbolic members of D_{μ} are partial event properties that are abstractions over space and time. This means that the LI itself invokes only those properties that are independent of instantiation, by definition. The system then allows event properties to be added to and composed via a normal kind of Davidsonian conjunctivism."

³⁴ Ou citacional, como trataremos em diante. No original, é usada a palavra *deployment*, de maneira mais genérica. Optamos por evidenciar a característica central da teoria na nossa tradução, no entanto.

construído até o momento passa a denotar propriedades de eventos, através da introdução do evento-demonstração d . Neste momento, entra a parte “citacional” da teoria: d é uma variável que representa explicitamente a *troca de informações*, semelhantemente a expressões performativas (“Eu asseguro/afirmo que”) ³⁵. Funcionalmente falando, a variável d é o resultado da conversão da representação conceitual da eventualidade realizada em $D\mu$ (e) em uma variável com condições de verdade e , portanto, uma variável com alocação tempo-espacial (de mundo) explícita. Essa conversão é embutida na teoria pela ação de CONVEY³⁶. A ideia é inspirada na noção de *demonstração* de Henderson (2015), em seu estudo de ideogramas, em que cada símbolo é demonstrativo das propriedades essenciais do evento a que faz referência. Nas palavras da autora,

A ideia central da minha própria adaptação é que a noção de demonstração é apenas um caso especial de uma ideia mais geral em que o evento de fala d é usado para CONVEY um evento no mundo e e o uso de um item lexical como conteúdo temático de d é também perfeitamente geral. [...] Desta forma, de maneira mais geral queremos dizer que o conteúdo simbólico é empregado pelo falante para transmitir um evento. (RAMCHAND, 2018, p. 17)³⁷

Assim, na fronteira da primeira fase, temos o nóculo Evt introduzindo a situação do momento de fala d , com conteúdo linguístico u para transmitir o evento e . A notação do emprego de conteúdo simbólico ao nível de $EvtP$ seria algo como:

$$(2.1) \llbracket EvtP \rrbracket = \lambda d \lambda e [\text{UTTERANCE}(d) \wedge \text{TH}\delta(d) = u \wedge \text{CONVEY}(d,e)]$$

Em que $EvtP$ é uma “propriedade de um evento de ato de fala d e um evento e , que tem u como seu tema, e onde d é empregado para transmitir e (onde $u \in D\mu$ é a denotação da descrição verbal da primeira fase)” (RAMCHAND, 2018, p. 17). Depois do uso da variável u , que contém o item lexical, em $EvtP$, o evento então pode ser localizado a partir do nóculo Asp . A escolha desse nóculo, segundo a autora, segue para demonstrar a convergência de sua teoria com estudos na área de sintaxe-

³⁵ O que não quer dizer que seja necessário que haja qualquer implementação real de tais expressões para que d seja introduzido, muito menos que exista ali qualquer tipo de performativo implícito, sofrendo apagamento ou encaixamento.

³⁶ CONVEY significa, largamente, transmitir. Decidimos deixar o termo no original, já que para a SC se trata de um primitivo semântico.

³⁷ “The central idea of my own adaptation is that the notion of demonstration is simply a special case of the more general idea that the speech event d is used to CONVEY an event in the world e . The deployment of a lexical item as the thematic content of d is also perfectly general. [...] Thus, more generally we want to say that symbolic content is deployed by the speaker to convey an event”.

semântica sobre tempo e aspecto, que tradicionalmente colocam este nóculo como a posição onde acontece a mudança de eventos para *tempos*. É aqui, então, que acontece a ligação entre o contexto do ato de fala *d* ao evento que acabou de passar de existir.

Na teoria citacional, assim como representar a relação, espacial, temporal ou existencial de um evento em relação ao momento de fala, Asp também soluciona um problema comum com a noção de evento. De acordo com Ramchand, em concepções anteriores, o quantificador do evento nunca interage com outros quantificadores, pois parece exibir um escopo restrito em relação a eles. A sua solução para este problema vem de Champollion (2015): verbos e suas projeções passam a denotar quantificadores existenciais sobre eventos, ou seja, *conjuntos de conjuntos* de eventos. Assim, o evento não precisa mais estar vinculado diretamente ao nível da sentença, e pode receber outras propriedades até seu ligamento existencial. A notação de um evento como “ver Maria”, seria algo como:

$$(2.2) \llbracket \text{ver Maria} \rrbracket = \lambda f \exists e [\text{ver}(e) \wedge f(e) \wedge \text{th}(e) = \text{Maria}],$$

em que *f* é uma *propriedade de propriedades de evento*. É isto que Champollion chama de Semântica Quantificacional, e que Ramchand segue aprofundando: a abordagem citacional é um tipo de semântica quantificacional, em que “a vinculação existencial da variável evento é mediada pela introdução do evento demonstrativo na fronteira primeira fase” (RAMCHAND, 2018, p. 20), e *f* é uma propriedade das propriedades citadas por *d*, o evento demonstrativo, que por sua vez são representativas das propriedades do evento *e*, as noções conceituais do evento. Do lado da sintaxe, *f*, ou *f_d*, é localizado em AspP, já que estas propriedades são relações entre o evento *e* e o evento de fala *d*. A notação semântica para AspP seria algo como: $\llbracket \text{AspP} \rrbracket = \lambda f \langle v, \langle v.t \rangle \rangle \lambda d \exists e [\text{Utterance}(d) \wedge \llcorner u \lrcorner(e) \wedge f(d)(e)]^{38}$

Na notação acima, AspP faz a ligação entre os domínios eventual e situacional, através da função *f*, que relaciona o evento de fala (*Utterance*) *d* a um conteúdo linguístico *u* que expressa as propriedades do evento *e*.

³⁸ A notação de cantos inferiores (“ \llcorner u \lrcorner ”) encontrada em Ramchand é adaptada de Henderson (2015), e é usada para isolar a parte semântica da tríplice < fonética, sintaxe, semântica > denotada por um elemento do tipo μ . No exemplo da autora,

$\llcorner \text{run} \lrcorner = \lambda e [\text{run}(e)]$ (RAMCHAND, 2018, p. 15).

Ainda sobre os membros de $D\mu$, não precisam ser atômicos, podendo ter camadas de composição contanto que não ultrapassem $EvtP$. Em línguas como o PB e o inglês, alguns morfemas são capazes de fazer isso, como veremos mais aprofundadamente adiante. Adicionalmente, os elementos de $D\mu$ se assemelham muito ao sentido clássico de itens lexicais de classes abertas, como na gramática gerativa, os separando dos itens funcionais, que não fazem parte de $D\mu$. A ideia é que os elementos de $D\mu$ contém ambos conteúdos conceitual e estrutural semântico, enquanto os itens funcionais têm *apenas* o conteúdo estrutural. Diferentemente de teorias gerativas, no entanto, os membros de $D\mu$ não são apenas raízes acategoriais, pois também têm estrutura. Adicionalmente, como os itens funcionais, com o aspecto representado na função f , não vão operar sob o escopo do *operador citacional* d da primeira fase (do domínio conceitual $D\mu$), não se estarão criando novos símbolos complexos, mas de fato os operando no mundo, com localização espaço-temporal.

Aqui talvez seja importante ressaltar o papel da morfossintaxe e sua relação com a lexicalização na teoria. A maneira em que a morfossintaxe “se ajeita” dentro de cada item lexical é a partir de *spans*: leques lexicais. Na definição da autora, um *span* é uma sequência contígua de nódulos em uma relação de complementação (RAMCHAND, 2018, p. 28). Em casos em que a morfologia de um item lexical indica que ela está relacionada à características sintáticas atribuídas a nódulos adjacentes, o que na DM requereria que esses itens fossem inseridos em um nódulo só, e que fossem aplicados recursos como a fissão ou fusão sintática, são substituídos na teoria de Ramchand por *spanning* (ou a lexicalização) – uma ação em que um morfema pode expressar vários nódulos em uma sequência complementar. Assim, a autora postula duas regras essenciais para a aplicação de cada expoente lexical³⁹: a contiguidade e a especificidade:

(2.3) *Contiguidade*: Um LI pode ser inserido numa árvore sintagmática como expoente de um *span* apenas se ele expressa uma sequência contígua de nódulos na estrutura.

Especificidade: Um LI pode ser inserido numa árvore sintagmática como expoente de um *span* apenas se sua entrada lexical contém todas as propriedades neste *span*. (RAMCHAND, 2018, p. 30).

³⁹ Relembrando, o expoente lexical na SC é sinônimo do item lexical realizado.

A SC se distancia também de um modelo de inserção tardia, apesar de no quadro teórico, assim como na Morfologia Distribuída, os ILs serem selecionados apenas *depois* que a sintaxe do domínio relevante foi formada. A proposta difere muito no que diz respeito à implementação da inserção: não há uma separação entre o conteúdo conceitual, semântico, e a estrutura sintática. Na SC, o IL apenas é decomponível em outros componentes, sem separação entre conteúdo conceitual e sintático, e após combinações desses componentes através de *merge*, recebe o expoente lexical que cabe ao final de cada operação. Assim, não há competição para inserção ou uma condição *elsewhere* (ibid., p. 31).

Antes de partirmos para uma investigação mais empírica de cada fase, resta falarmos sobre a especificação lexical e polissemia. De maneira direta: Ramchand assume a *subespecificação* e a *polissemia funcional* para os itens lexicais o máximo possível. Na prática, isso significa que itens funcionais vão ter entradas lexicais com conteúdo semântico estrutural (não confundir com conteúdo conceitual, que em teorias anteriores seria dado pela raiz do verbo) e sintático. O objetivo é unificar a descrição de tais itens. Nesse sentido, a autora faz uma crítica contundente a análises anteriores:

O trabalho recente de Myler tenta fazer uma descrição unificada do *have* através dos seus usos como verbo pleno e causativo. Isso é feito esvaziando completamente o *have* de qualquer significado semântico, enquanto se lista um conjunto de contextos de inserção. No entanto, a não ser que os contextos de inserção tenham “algo em comum”, opostamente a apenas ser uma lista disjuntiva, esta não é uma unificação real. (RAMCHAND, 2018, p. 26)

A *reusabilidade* é central nos processos cognitivos e de utilização dos itens na SC. E, mais importante, *como* essa reusabilidade é utilizada na combinatória recursiva da construção das situações e das proposições. Assim, “a reusabilidade (e por extensão a polissemia) será vista como uma característica arquitetônica do sistema, ao invés de um *bug*” (RAMCHAND, 2018, p. 26). Retomando a relação citacional, na semântica de CONVEY pode-se ter, num contexto especificado, tanto instanciações parciais como totais das propriedades dos eventos, como subconjuntos específicos de propriedades desse evento, ou até a invocação de particulares desse evento a partir de um elemento lexical não descritivo ou com a descrição oposta. Algo como “e me lembra dessa propriedade, mesmo que ele não a tenha literalmente” (RAMCHAND, 2018, p. 27).

Uma grande diferença entre as perspectivas que vimos até o momento e a SC é como a diferenciação de categorias de aspecto lexical se dá na teoria. A autora assume uma noção mais enxuta que a de Vendler na diferenciação lexical dos verbos em termos semânticos, adaptada de Taylor (1977):

(2.4) Propriedades Temporais de Diferentes Primitivos de Tipos de Evento

(I). **Propriedades temporais de eventos dinâmicos simples:** um evento do tipo processo precisa ter um parâmetro temporal maior que um momento. Se um processo simples é verdadeiro em qualquer intervalo, então é verdadeiro em todos os subintervalos daquele intervalo maior que um momento.

(II). **Propriedades temporais de estados:** Um estado pode ter um momento como seu parâmetro temporal. Se um estado é verdadeiro em um intervalo, então é verdadeiro em cada subintervalo daquele intervalo, incluindo cada momento.

(III) **Propriedades temporais de eventos complexos:** Um evento com estrutura subeventual complexa deve ter tempos de duração correspondentes a cada subevento daquela estrutura. Se um evento complexo é verdadeiro num intervalo I, não podemos garantir que haverá qualquer subintervalo de I no qual o evento complexo é verdadeiro. (RAMCHAND, 2018, p. 65).

Apesar de ser mais enxuta, já que ela abandona os parâmetros usados por Vendler (\pm processo, \pm definido) para a formação dos tipos de evento, ainda existe estruturação semântica interna aos itens lexicais, que se dá pelo sistema de formação de itens e lexicalização por *spans*. Relembrando, os itens lexicais vêm com a lista de propriedades da categoria que expressam as possibilidades de inserção na espinha sintagmática. Nesse sentido, uma teoria mais enxuta de aspecto lexical serve melhor aos propósitos construcionais da teoria, e os parâmetros vendlerianos já não fazem muito sentido quando a estrutura argumental se torna complexa como a que Ramchand defende:

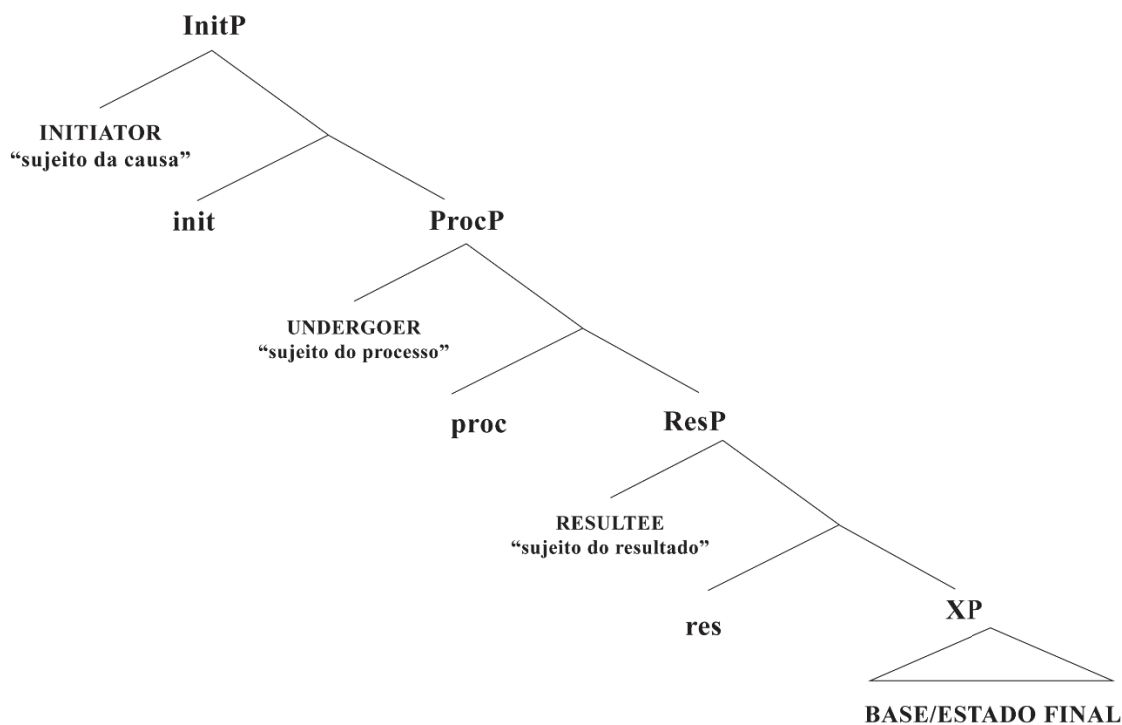
[...] existem claras generalizações translinguísticas com respeito a *aktionsart* e expressão argumental que converge nos seguintes fatos: itens verbais e argumentais que descrevem ou passam pelo resultado de um evento estão hierarquicamente acoplados sob itens que descrevem ou passam por mudança simples⁴⁰; estes dois por sua vez, estão acoplados hierarquicamente sob qualquer item verbal ou

⁴⁰ *Change simpliciter* pode ser traduzido como *evolução*, num sentido filosófico, ou como *processo*, num sentido mais tradicionalmente semântico. Optamos por uma tradução mais literal que evidencia o processo dentro de uma cadeia causal, concepção que traça pontes com a cognição em sua fórmula.

argumental que expresse causas, estáticas ou dinâmicas, dessas mudanças. (ibid., p. 31-32).

A representação em árvore sintática do VP correspondente a essa parte do *span* pode ser melhor observada abaixo:

FIGURA 7 – ÁRVORE EXPANDIDA DA ESTRUTURA SUBEVENTAL CAUSATIVA



FONTE: Adaptado de Ramchand (2018, p. 32)⁴¹

Cada nóculo pode conter um especificador e um complemento de acordo com a gramática que está exercendo: um especificador de **res** deve experienciar o resultado de um evento, um especificador de **init**, deve ser o causador, dinâmico ou estativo, de um evento, e assim por diante. Também existe a possibilidade de certos verbos não exibirem **res** no seu leque sintático – é o caso das atividades e dos *accomplishments*⁴². Esses papéis, segundo a teoria, não precisam ser atribuídos especificamente, mas vêm da aplicação recursiva de nóculos que exprimem primitivos de relação causal. Assim, obedecendo a princípios mais gerais de cognição, os primitivos são capazes de rotular os itens lexicais que aprendemos e juntar os eventos a seus participantes de acordo. Nesse caso, uma estrutura sintática mais complexa

⁴¹ A tradução dos nóculos Initiator, Undergoer e Resultee é de Rammé e Wachowicz (2014).

⁴² A princípio, os *accomplishments* recebem seu telos a partir de um *path* do tipo *bounded* na posição de complemento de **proc**, enquanto as atividades recebem um complemento *unbounded*.

deixa mais espaço para uma *construção* (em vez de *classificação*) lexical dos eventos, e tem, portanto, consequências produtivas para a composição dos eventos.

Uma última questão a ser mencionada é que a lexicalização de certos *spans* não estarão sempre disponíveis e podem sofrer bloqueio. Quando uma propriedade categorial não projetada em um elemento μ se une a outro μ , este deve ser complementar e projetar essa propriedade, e então ter seu conteúdo semântico unificado. Já o bloqueio acontece quando duas formas lexicalizam o que pode ser lexicalizado por apenas uma forma: nessa competição, a lexicalização feita de apenas um expoente sempre será escolhida ao invés da que contém mais expoentes. A união de ILs acontece dentro de cada fase, e não se estende para fora delas. Esses princípios são importantes para a investigação do fenômeno da auxiliação na SC: a auxiliação expressa o que talvez pudesse ser expresso sinteticamente, e, no entanto, ela se divide em partes. Nesse caso, em razão do bloqueio de fase, apenas uma parte da expressão contém a informação eventual conceitual aberta, enquanto a outra terá a parte finita. No entanto, em teoria, as formas auxiliares lexicalizam as mesmas estruturas sintagmáticas que poderiam ser lexicalizadas com uma estrutura simples, já que a árvore subjacente permanece a mesma.⁴³

A partir da colocação das fundações da SC, os próximos passos se resumem à aplicação e à demonstração da teoria na prática. Vamos seguir mais ou menos a linha de raciocínio de Ramchand, evidenciando o que consideramos os pontos principais da teoria desta primeira seção. Lembrando que o objetivo principal da teoria até o momento foi estabelecer as bases que serão usadas na investigação de construções auxiliares no inglês, portanto estaremos tratando principalmente de partículas que atuam nessas estruturas. Na segunda seção, iremos observar como essas construções se derivariam no PB.

2.1 A PARTÍCULA PROGRESSIVA

⁴³ A importância dessa constatação diz respeito, principalmente, a formas em competição. No caso do PB, apesar de parecermos ter algumas formas competindo para a expressão da habitualidade além do PPC, como o *estar* + gerúndio, e o presente do indicativo, intuímos que elas têm entre si alguma noção aspectual (semântica) ou de contexto de uso (pragmática) levemente diferente. Entre expressões com o mesmo conteúdo semântico, a previsão da teoria é que prevaleçam as formas que expressam esse conteúdo conceitual e estrutural com menos expoentes lexicais, e.g. a formação de verbos irregulares no passado do inglês, que têm a modificação da raiz em vez de adição da morfologia passada *-(e)d* em alguns casos – *run* e *ran*, *become* e *became*, etc.

O primeiro passo de análise de Ramchand é gerar a notação para o significado da partícula progressiva do inglês, o *-ing*, e o motivo é majoritariamente empírico: o progressivo parece ocorrer antes de qualquer ancoragem temporal ou modificação modal e, portanto, ser um elemento de $D\mu$, nossa primeira zona.

A partir da estrutura rígida dos auxiliares do inglês, a autora realiza testes que evidenciam um “corte” entre o nódulo do perfeito e EvtP. O primeiro teste, feito por Harwood (2011, apud RAMCHAND 2018, p. 43-44) é o do sujeito expletivo *There*, equivalente às nossas sentenças com *ter / haver / existir* de sujeito nulo:

(2.5) *There could have been being a truck loaded.*

*EXPL poderia ter.PERF estar.PART ser.PROG um caminhão carregado.PASS.*⁴⁴

There could have been a truck being loaded.

* *There could have a truck been being loaded.*

* *There could a truck have been being loaded.*

* *There a truck could have been being loaded.*

*A truck could have been being loaded.*⁴⁵

(2.6) *There could have been a truck loaded.*

* *There could have a truck been loaded.*

* *There could a truck have been loaded.*

* *There a truck could have been loaded.*

A truck could have been loaded.

O inglês mostra um padrão em que só é possível colocar o sujeito temático do verbo entre o particípio perfeito e o progressivo, ou no início da sentença, no lugar do expletivo. Mesmo quando não há um progressivo, como é o caso de (2.7), o sujeito temático das sentenças (*a truck*) é impossibilitado de aparecer à esquerda da partícula participial do perfeito. Esse teste aponta para uma afinidade entre Evt, nódulo do progressivo, e os nódulos abaixo dele, e entre T_{PERF} e AspP, este último o nódulo selecionado por T_{PERF} .

Um segundo teste é o do fronteamto do VP, em que o nódulo selecionado pelo perfeito, e o perfeito por sua vez selecionado pelo modal, não podem ser clivados:

(2.8) A: *John should have been being praised.* B: *No, ...*

⁴⁴ Nesta glosa, optamos por deixar a tradução de *be* como *ser* perto do progressivo, já que na SC, a passiva (e, portanto, seu auxiliar) ficam mais embaixo na projeção.

- A: John deveria ter.PERF estar.PART ser.PROG elogiado.PASS. B: Não...
- *... [criticized] is what he should have been being.
 - ... [being criticized] is what he should have been.
 - *... [been being criticized] is what he should have.
 - *... [have been being criticized] is what he should.

Nos exemplos acima, apenas b pode ser clivado, na margem do progressivo. Quando o progressivo não está presente, a partícula participial passiva pode ser frontada. Isso indica que o que parece poder ser alvo da clivagem é apenas o nóculo máximo de uma fase (RAMCHAND, 2018, p. 45).

Um outro teste produzido pela autora é com base no *do* britânico. Ao contrário do teste anterior, em que a clivagem só pode acontecer com partículas dos níveis mais baixos da sentença, o *do* britânico só pode substituir o perfeito ou o modal. Com esse teste final, há evidência suficiente para que haja uma divisão entre o perfeito e o que vem abaixo dele. Além dessas evidências, no inglês, e também no português, o perfeito pode ocorrer com qualquer classe eventiva, como já explicitado no nosso primeiro capítulo⁴⁶. Isso é indicativo de que o perfeito está fora do VP, e é mais uma evidência de que há uma separação entre os domínios de VP e TP.

Depois de estabelecer essas relações com o domínio D_μ, Ramchand investiga e propõe reanálises para algumas gramáticas de auxiliares da língua inglesa. Começando com o paradoxo do imperfectivo, a autora expõe uma discussão em que demonstra como predicados do tipo *accomplishment* são mais difíceis de terem suas condições de verdade estabelecidas com relação as suas versões progressivadas. Vejamos os exemplos a seguir:

(2.9) a. Mary was crossing the street.

Mary estava atravessando a rua.

b. Mary crossed the street.

Mary atravessou a rua.

Se analisarmos a semântica conceitual de “atravessar a rua”, as condições de verdade vão apontar que em algum momento Mary vai ter atravessado a rua, ou seja, concluído a ação. No entanto, é claramente observável que (2.9) a. não acarreta (2.9) b. Por causa dessa desconexão entre a natureza semântica do verbo e a suas

⁴⁶ Desconsideraremos, por enquanto os predicados estativos IL. Isso porque seu bloqueio poderá agora ser explicado por outros fatores, mais especificamente a lexicalização do verbo em D_μ.

condições de verdade no progressivo, lidar com essa questão a partir da perspectiva de mundos possíveis virou uma tendência.

A objeção de Ramchand quanto a lidar com os progressivos em termos de mundos possíveis se dá pelo fato de que isso evocaria uma semântica modal para lidar com essa partícula, o que iria contra a sua observação de que o progressivo tem uma colocação muito baixa na árvore sintática para expressar modalidade. A autora acrescenta ainda que isso seria improvável dado que o progressivo acontece numa zona em que não há ancoragem temporal ou modal.

Outras objeções dizem respeito ao tipo de contexto informado em projeções modais. As versões de Dowty (1979) e de Landmann (1992), por exemplo, em que a situação apenas precisa ser verdadeira em um mundo “normal” que continua a partir do atual, recebem duras críticas:

Acontece que precisamos calcular a partir da situação-evento particular e seus ingredientes quando decidimos o que conta como o mais “normal”, já que usar o mundo inteiro no cálculo da normalidade, como na semântica de Dowty, nos leva a algumas previsões anti-intuitivas. Por exemplo, quando um caminhão enorme está correndo descontroladamente prestes a atropelar Mary enquanto ela atravessa a rua, nós ainda nos permitimos usar o progressivo, mesmo que no mundo mais normal continuando do momento presente, ela com certeza não chegue lá. (RAMCHAND, 2018, p. 49).

Em termos mais técnicos, o argumento de Ramchand é que parâmetros como razoabilidade, ou uma noção como a de identidade transtemporal, isto é, afirmar que a versão progressiva e a não-progressiva de um verbo são *o mesmo* evento, em uma relação parasítica (ibid., p. 50), são noções vagas e pouco desejáveis, mesmo dentro de uma mecânica modal como já reconhecida pela semântica, e não explicam, necessariamente, o que realmente acontece com o progressivo.

Além disso, observando a mesma situação de *cross the street*, Ramchand nota que existe uma *sensibilidade* à natureza da descrição daquele evento *específico*, não em termos de mundos possíveis (e normais). Num mundo normal, a predição seria a de que Mary *chega* ao outro lado da rua mas, na nossa situação específica, isto não é verdadeiro. Isso porque o necessário para que a verdade do progressivo obtenha é muito menor do que a de mundos possíveis (ela é apenas uma: a do mundo de fato). Isso nos informa novamente que a realização do progressivo é mais baixa na árvore sintática, o que significa que, a essa altura, ainda não entra toda a análise modal do evento em termos de predição epistêmica (ibid., p. 52).

O segundo ponto essencial que Ramchand faz em sua argumentação em relação à estrutura progressiva é que ela se comporta como um *estado*. E não apenas por ser homogênea, já que as atividades também o são. Seus exemplos sobre progressão narrativa evidenciam como frases com estativos e progressivos não avançam a narrativa:

(2.10) a. John arrived. He sat down. Then he left in a hurry.

John chegou. Ele sentou. Então saiu com pressa.

b. John arrived. He drank coffee. Then he left in a hurry.

John chegou. Ele tomou café. Então saiu com pressa.

c. John arrived. He was sweating. Then he left in a hurry.

John chegou. Ele estava suando. Então saiu com pressa.

d. John arrived. He looked hot and bothered. Then he left in a hurry

John chegou. Ele parecia incomodado e com calor. Então saiu com pressa.

Observamos que a e b, com predicados eventivos na sentença do meio, têm progressão narrativa, enquanto c e d, com o progressivo e estativos, respectivamente, não têm. Inclusive, nas nossas glosas para o PB, vemos que o mesmo fenômeno acontece. Para Ramchand, isso significa que o progressivo está se comportando de fato como um estado.

Ramchand cita um outro diagnóstico para estativos dado por Hallman (2009a), em que no inglês, o progressivo, assim como o estativo, consegue expressar a mesma interpretação semântica no presente e no passado, diferente dos eventivos, que mudam para uma interpretação habitual ou de presente narrativo.

(2.11) a. John looked tired when I saw him yesterday and he looks tired now too. *John parecia cansado quando eu o vi ontem, e parece cansado agora também.*

b. John was writing a novel when I saw him yesterday, and he is writing a novel now too. *John estava escrevendo um romance quando o vi ontem, e ele está escrevendo um romance agora também.*

c. John ate a mango when I saw him yesterday, and ??John eats a mango now too. *John comeu uma manga quando eu o vi ontem, e ??John come uma manga agora também.*

Os exemplos em a e b parecem manter o paralelismo perfeitamente. No entanto, o exemplo de c obviamente deixa de significar um evento perfectivo, em que

John apenas come uma manga. A interpretação habitual emerge no seu lugar, desmantelando a expectativa do paralelismo semântico. Novamente, a mesma situação parece se reproduzir para o português.

Essencialmente, o progressivo na SC expressa estatividade. Além disso, com toda a sensibilidade contextual encontrada, a semântica de mundos possíveis parece não dar conta do progressivo. Para Ramchand, “julgamentos aqui não são equivalentes à possibilidade modal num senso mais geral, mas tem a ver com o nosso julgamento se certas propriedades essenciais de uma eventualidade estão sendo evidenciadas ou não.” (ibid., p. 56). Então, levando em conta essas características, a proposta da autora foge da modalidade, que parece usar um mecanismo muito mais robusto do que o necessário para gerar o progressivo, e a autora também deixa de lado relações de “subparte relevante” ou parasíticas entre o verbo e a sua versão progressivada.

A autora recorre então a uma noção de essência identitária dos eventos. Relembrando, segundo a sua proposição, a primeira fase na árvore sintática é onde itens são combinados para formar uma descrição eventual mais restritiva do evento que está sendo transmitido. Os elementos verbais nesta fase ainda não podem conter informação temporal, no entanto ainda assim são regulados por estruturas hierarquizadas num sistema composicional. A proposição da autora é que o *-ing* é uma função de propriedades de eventos para propriedades de eventos (em oposição a situações, que são temporalizadas), em que a eventualidade derivada é um Estado-Identificador (*Id-State*). A formalização segue da seguinte forma:

$$(2.12) \text{ Se } A \text{ é formado do mergir}^{47} \text{ de ing e } B, \text{ onde } B \in D_{\mu}, \text{ então } A \text{ também está em } D_{\mu}, \text{ e}$$

$$\perp A \perp = \lambda e [\text{State}(e) \wedge e \text{ é um Estado-Identificador para a propriedade } \perp B \perp]$$

Em que, “para todas as descrições eventuais de P, um Estado-Identificador de P é uma eventualidade estativa que manifesta identificadores cognitivos e perceptuais suficientes da propriedade de evento P” (ibid., p. 61-62).

Essa relação de Estado-Identificador é um primitivo para a SC. Ela é a nossa habilidade de capturar um momento em termos conceituais, cognitivos, e a sua

⁴⁷ “Mergir” é um neologismo a partir da palavra *merge* no inglês, que pode ser traduzida por “amalgamar” ou “unir”. Como já existem literaturas que adotam essa nomenclatura para o português, optei por ela para me referir a essa ação sintática.

complexidade é que torna capaz a nossa interpretação extensional das várias possibilidades via inferências⁴⁸. Nas palavras da autora, essa relação “é uma em que falantes podem inferir a existência de um evento e (possivelmente complexo) através de um estado que fornece evidência suficiente (dado tudo mais o que sabemos sobre o mundo) para aquele tipo de evento” (ibid., p. 62).

Como não há uma instanciação real, no mundo, desse evento, já que ainda estamos num momento de concepção conceitual dele, não há o paradoxo do imperfectivo. Isto se dá desta forma porque se nenhuma dessas propriedades, sejam as propriedades do evento e, sejam as propriedades do *Id-State*, existem no mundo ainda, então não há uma relação de acarretamento entre sua versão descritiva e a instanciada.

Resta apenas vincularmos essa propriedade existencialmente. Até agora, a teoria da SC procurou tirar o progressivo de qualquer instanciação real, eliminando a noção de parasitismo de acarretamento entre a versão que contém apenas as propriedades essenciais desse evento e da sua versão flexionada (i.e. com a adição do tempo). Intuitivamente, no entanto, sabemos que existe uma relação entre essas duas formas. A proposta que concilia essa intuição e a arquitetura de fases da teoria é que o processo inverso é verdadeiro: a existência de um evento acarreta a existência de um Estado-Identificador:

(2.13) a. John built a house.

John construiu uma casa.

b. John was building a house.

John estava construindo uma casa.

O evento no passado de (2.13-a) acarreta a existência de um momento descrito por (2.13-b). Nesse tipo de relação, o *Id-State* é sempre uma subparte mereológica do evento vinculado existencialmente (ibid., p. 64). O contrário não é possível, como mencionado anteriormente: predicados *accomplishment* progressivados (“João estava desenhando um círculo.”) não acarretam sua contraparte perfectiva passada. Nesse sentido, Ramchand aborda a questão das atividades, que nos dão a impressão do acarretamento:

⁴⁸ Esta possibilidade será importante posteriormente na análise do perfeito, que tem suas várias restrições *aparentemente* pragmáticas.

- (2.14) a. John was running.
 John estava correndo.
 b. John ran.
 John correu.

A proposta de Ramchand é que, na verdade, não há qualquer tipo de *acarretamento*, mas sim uma forte *inferência*. A razão disso seria a propriedade homogênea das atividades, em que se é verdadeira em qualquer subintervalo, é verdadeira em cada subintervalo. Mas a autora insiste, argumentando que este não é um acarretamento de sua existência de fato, é apenas uma inferência muito forte que pode ser negada em certas situações:

Se a música começou num ritmo de valsa e John foi intencionalmente à pista de dança com Mary e deu o primeiro passo, então eu poderia olhar e dizer verdadeiramente: “Olha, o John está dançando!”. Mas se ele cai no chão com uma câimbra depois daquele primeiro passo, então seria improvável a gente concordar com o fato de que ele, de fato, dançou a valsa. É essa nossa predição. (RAMCHAND, 2018, p. 66).

Uma segunda predição é que uma propriedade tipo *Id-State* acarreta a existência de um estado. Isso porque a propriedade lexical estativa pode ser provida a partir das mesmas evidências que o *Id-state*, de maneira que não é possível achar diferenças entre os dois:

- (2.15) Se $uv \in D\mu$ é um estado semanticamente, então $\llbracket uv \rrbracket = \llbracket uv\text{-ing} \rrbracket$ ⁴⁹

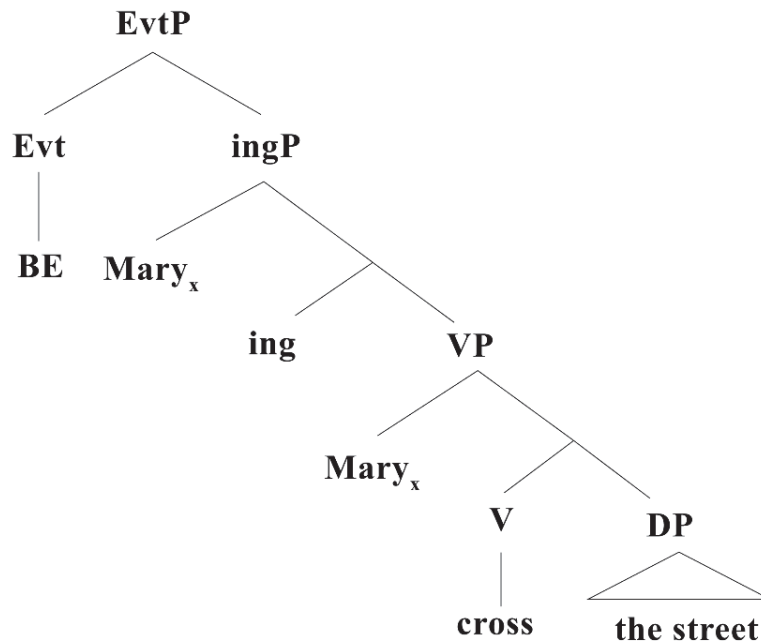
Essa predição também acaba por justificar de alguma forma a impossibilidade de combinar estativos com o progressivo no inglês – seria uma restrição por princípio de economia semântica.⁵⁰ A única coisa que restou colocar na estrutura é o *be*: assim que a estrutura merge com *-ing*, o *Id-State* ganha a possibilidade de receber tempo e aspecto. Isso acontece no nóculo EvtP, na fronteira de $D\mu$, pois como vimos no início do capítulo, EvtP é onde há a ligação com o ato de fala *d*. Nesse caso, *be* é inserido (ou gerado) em Evt, que é a fronteira do domínio $D\mu$, mas contém especificações para Asp e T. Desta forma, assim que é inserido, faz a vinculação existencial do verbo

⁴⁹ Ibid., p. 69.

⁵⁰ A autora não se aprofunda muito nesta questão em seu trabalho, nem trata de exemplos de línguas em que o mesmo fenômeno não acontece – como o português, que aceita bem expressões como “estar sabendo” ou “estar amando”, ou o próprio inglês em alguns momentos (e.g. “I’m loving it!”). O que ela assume é, simplesmente, que a mesma estrutura semântica que estaria funcionando sob uma frase como “Mary owns the house” estaria sob “*Mary is owning the house”, e que, por princípio de economia linguística, esta segunda opção seria bloqueada.

progressivado, e pode lexicalizar os outros nódulos, dando assim a sua localização aspecto-temporal em Asp e T. Abaixo temos um exemplo na árvore sintática da frase “Mary is crossing the street”.

FIGURA 8 – O PROGRESSIVO E O VERBO CÓPULA NA ÁRVORE SINTÁTICA



FONTE: Ramchand (2018, p. 68)

Além desse uso, há também a nominalização feita em inglês com o *-ing*, como em “John reading all the articles came in handy.” (John ler todos os artigos veio a calhar.”⁵¹). A formação desse tipo de nominalização na SC é feita a partir de um *Id-State* sob um operador de abstração que Ramchand chama de *A**, evocando o termo *adjetivação*. Esse operador está na posição de argumento mais alto da descrição do evento, e combina com ela para criar uma propriedade de indivíduos⁵².

Em conclusão, o sufixo progressivo no inglês (e como vimos, em certa medida no português), cria uma descrição derivada do evento, o Estado-Identificador, com suas características sintáticas, e a sua subespecificação também é responsável por seus outros usos (a nominalização e a adjetivação), sem precisarmos recorrer à semântica de mundos possíveis.

2.2 A PARTÍCULA PARTICIPIAL

⁵¹ No PB, essas construções nominativas com *-ing* são os nossos infinitivos impessoais/pessoais.

⁵² A autora faz um paralelo entre *D_μ* para eventos e um domínio para substantivos, que ela considera possível e até necessário, mas não faz formalização no trabalho analisado.

No inglês, bem como no português, o particípio passado faz parte de vários tipos diferentes de construções sintáticas, nomeadamente, a formação de adjetivos participiais, a formação de sentenças passivas e o tempo perfeito. Essa gama de funções tão diferentes acaba impondo um desafio para a sua descrição: como agrupar uma função como a formação de uma palavra adjetiva com uma função mais verbal, como a passiva? Ou, ainda mais distante, com o tempo perfeito?

De acordo com Ramchand, em trabalhos mais antigos, a formação de passivas adjetivais se dava “no léxico”, enquanto as verbais e os tempos perfeitos se encaixavam, construtivamente, na sintaxe. Trabalhos posteriores, como a Morfologia Distribuída, assumem a subespecificação da forma e atribuem os diferentes usos à sua colocação em diferentes alturas da árvore sintática. A abordagem de Ramchand parece uma união das duas: a subespecificação do particípio permite que ele *lexicalize* leques de tamanhos diferentes dependendo da estrutura a que se acopla. Para Ramchand, ambas as versões passivas (a verbal e a adjetival) se encontram no domínio da formação conceitual dos eventos D_{μ} , enquanto o particípio perfeito lexicaliza uma estrutura mais alta, a de Asp. Olharemos com mais detalhes para cada possibilidade a seguir.

A primeira forma, o particípio adjetivo, é o que Ramchand chama de partícula estativa. De maneira simplificada, a autora contrapõe sua proposta à de Kratzer (2000), que trata dessa partícula como uma partícula que gera um estado-alvo, ou um estado resultante. Na teoria da SC, o primeiro acontece com uma raiz verbal que já contém resultado embutido em seu significado, enquanto o segundo é um estado que é constatado como consequência de um evento ter acontecido e obtido um resultado. Por conta dessa complexidade, ambas as noções requerem uma avaliação do que seria uma *implicação eventual* (um evento *ter acontecido*, ser instanciado no mundo) e como ela se aplica.

Em outras teorias, incluindo a de Kratzer, uma implicação eventual do particípio é acarretar a instanciação do evento real no mundo. Isso porque a partícula participial fazia a vinculação existencial do evento. A SC, por outro lado, não faz essa afirmação. Para a teoria, há dois tipos de implicações eventuais, a primeira é a Implicação de Realidade de Evento. Nesse caso, é necessário que aconteça no mundo real um evento de um certo tipo dado pelo verbo para que a partícula seja acoplada. A segunda implicação é a Implicação Conceitual de Evento, em que um tipo

de evento, nomeado por um verbo, recebe a partícula e tem um estado como seu resultado. As partículas passivas (adjetivais ou verbais) entram na segunda categoria.

O particípio pode ter ambas as implicações, a depender da quantidade de nódulos que está lexicalizando para aquela estrutura. No caso das passivas, tanto verbais, quanto adjetivais, a ideia é que o particípio lexicaliza apenas a parte inferior da estrutura listada na especificação verbal, isto é, ela limita as informações contidas no verbo (o que Ramchand chama de *definição negativa*). Uma consequência disso é que o elemento de $D\mu$ formado pelo particípio terá uma denotação semântica restrita em relação ao verbo no infinitivo. Vejamos um exemplo dessa formação a partir das denotações do verbo *destruir*:

$$(2.16) \text{ [[destruir]]} = \langle \text{destruir}, \langle \text{init}, \text{proc}, \text{res} \rangle, \lambda e [\text{destruir}(e)] \rangle$$

Destruir é um verbo que contém *res* na sua formação, ou seja, é possível realizar um estado-alvo com ele (*destruído/a*). Essa informação explica o motivo de ser possível nos referirmos a eventos que não necessariamente aconteceram, mas podemos relatar um resultado de sua relação conceitual:

Lembre que a ideia central desta proposta para o domínio conceitual dos eventos é que essas propriedades são generalizações sensoriais e cognitivas de experiências. A hipótese natural é que essas propriedades de eventos particulares são aquelas que são aplicáveis baseadas em observação imediata e direta. Então, eu posso olhar para a construção de lego em que meu filho tem trabalhado e caracterizá-la como uma “cidade destruída” baseada na sua aparência e no meu conhecimento de mundo. E eu posso fazer isso mesmo se não a vi sendo destruída. Também pode ser o caso que meu filho a tenha construído desta forma, i.e. ele a construiu “destruída” como estava. [...] Basicamente, o verbo “destruir” contém informação sobre como o resultado subeventual deve parecer, e eu exploro isso quando o uso para caracterizar um objeto no meu campo visual (RAMCHAND, 2018, p. 85- 86).

A formação do particípio, então, forma um resultado que pode ser aplicado conforme a situação me demanda, cognitivamente. A sua notação semântica seria algo como:

$$(2.17) \text{ [[destruído]]} = \langle \text{destruído}, \langle \text{res} \rangle, \lambda e [\text{destruir}_{\text{res}}(e)] \rangle$$

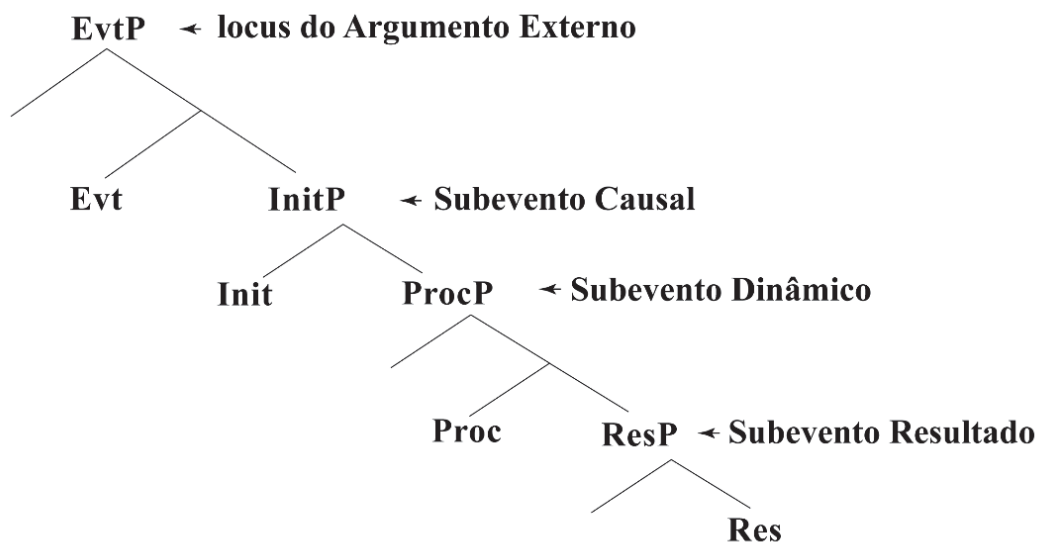
Desta forma, o particípio representa uma parte da forma verbal não flexionada, e faz parte do paradigma verbal, numa relação do tipo “parte de”⁵³, e por isso não há vinculação existencial ainda a esta altura. Assim como com o progressivo, para o

⁵³ Nesse sentido, o particípio é diferente do progressivo, que forma um novo elemento de $D\mu$. O item formado pelo progressivo é mais complexo do que as propriedades do evento original, ou seja, não faz uma relação de “parte de” com as propriedades eventuais de dado evento.

inglês a partícula *be* (no nosso caso, *ser/estar*) é inserida como verbo vazio de conteúdo em *Evt*, onde pode, então, acontecer a instanciação do evento no mundo propriamente. No caso das passivas, o verbo cópula vai lexicalizar *Asp* e *T* e, portanto, é ele que expressa o tempo e o aspecto, o que, no nosso caso e no do inglês, carrega a flexão verbal.

Relembrando a árvore sintática para a primeira fase seria algo como:

FIGURA 9 – A DECOMPOSIÇÃO EVENTUAL NA PRIMEIRA FASE



FONTE: Adaptado de Ramchand (2018, p. 87)

Como mostra a figura, *EvtP* é onde pode ser inserido o argumento externo da frase. Segundo a autora, é função da passiva já completa vincular o argumento externo, na extremidade da primeira fase, enquanto o argumento interno passa pelo processo de *mergir* com o participípio, podendo chegar em *InitP*. Assim, *EvtP* funciona mais ou menos como o que se chama na literatura gerativa de *Voice*, mas que é renomeado, já que, para a SC, também é o lócus do progressivo. As operações internas da primeira fase, como a união do progressivo às propriedades de um evento, bem como a do participípio passivo, dependem do *mergir interno*, que é denotado por “i” na notação de Ramchand. Para o inglês, as possibilidades para os verbos flexionados e os participípios são agrupadas como nas notações da seguinte tabela:

TABELA 4 – ESPECIFICAÇÃO ESTRUTURAL DOS VERBOS NO INGLÊS

Flexionados	Participípios
-------------	---------------

Inacusativo	< Asp, Evt _i , proc _i , res _i >	< ((Evt _i), proc _i), res _i >
Inergativo	< Asp, Evt _i , init, proc >	< ((Evt _i), init), proc >
Transitivo	< Asp, Evt, init, proc >	< ((Evt), init), proc >

FONTE: Adaptado de Ramchand (2018, p. 88)

O sistema da SC evidencia que o particípio seleciona parte do leque lexical contido no verbo, bem como fica limitado ao domínio dos eventos. Ele não afeta diretamente as propriedades da *aktionsart* do verbo, apenas expressa parte desse verbo, a depender da sua descrição original, e com o limite em InitP. Em Evt, há o fechamento desse evento, enquanto na fronteira EvtP é inserido o verbo cópula, assim como nos progressivos. No entanto, como já mencionamos, o particípio não forma um novo elemento de D μ , como é o caso do progressivo e seu Estado-Identificador. Essa é a predição da teoria que permite a seleção que o progressivo faz no inglês (não aceita alguns predicados estativos, como *know the answer*), e em contrapartida permite a aceitabilidade do particípio com qualquer *aktionsart*.

É interessante notar que os particípios adjetivais na verdade formam estados resultantes: se a estrutura formada na primeira fase tem *res* embutido lexicalmente no verbo, o estado será um estado-alvo, enquanto se *res* for adicionado contextualmente, a passiva será estado-resultante. Ramchand cita o exemplo de Kratzer para o alemão dessas duas estruturas:

(2.18) Das Gebäude ist geräumt.

O prédio é evacuado.

(1) O prédio está evacuado. / (2) O prédio foi evacuado.

A primeira interpretação, de estado-alvo, significa que não há ninguém no prédio no momento. A segunda, de estado-resultante, significa que alguém evacuou o prédio, mas que há a possibilidade, por exemplo, de os moradores já terem retornado, isto é, “estar evacuado” não ser o estado atual do prédio (RAMCHAND, 2018, p. 92). Segundo Ramchand, o inglês simplesmente não expressa essas diferenças nas construções passivas; o inglês teria apenas o estado alvo, e usaria a passiva do perfeito para a segunda construção. No entanto, pode haver línguas que expressam essas duas estruturas diferentemente – como é o exemplo do alemão dado por Kratzer. Novamente, a diferença é apenas na introdução de *res*: verbos com *res* embutido podem gerar o primeiro tipo, mas não o segundo. Note que, intuitivamente, o verbo

evacuar parece conter *res*. Isso acontece porque *evacuar* é um verbo transitivo e a sensação da sua completude se dá pela sua ação sobre o objeto: evacuar um prédio pressupõe que todas as pessoas sejam retiradas dele. Em Ramchand (2007), a autora argumenta que locativos estativos podem aparecer como complemento de *res* (que é uma projeção estativa), i.e. “O quadro foi pendurado na parede.”, o que não pode acontecer com *evacuar*: “? O prédio foi evacuado na rua.”. Concluímos então que *evacuado* gera um estado-resultado, inserido pelo complemento – e nossa concepção do que seja *evacuar* um prédio.

O participio a esta altura, então, é apenas uma forma sem Asp do verbo, que contribui para a formação conceitual de um resultado de evento, e que, por ser subespecificado, licencia o uso da cópula expressando T e Asp. Podemos, então, retomar aqui os conceitos de Implicação de Realidade Eventiva e de Conceito Eventivo do início da seção: ao contrário da exposição de Kratzer, a forma passiva não acarreta a existência de um evento como realizado, já que é completamente formada na primeira fase. Esse fato é importante para a formação do participio, já que ele é uma partícula muito produtiva e, como vimos, sistemática. Essa diferenciação permite que possamos falar de um resultado de um evento sem necessariamente referenciá-lo por inteiro. Além disso, essa noção será útil para a nossa diferenciação das formas passivas e dos tempos perfeitos.

Até então, focamos nas passivas adjetivais, que Ramchand nomeia estativas. As passivas verbais, por sua vez, serão chamadas de eventivas. Do ponto de vista estrutural, elas exibem as funções clássicas da passivização: um objeto passa a ser o sujeito da sentença, e no caso do inglês, apenas verbos transitivos realizam a passivização. A nota vem sobre o inglês, já que a autora apresenta o caso do norueguês, que passiviza verbos inergativos, que nesse caso, fazem leituras impessoais, do tipo “*Det vart sunge.*” (“Foi cantado.”), “*Det vart gestikulert.*”, (“Foi gesticulado”.) – o que parece ser também o caso do português. Os inacusativos, no entanto, são agramaticais “**Det vart falle eit blad*” (*Foi caída uma folha).

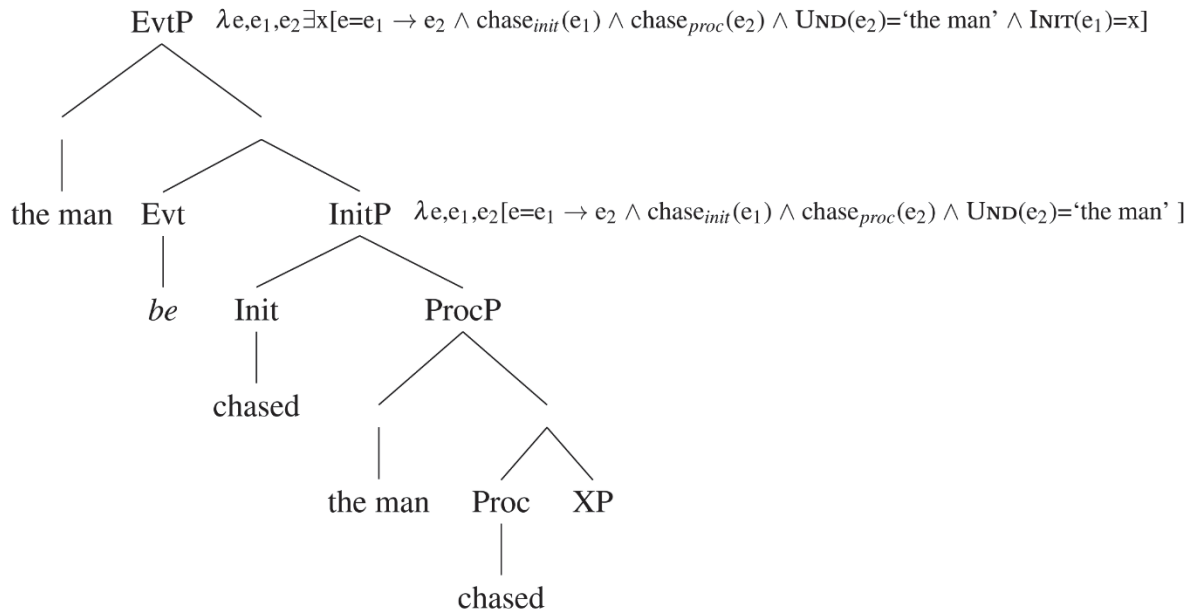
Assim, a autora propõe que o participial da passiva eventiva tem uma árvore sintática um pouco maior que a estativa. Se a adjetiva lexicaliza *res*, a eventiva lexicaliza até *init*, onde licencia a existência de um tipo de agente. Nas palavras da autora,

Eu vou assumir que a existência da projeção (causativa) *init* garante a existência de algum tipo de “agente” para o evento apassivado, mas,

porque o verbo não projeta realmente o nódulo Evt que permite o mergir de um DP para preencher esse papel, o argumento externo é colocado por fechamento existencial padrão. (ibid., p. 97-98) ⁵⁴

O que acontece, de fato, é que um nódulo independente de Evt precisa surgir contendo o *be*, cujo especificador pode “mergir” com o argumento interno diretamente da posição de objeto direto. Isso daria uma árvore como:

FIGURA 10 – A LEXICALIZAÇÃO DO PARTICÍPIO EVENTIVO



FONTE: Ramchand (2018, p. 98)

Desta forma, não há modificação da *aktionsart*, já que o particípio é apenas uma forma lexicalizando as mesmas propriedades do verbo até InitP, e o argumento externo é vinculado existencialmente em EvtP, enquanto o particípio modifica apenas o argumento interno.

Em teoria, as restrições com relação a construções intransitivas podem variar de língua para língua. A construção das restrições feitas por Ramchand se dá por *phrasal blocking* no inglês. Como a restrição dos inergativos no inglês é dada separadamente dos inacusativos, e o PB não tem a restrição inergativa (como o norueguês, temos construções passivas impessoais do tipo “Foi dançado”, “Foi

⁵⁴ “I will assume that the existence of the init (causing) projection guarantees the existence of some sort of ‘agent’ for the passive event, but because the verb does not actually project the Evt head that will allow the external merge of a DP fulfilling that role, the external argument gets bound by default existential closure.”

cantado”, etc.), vamos dar mais atenção à restrição inacusativa, que parece acontecer no PB e em várias outras línguas mostradas por Ramchand.

Brevemente, o bloqueio dos inergativos no inglês é explicado pelo fato de o inglês necessitar de um sujeito fonologicamente realizado, e também é aduzido que o EvtP do inglês necessita de um DP realizado, como um argumento do tipo Tópico explícito. Como nas sentenças inergativas não há o argumento do tipo tópico, e, na teoria da SC, os expletivos do tipo “There be” não podem existir a nível do domínio eventivos, não há argumento para subir à posição de *spec* de EvtP.

Já sobre a restrição inacusativa, teríamos um argumento que pode ser vinculado existencialmente na posição de especificador de Evt, mas isso não acontece. Uma possibilidade para o bloqueio seria uma proibição contra quantificações vacuas. No entanto, Ramchand a descarta por conta da possibilidade de fazermos adjetivação de inacusativos, como “O trem recém-chegado...”, etc. Segundo a autora, essa possibilidade aponta que a estrutura não é de fato vacua, visto que o particípio suspende a flexão do verbo.

Como muitos verbos inacusativos do inglês passam pela alternância causativa-incoativa, é difícil saber se a restrição não é apenas vinda da passivização em si. Vejamos os seguintes exemplos:

(2.19) a. The chocolate was melted over the fire.

O chocolate foi derretido na fogueira.

b. The melted chocolate dripped over the car seat.

O chocolate derretido pingou no assento do carro.

Em teoria, ambas as formas inacusativas acima são construídas sobre as suas formas transitivas, o motivo de serem gramaticais. Para Ramchand, o exemplo (2.19-a) força a existência de um agente existencialmente quantificado, diferentemente do exemplo atributivo de (2.19-b), que parece ser, de fato, inacusativo.

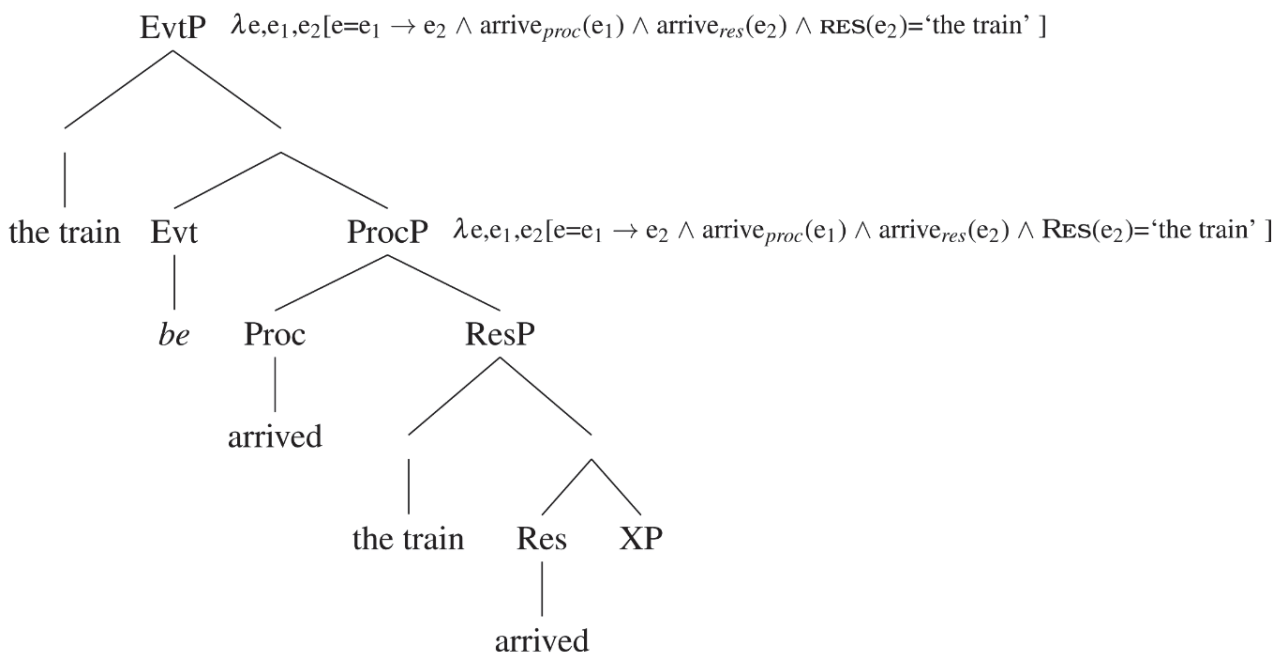
Exemplos então do Sueco, que não forma passivas com verbos inacusativos, esclarecem a questão. Lundquist (2008) mostra que em Sueco, passivas eventivas a partir de verbos transitivos são completamente aceitáveis, enquanto as com verbo com a forma inacusativa são agramaticais, e as formas de particípio atributivas, como (2.19-b) acima, são completamente aceitáveis novamente. Para Ramchand,

Isso significa que não há nada teoricamente errado com uma redução de < Evt, proc, res > para <proc, res>. Em outras palavras, não há requerimento de que haja um argumento externo aqui para ser

vinculado existencialmente para haver a boa formação. – isto é, a passiva não está de alguma forma contribuindo com um quantificador existencial que vai gerar má formação caso seus efeitos de vinculação sejam vacuosos. A ligação existencial do argumento externo que encontramos deve, então, ser algum tipo de regra padrão que entra em jogo quando apropriado. (RAMCHAND, 2018, p. 102)⁵⁵

Uma outra evidência que a autora cita é o fato de a árvore sintática do passado simples ser praticamente idêntica ao que seria a árvore da passiva de um acusativo:

FIGURA 11 – ÁRVORE DE UM ACUSATIVO SIMPLES



FONTE: Ramchand (2018, p. 102)

Numa formação passiva, o *be* estaria em Evt, fazendo o papel que agora faz o *arrived* (cf. figura anterior). Disso, a autora formula um bloqueio padrão semelhante ao que acontece com a lexicalização do progressivo:

(2.20) Para quaisquer duas representações idênticas de um nódulo sintático a lexicalização via forma deverbal mais um verbo auxiliar é bloqueada

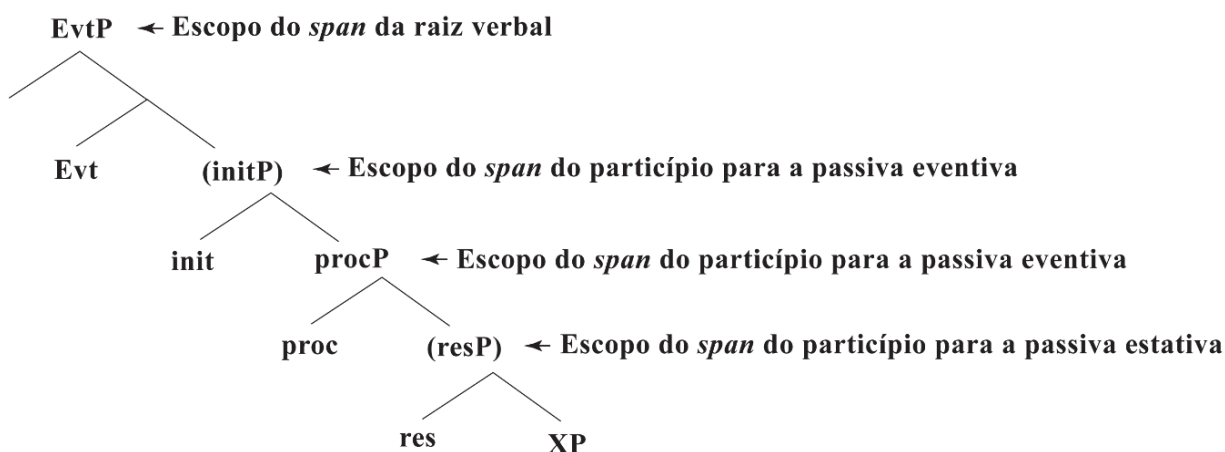
⁵⁵ "This means that there is nothing in principle wrong with a reduction from $\langle \text{Evt}, \text{proc}, \text{res} \rangle$ to $\langle \text{proc}, \text{res} \rangle$. In other words, there is no requirement that there be an external argument there to be existentially bound off for well formedness—i.e. the passive is not somehow contributing an existential quantifier that will be give rise to illformedness if its binding effects are vacuous. The existential binding of the external argument we find in eventive passives must rather be some sort of default rule that kicks in when appropriate."

sistematicamente pela possibilidade de lexicalização da forma simples (não-derivada) correspondente. (RAMCHAND, 2018, p. 104)

Até aqui, as formas passivas e progressivas estão completamente no domínio conceitual, ou primeira fase, da árvore sintática. A autora então observa a possibilidade de interação entre o particípio e o progressivo, como em “João está sendo fotografado.”. Relembrando, a autora considera os particípios como versões truncadas dos verbos, enquanto o *-ing* é um membro independente de D_{μ} , que se liga a uma expressão dentro de um paradigma verbal, portanto não adiciona ao significado – é uma partícula negativa, nesse sentido.

Pela intuição do que fomos seguindo até então, relembrando os testes do início do capítulo, percebemos que o progressivo fica acima do particípio da passiva na árvore sintática. Na árvore, há três nódulos de dinâmica de forças, *init*, *proc* e *res*, e o nódulo mais alto de D_{μ} é *Evt*, onde o argumento mais alto pode sofrer a ação de mergir. As formas flexionadas contêm todas as especificações da primeira fase, com a adição de um nódulo *Asp* para concordância verbal, enquanto sua contraparte raiz verbal lexicaliza até *EvtP*. As formas participiais que analisamos até aqui são formas contíguas de partes da forma raiz. A árvore se dá como demonstra a figura abaixo:

FIGURA 12 – OS ESCOPOS DA PARTÍCULA PARTICIPIAL



FONTE: Adaptado de Ramchand (2018, p. 105)

O progressivo forma, como vimos, um estado derivado da eventualidade. A raiz verbal lexicaliza até *EvtP*, onde o *-ing* é inserido. Um outro nódulo *EvtP* é inserido para que possa haver mais ações sintáticas. A cópula é então inserida nesse novo nódulo. Como a especificação da cópula é $\langle T, Asp, Evt \rangle$, ela seleciona o evento formado pelo progressivo, e assim faz sua ligação existencial, além da especificação

de tempo e aspecto. Já as formas participiais passivas formam o evento até *init*, e o progressivo pode então selecionar esta forma em *Evt*. A forma passiva encaixa sob a progressiva sem dificuldades, derivando assim as formas passivas progressivas.

A autora propõe também que sejam bloqueadas formas do tipo “O João foi estado fotografando o gato.”, com a seguinte lógica: para formar esta proposição teríamos que primeiramente unir o *-ing* a *João fotografar o gato*, o que mergiria a forma até *Evt*. Depois, a forma participial de *estar* teria de ser inserida. A esta altura, a forma inserida ainda não pode conter *Asp* na sua entrada, algo completamente aceitável dada a forma participial que foi demonstrada até o momento. No entanto, como essa forma não tem nenhum tipo de propriedade aspecto-temporal, um outro nóculo com *ser* teria de ser inserido com essas propriedades. A frase seria formada, então, mas a forma participial de *estar* seria completamente vacuosa, visto que a remoção de *Asp* é depois adicionada num novo nóculo, apenas para ter esta função. O que a autora assume que entra em jogo é algum tipo de proibição por economia lexical de derivações supérfluas como a apresentada.

Segundo a autora, essa história será similar com os tempos perfeitos. No entanto, a forma participial é que chegará até *Asp*, e então um auxiliar propriamente dito será necessário no domínio da segunda fase, para suprir a falta de especificação do participío. Veremos essa propriedade do participío adiante.

Ainda sobre a forma atributiva do participío, Ramchand deixa claro que apenas o argumento interno pode ser modificado pelo participío da passiva:

(2.19) João fotografou o urso -> O urso fotografado...

João dançou uma quadrilha -> *João dançado...

Assim como para o progressivo, Ramchand utiliza *A** como o nóculo atributivo, que aqui também seleciona o nóculo mais alto que é modificado pela partícula. No caso da participial estativa, o nóculo é *resP*, e no caso da eventiva é *initP* ou *procP*. Na forma atributiva, no entanto, como já notado, a partícula participial funciona opostamente à progressiva: enquanto esta modifica *apenas* o sujeito, o participío modifica apenas o seu argumento interno. Esse fato também é diagnóstico de que o nóculo *Evt* não deve estar presente na partícula participial, visto que é o nóculo em que é introduzido o argumento externo.

Vimos anteriormente que o progressivo pode ser adjetivado e ocupar posição atributiva, num caso em que Evt é o dado que entra sob a operação de A*. No caso da versão atributiva do particípio eventivo, a operação é bloqueada:

- (2.20) a. John is photographing a bear. → The man photographing a bear was tall.
John está fotografando um urso → O homem fotografando um urso era alto.
 b. John photographed a bear. → *The man photographed a bear was tall.
*John fotografou um urso. → *O homem fotografado um urso era alto.*

A hipótese de Ramchand é que a categoria A tem uma natureza *estativa*, e que por esse motivo vai se restringir também a projeções estativas com uma posição de sujeito de predicado estabelecida. Desta forma, o *-ing* pode alimentar A*, mas o particípio só pode fazer esta operação se tiver um resP que, como vimos anteriormente, forma um estado e tem apenas um argumento na posição de *spec*. Esse tipo de derivação vai garantir que o argumento sobre o qual A* faz a derivação seja sempre o argumento interno e também que “pode haver restrições contextuais e pragmáticas em se as adjetivações serão felizes ou não” (RAMCHAND, 2018, p. 110), já que os elementos de D μ , como vimos anteriormente, são abstrações conceituais sobre eventos, passíveis de serem reanalisadas a cada novo uso, etc.

De acordo com o que vimos até agora, o particípio expressa quaisquer leques de nódulos contíguos até initP, além de suprimir parte do conteúdo conceitual da raiz verbal. Diferentemente do progressivo, que cria uma nova descrição para o verbo a que se une, o particípio mantém as descrições internas e apenas as reduz, e isso faz com que as partículas do tipo estado-alvo sejam estativas, enquanto as passivas eventivas mantenham a mesma descrição das suas versões ativas. Apesar de não modificar a descrição semântica do verbo, a partícula participial vai modificar a estrutura sintática, já que ela impede a expressão de subeventos acima na árvore, e muda as opções de argumento externo (ibid., p. 113). Agora que já olhamos para as formas participiais passivas, estativas e eventivas, vamos observar como essa partícula se comporta com as construções perfeitas para a SC.

Diferentemente da construção passiva, o perfeito no inglês não diminui a estrutura argumental dos verbos, como vimos no início do capítulo: qualquer construção interna ao verbo é válida, o perfeito não modifica a *aktionsart* do verbo. Além disso, o particípio perfeito nunca é bloqueado sintaticamente, qualquer verbo

pode ser transformado em uma construção perfeita⁵⁶. Ramchand aponta também que a construção perfeita não alimenta adjetivação:

(2.21) * The boy nicely written the letter “V”.

* *O menino escrito bem a letra “V”.*

Como visto anteriormente, essa restrição pode ser atribuída à forma passiva. Ramchand então usa dados do Sueco, que tem uma forma diferente para o particípio perfeito (o supino) e, novamente, o sujeito não pode ser modificado na forma adjetivada, o que indica que esta forma não está disponível para o perfeito. Ela insiste, no entanto, que a forma passiva e a perfeita do particípio no inglês devem ser “paradigmaticamente a mesma forma”, visto que até suas formas alomórficas sofrem as mesmas transformações. Logo, a fórmula que ela traz em análise abarca, ultimamente, ambas as formas no mesmo item. A diferença entre as duas formas vai estar na quantidade de nódulos que serão lexicalizados, enquanto as passivas chegam até *initP*, a forma participial pode chegar até *Asp*. Ramchand lembra que, nos testes de altura da árvore lexical, o perfeito vinha sempre antes do sujeito mais baixo nas construções expletivas, enquanto o particípio sempre vinha depois, indicando que este estava mais baixo na árvore sintática:

(2.22) a. There might have arrived many trains at this station.

EXPL devem ter chegado muitos trens nesta estação.

b. *There might have many trains arrived at this station.

**EXPL devem ter muitos trens chegado nesta estação.*

c. There might be many people arrested at the demonstration.

EXPL deve haver muitas pessoas presas na manifestação.

d. *There might be arrested many people at the demonstration.

* *EXPL deve haver presas muitas pessoas na manifestação.*

Nos exemplos de (2.22) a. e b. vemos que a partícula é participial perfeita (na tradução para o PB, não concorda com o sujeito em gênero e número, como no caso das passivas), e só podem ocorrer acima do sujeito. Nos exemplos de (2.22) c. e d.,

⁵⁶ Ramchand fala de dados do inglês. Como vimos para o PB, o PPC não aceita predicados que tenham um significado único, ou efeitos “da vida toda”, como os predicados IL. Vamos retornar a essa questão posteriormente.

temos as passivas estativas⁵⁷ com o particípio apenas depois do sujeito. Além dessa ordem, ambos os particípios também podem ocorrer numa mesma frase, como em “Os garotos têm sido perseguidos.”, no entanto a forma passiva aqui também ocorre mais abaixo da participial perfeita.

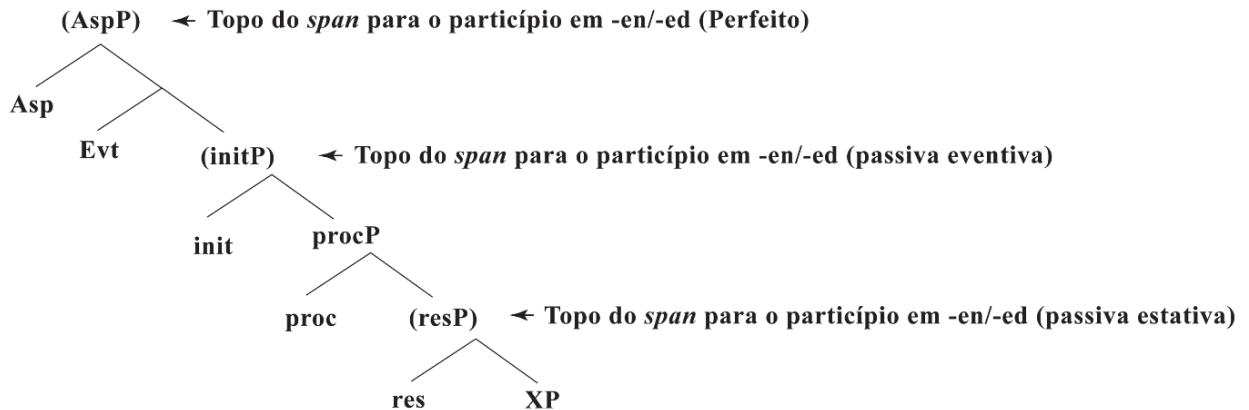
A proposta da autora, então, é que a forma participial perfeita deve lexicalizar uma parte maior da árvore sintática, como já sinalizado anteriormente. A hipótese é que a estrutura siga até Asp, semelhantemente aos verbos flexionados, inclusive mantendo as propriedades eventivas daquele verbo. Adicionalmente, o argumento externo também é “herdado” das propriedades do evento, o que faz com que o particípio não possa expressar tempo diretamente, ou seja, o particípio aqui não lexicaliza T, não localiza ainda o evento temporalmente, função que é exercida pelo *Have / Ter*, ou outro auxiliar disponível.

Nesse sentido, o IL *have*, no inglês, e o *ter*, no PB, parecem ser polissêmicos, terem formas mais lexicais, como a noção com sentido de *possuir*, e formas mais gramaticalizadas como quando em sua posição auxiliar. A proposta de Ramchand até aqui serve também para a formulação desse item: enquanto as suas versões mais lexicais fazem o leque dos nódulos mais baixos da árvore, no nível da primeira fase, as suas formas com funções mais gramaticais ocupam posições mais altas na árvore. A autora inclusive propõe que, no caso do *have*, haja uma correspondência basal entre os itens: são todos uma situação estativa com um argumento do tipo *Holder* preenchido por um mergir interno.

Voltando à partícula participial, agora com o nódulo Asp, ela vai poder ligar existencialmente o evento o qual descreve. Isso porque parte da afirmação sobre Asp na SC é que é o nódulo em que pode ser atribuída a localização do evento, depois do fechamento da sua descrição em Evt. Como Evt é um nódulo genérico para nódulos no domínio da primeira fase, Ramchand estabelece um nódulo de fronteira, $EvtP_{edge}$, que seria o lócus do fechamento do domínio denotativo D_{μ} , com todas as propriedades quantitativas já estabelecidas. A partícula participial perfeita, então, pode exercer essas funções:

⁵⁷ Notamos que a versão no PB contém uma forma adjetiva que não é derivada do particípio *-do*. Esse é um dos casos que Ramchand diz que fornece o bloqueio das estruturas com o particípio por economia lexical: um item que lexicaliza uma parte maior da árvore com apenas uma forma.

FIGURA 13 – O ESCOPO DA PARTÍCULA PARTICIPIAL PERFEITA



FONTE: Ramchand (2018, p. 138)

Com as possibilidades estabelecidas para a sua construção, voltamos agora às necessidades do perfeito. O tratamento de Ramchand para o perfeito do inglês leva em consideração questões como a *current relevance*, que, como vimos no capítulo anterior, pode ser vista como uma condição discursiva para o uso do *Present Perfect*. Além disso, a análise da autora tem um sabor semelhante às teorias de pós-estado, em que o perfeito gera um estado com condições diferentes a depender da *aktionsart* do verbo. Também é importante notar que, tanto para o inglês quanto para o PB, temos um tempo formado por um auxiliar no presente que, nas suas condições de verdade, expressa um evento anterior ao momento de fala, o evento notado pelo particípio. Em teoria, poderíamos exercer modificação temporal sobre os dois eventos, como exemplificado a seguir com o mais-que-perfeito:

- (2.23) a. O João tinha feito o seu trabalho na quinta-feira.
 b. Na quinta-feira, o João tinha feito seu trabalho.

Os exemplos acima parecem indicar a possibilidade de modificação do evento, como em (2.23) a., ou do *tempo tópico*, como em (2.23) b., em que o evento não se desenrola necessariamente na quinta-feira, ele se dá antes do *tempo tópico* quinta-feira.

Relembrando, até aqui, tínhamos trabalhado apenas com o domínio eventivo. A partir de Asp, no entanto, passamos a tratar de eventos situados no mundo e localizados temporalmente, o que a autora chama consistentemente de *situações*. Até então, tínhamos um evento que ganhava um status de situação, no caso do progressivo, quando o *be* entrava em cena e mergulhava até Asp e T, da mesma forma

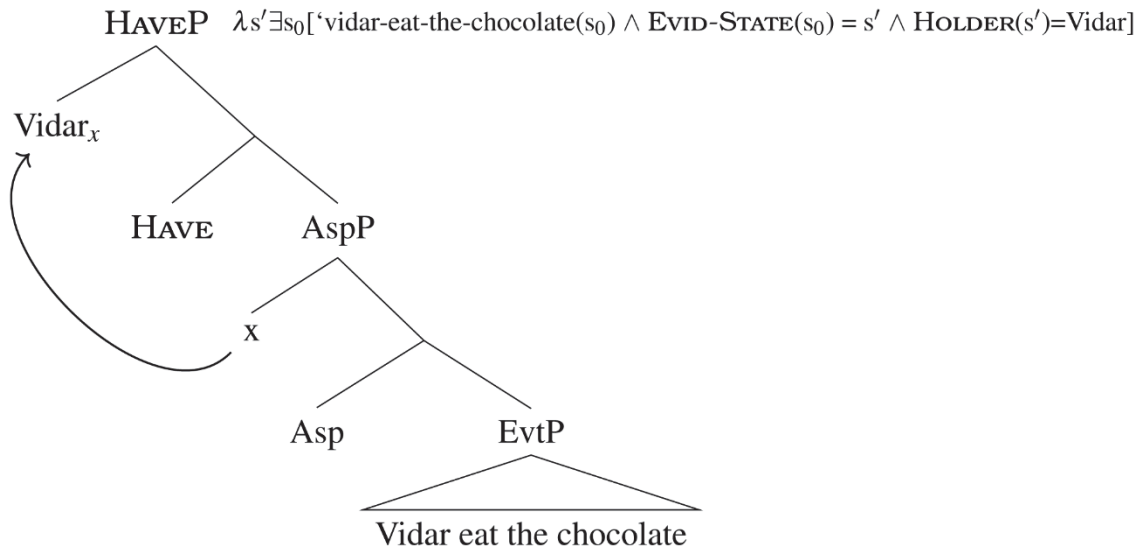
que o caso dos verbos flexionados. Desta forma, havia apenas uma situação sendo expressa por proposição. No entanto, a proposta da autora para os perfeitos é que haja duas situações acontecendo: a situação que denota o evento subjacente, s_0 , e a situação que tem sido chamada de tópico ou referência, s' , que é introduzida pelo auxiliar.

Nesse sentido, o Asp gera propriedades de Relações f entre o ato de fala d e o evento sendo demonstrado em d , enquanto o auxiliar é encaixado na estrutura formando um novo estado, que a autora chama de *Evid-State* (estado evidencial). A consequência clara dessa formação é que o estado formado pelo auxiliar vai ser evidência de que existe um outro evento, no mesmo mundo, que se relaciona com ele. O auxiliar vai ter um sujeito do tipo *holder* em posição de especificador na sua estrutura, que vem da operação de mergir com o nóculo Asp. Desta forma, o auxiliar se combina para “construir um estado derivado que vai ter uma relação particular com e , mas que vai ser ele mesmo a eventualidade que está explicitamente ancorada temporalmente pelo tempo verbal.” (ibid., p. 127). Isso significa que s' é um *Evid-State* de s_0 (a eventualidade e), e a existência de s' assegura a existência de s_0 , bem como permite sua localização temporal. A denotação dessas operações é dada a seguir:

$$(2.24) \llbracket \text{haveP} \rrbracket = \lambda x \lambda f' \lambda d \exists s' \exists f \exists s_0 [\text{Utterance}(d) \wedge f(s_0)(d) \perp \cup \perp (s_0) \wedge \text{holder}(s') = x \wedge \text{Evid-State}(s_0) = s' \wedge f(s')(d)]$$

Essa propriedade é muito parecida com o *Id-State* do progressivo da seção anterior, com a diferença que, enquanto o *Id-State* é uma relação entre propriedades de eventos e não há o acarretamento da existência de ambos os eventos denotados, o *Evid-State* vai acarretar na existência de ambas as situações. Isso acontece porque o *Evid-State* seleciona uma situação que já contém AspP realizado (a partícula participial perfeita), ou seja, um evento já parametrizado no mundo, temporal ou espacialmente. Aqui temos uma árvore que exemplifica essas relações, da frase “Vidar has eaten the chocolate.”:

FIGURA 14 – FORMAÇÃO SINTÁTICA DO PERFEITO



FONTES: Ramchand (2018, p. 128).

A relação entre s' e s_0 é importante para a diferenciação entre os tipos de leitura que o perfeito faz emergir. Vimos anteriormente que existem várias leituras que podem ser divididas entre as Universais e as Existenciais, e que elas emergem de um conjunto de fatores, mas mais explicitamente, uma mistura entre a *aktionsart* dos eventos e os adverbiais presentes.

Sobre as *aktionsarten*, Ramchand propõe as seguintes condições: como s' pressupõe s_0 , é necessário que s_0 aconteça antes ou exatamente com o início de s' . A partir das assunções de Taylor, os eventos dinâmicos terão sempre um parâmetro temporal maior que um instante, enquanto para os eventos estativos, o parâmetro “instante” é suficiente para sua instanciação. De acordo com Ramchand:

Uma situação estativa pode, então, coincidir com a estativa s' , e ainda ser consistente com s' dar evidência a s_0 (porque o único requerimento é ser um momento). Então, precisamente no caso de estados dependentes, a s' pode, de fato, coincidir perfeitamente com a situação estativa dependente (e potencialmente continuar dali), como no caso do perfeito universal. No caso de situações dinâmicas dependentes, a situação evidencial pode, no máximo, coincidir com o seu momento final ou estado-resultado, e assim a situação dinâmica dependente vai acabar a precedendo. (ibid., p. 128)⁵⁸

Como afirmamos anteriormente, essa abordagem é muito similar a das teorias de pós-estado, em que a caracterização da situação descrita pelo perfeito é na verdade uma consequência do evento ter acontecido e, portanto, alimenta uma

⁵⁸ Para facilitar a compreensão, a situação dependente é e , ou s_0 , e a situação evidencial é s' .

relação de anterioridade entre as duas formas. No entanto, a SC mantém também uma proximidade com as teorias X-Now, em que o momento de referência coincide com o momento de fala tal que este é seu último subintervalo (PANCHEVA, 2003). A diferença essencial entre elas, no entanto, é que enquanto o PTS pode se estender de uma situação passada até o momento de fala, o auxiliar da SC no presente não pode exercer esta função, visto que o tempo presente é composto de apenas um instante. A fórmula que Ramchand dá para a sensibilidade do perfeito à *aktionsart* é a seguinte:

- (2.16) Sensibilidade de *aktionsart* para Estados Evidenciais: Se f (que liga s_0 and d) é inferível de s' , então chamamos s' de um Estado Evidencial para s_0 , e então s_0 deve ser determinado pelo começo de s' .
 Se s_0 é um estado, então $s_0 \odot s'$, ou $s_0 < s'$
 Se s_0 é dinâmico, então $s_0 < s'$ (ibid. p. 128 e 129)

No caso da SC, a situação derivada *Evid-State* vai fazer o papel da referência, ou do PTS, apesar de ela não ser, diretamente, uma referência como dada na literatura até então, e nem como o PTS. E, por ser um estado derivado, existe uma dependência da eventualidade subjacente, a natureza da sua formação vai depender da *aktionsart* da s_0 . Ela não é uma “referência” porque não é um ponto que serve apenas para localizar o evento, ela é também o evento (ou na terminologia da SC, a situação), ou seja, um evento derivado que vai localizar ambas as situações. Vale notar que essas são características que a composicionalidade proposta por este sistema vai levar às estruturas.

No caso da modificação temporal, vimos que a literatura em geral assume a possibilidade de modificação tanto do evento quanto da referência. Na proposta de Ramchand, no entanto, o evento não pode ser modificado diretamente: pode-se modificar a situação s' (modificação extrínseca da situação), ou ambas s' e s_0 simultaneamente (modificação de enquadramento). Exemplificamos, nos exemplos a seguir:

- (2.25) a. John had done his homework (already) at 8 that morning. (tempo de s')
John tinha terminado seu trabalho (já) às 8 daquela manhã.
 b. John had done his homework the day before. (tempo de s_0 ?)
John tinha terminado seu trabalho no dia anterior.

A assunção corrente é que em (2.25-a) temos a modificação de s' , em que a conclusão de ter feito seu trabalho era verdadeira às 8 da manhã. No caso de (2.25-b), o evento de s_0 é que acontece no “dia anterior”. A constatação de Ramchand é que se o s' de “ter feito o trabalho” pode ser estendido a partir da sua culminação, que é o que a denotação de *Evid-State* permite, então é possível que na verdade o adverbial estivesse modificando s' (ibid., p.136). Um outro exemplo que identifica este é efeito é o seguinte:

(2.26) a. When his Mum arrived, John had (already) done his homework.

Quando sua mãe chegou, John (já) tinha feito seu trabalho.

b. ?When his Mum arrived, John had done his homework at 8 that morning.

?Quando sua mãe chegou, John tinha feito seu trabalho às 8 daquela manhã;

O que fica claro com estes exemplos é que, de fato, a modificação direta de s_0 soa estranha quando o tópico s' fica estabelecido na clivagem. Isso significa que a modificação no perfeito só pode agir sobre s' , ou sobre s_0 a partir de s' . Uma outra possibilidade é, por exemplo, modificadores de maneira serem aplicados ao evento ao mesmo tempo da modificação de s' :

(2.27) Quando sua mãe chegou, John tinha feito seu trabalho cuidadosamente.

Em conclusão, é a situação s' a que está mais alta na árvore, que é de fato ancorada temporalmente pela flexão verbal (lembramos que a partícula participial contém apenas até Asp, enquanto o auxiliar na teoria recebe T), e por isso é a única que pode ser modificada temporalmente, e isso vale para todas as versões do perfeito, para a SC.

Essas são as previsões da Semântica Citacional de Ramchand (2018) para a construção das partículas progressivas, participiais e do tempo perfeito, desde o domínio eventivo D_{μ} e entrando na segunda fase do domínio das situações. Na próxima seção, vamos observar como a teoria pode ser aplicada aos nossos dados no PB.

3 O PPC NA SEMÂNTICA CITACIONAL DE RAMCHAND

A primeira coisa que podemos dizer é que a maioria, senão todos os exemplos citados por Ramchand e aqui vertidos para o PB, contêm várias semelhanças, senão expressam as mesmas funções. A razão de termos nos dedicado a resenhar a teoria desde as formas dos progressivos se dá pelo fato de que o PPC demonstra semelhanças com tempos imperfeitos, como já observamos na descrição do capítulo 1, mas tem uma estrutura que compartilha uma história com tempos perfeitos compostos, latinos, e é semelhante também aos perfeitos germânicos, como vimos para o inglês. Vamos então nos arriscar a propor uma descrição a partir desta teoria para o PPC, contando com as suas peculiaridades.

Nesse sentido, a primeira diferença clara entre o PPC e o perfeito do inglês é que aquele expressa a iteratividade, e de nenhuma forma tem interpretações resultativas. No capítulo anterior, vimos que, de uma perspectiva da teoria PTS, ou X-now, o nosso perfeito carrega semelhanças com as interpretações experienciais, em que o início da situação é garantido, mas não o fim. Mesmo em construções em que há claramente um resultado (como nos eventos télicos *achievements* e *accomplishments*), a construção com o PPC não assegura, nas suas condições de verdade, que a eventualidade para de acontecer. No entanto, a nossa intuição é de que não é a *eventualidade subjacente* que não chega a seu fim, como de fato seria uma descrição imperfectiva simples como “João corria na praça (quando eu o vi)”⁵⁹, ou numa construção progressiva como “Ela está desenhando um círculo.”, mas é a *situação*, num sentido mais referencial como o do Tempo Tópico de Klein, que está se mantendo aberta e garante a repetição do evento, desta forma.

Essa intuição já foi representada por teorias apresentadas neste trabalho anteriormente, como na própria teoria de Klein, ou na versão de Moens e Steedman. Porém, o desafio no caso do PPC se torna embutir iteratividade, levando em consideração a sensibilidade dos perfeitos às *aktionsarten*, e ao mesmo tempo respeitar parâmetros de uma teoria composicional. A teoria da PTS de Pancheva

⁵⁹ Este exemplo do imperfectivo do PB é muito interessante de ser considerado pois ele contém uma ambiguidade: temos uma interpretação durativa como a assinalada com a possível continuação “quando o vi.”, ou uma interpretação iterativa habitual, sem a continuação. Pela análise da SC, possivelmente consideraríamos a versão durativa, semelhante à interpretação progressiva, como sendo gerada na primeira fase, enquanto a interpretação habitual sendo gerada mais acima na árvore, já com um Asp que pode ser quantificado sobre. Esta seria, no entanto, uma análise além do nosso escopo atual.

(2003), como vimos, se aproxima dessa possibilidade de construção. No entanto, não nos pareceu possível derivar o sentido habitual/iterativo do PPC a partir daquela teoria. A SC, por outro lado, nos dá mais ferramentas para isto.

Nosso primeiro passo será fazer uma análise comparativa do Perfeito progressivo do Inglês e do PPC, dentro da SC. O motivo de propormos essa comparação é que esses tempos verbais apresentam as mesmas restrições e efeitos de interação com advérbios e entre os nódulos sintáticos. Nomeadamente, o perfeito progressivo no inglês apresenta leituras iterativas com eventivos, e a ambiguidade iterativa/durativa com estativos como a seguir:

(3.1) a. John has been **running**. (**atividade**)

John tem estar-PERF **correr**-PROG

O John tem corrido.

b. Mary has been **writing** her thesis. (**accomplishment**)

Mary tem estar-PERF **escrever**-PROG sua dissertação.

A Mary tem escrito sua dissertação.

c. John has been **arriving** late. (**achievement**)

John tem estar-PERF **chegar**-PROG atrasado.

O John tem chegado atrasado.

d. Mary has been **living** alone / in a different house every summer. (**estado**)

Mary tem estar-PERF **morar**-PROG sozinha / numa casa diferente todo verão.

A Mary tem morado sozinha / numa casa diferente todo verão.

As leituras são muito parecidas com as do PB, se não as mesmas: as construções com e eventivos têm interpretações iterativas habituais, enquanto as estativas apresentam ambiguidade entre as leituras. Nesse sentido, o perfeito progressivo do inglês também tem a restrição com adverbiais cardinalizados:

(3.2) a. John has been running *three times/*once/ everyday.

Definir a quantidade de vezes não é possível, a não ser que o adverbial habitual seja introduzido. Além disso, o perfeito progressivo do inglês é também impossível com predicados que denotam um evento único, como *nascer* ou *morrer*, ou eventos com efeitos de “vida toda”, como os predicados *Individual Level*. E não apenas isso, assim como no particípio do PB, a indeterminação da quantidade de vezes é obrigatória, bem como a interpretação plural dos eventos.

Restrições que parecem mais pragmáticas, como a necessidade de possibilidade de repetição no momento de fala também acontecem no perfeito progressivo do inglês, como os exemplos vertidos a seguir:

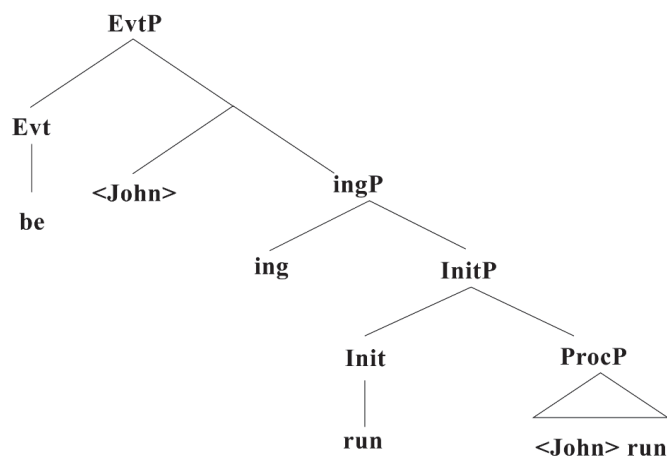
- (3.3) a. ? Einstein has been visiting Princeton.
 b. ? Princeton has been being visited by Einstein.
 c. Have you been visiting the Monet exhibition?

O padrão é semelhante, senão idêntico, aos exemplos que demos para o PB: o exemplo de (3.3) a. é impossível, visto que Einstein já não é mais vivo, bem como (3.3) b., e (3.3) c. só é possível caso não haja nenhuma impossibilidade óbvia do interlocutor ao acesso à exposição.

Visto que existe essa constante tradução do PPC para o perfeito progressivo no inglês, bem como os pontos principais expostos até aqui, vou assumir que estas estruturas têm a mesma representação sintática sendo executada similarmente, mas por expoentes diferentes. Vou, então, levar ao máximo a proposta de Ramchand e fazer uma análise do perfeito progressivo antes de partirmos para o PPC.

O primeiro passo é entender o que acontece no domínio eventivos com a estrutura. Temos uma formação com um auxiliar, um particípio perfeito e um progressivo. O progressivo, como vimos, só pode estar no domínio eventivos: ele vai criar um evento derivado, um *Id-State*, da propriedade de eventos que está descrevendo. Então, o evento formado pelo progressivo precisa de um auxiliar cópula para ser ligado existencialmente. Essa cópula vai ser introduzida em Evt, como na figura a seguir, na primeira fase de um predicado como “John has been running”:

FIGURA 15 – A PRIMEIRA FASE DO PRESENT PERFECT PROGRESSIVE



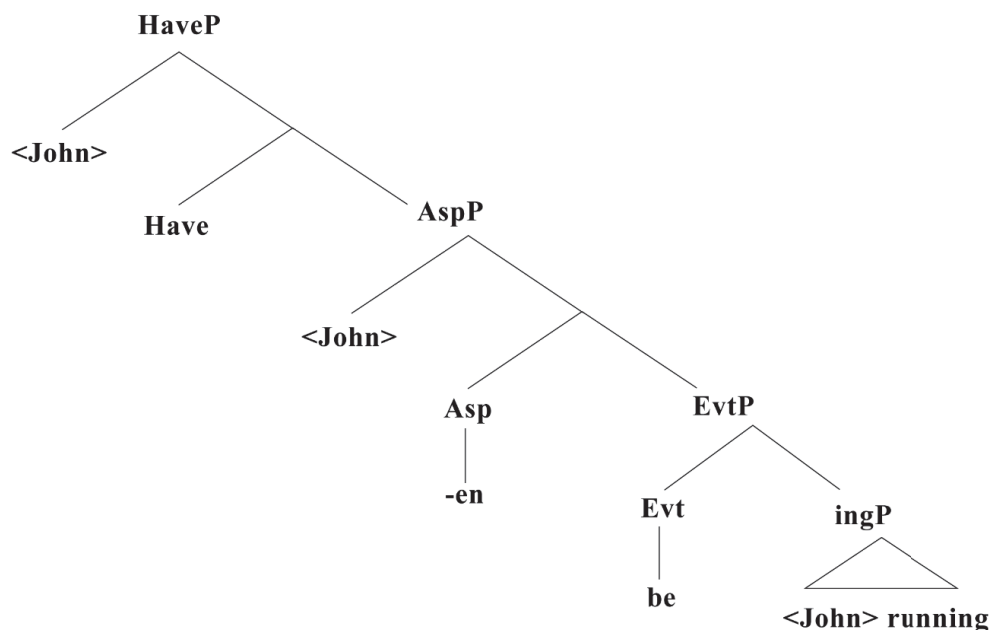
FONTE: a autora (2020).

Com o *Id-State* formado, podemos, em teoria, mergir esta categoria acima. No caso do perfeito, o particípio perfeito forma um evento a partir das propriedades eventivas, sem modificá-las, e adiciona a ela um Asp. No que vimos até então, o particípio funcionaria dentro do paradigma morfológico de um verbo, apenas sufixando-se a ele. Se essa fosse a formação em jogo aqui, teríamos uma estrutura como “John has be runninged”, o que não é o que de fato acontece. Vou, então, propor que exista um bloqueio para que as sentenças sejam bem formadas, em que o progressivo não aceita sufixação. O verbo cópula, por outro lado, está livre para receber sufixação, bem como é compatível com o recebimento de um Asp: na proposta de Ramchand, a especificação do verbo cópula é algo como:

(3.4) *be*: < T, Asp, Evt >

Esta análise segue o raciocínio do particípio ser um item limitador da especificação ou das propriedades de um IL, argumento que, quando o particípio se acopla à cópula, reduz sua especificação para <Asp, Evt>. Depois disso, resta apenas o auxiliar ocupar o papel de T, com a mesma notação proposta anteriormente, em que o auxiliar gera um *Evid-State* da estrutura. Esta seria a árvore completa de “John has been running”:

FIGURA 16 – REPRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA E SEGUNDA FASES DO PRESENT PERFECT PROGRESSIVE



FONTE: a autora (2020).

Resta agora analisar as consequências que podemos prever dessa formação. Primeiramente, o progressivo no domínio eventivo deve gerar uma estrutura que se comporta como um estado. A partícula participial perfeita não deve interferir diretamente no significado formado em EvtP porque, como vimos, ela se encontra em outro domínio, bem como nos testes realizados até aqui, sabemos que qualquer *aktionsart* pode ser inserida no perfeito. No entanto, também previmos que o tipo de eventualidade pode interferir no tipo de significado que emerge, bem como certos predicados são impedidos conceitualmente de serem executados sob a estrutura perfeita. Isso significa que as propriedades conceituais do evento devem estar de alguma forma disponíveis e que há sensibilidade por parte do perfeito.

Olhando para a árvore sintática, temos “John be running” na primeira fase, que seria caracterizado como *Id-State*. Devemos então considerar o que acontece quando o *Evid-State* adicionado pelo auxiliar seleciona o *Id-State* modificado pelo participípio. Na proposta da SC, o participípio não pode selecionar internamente a D_{μ} , e vai selecionar Evt já completo. Na nossa leitura, o participípio vai modificar apenas o verbo cópula, retirando T da sua composição. Desta forma, o *be* mantém seu Asp, que é o nóculo que contém a função que relaciona a eventualidade s_0 e o momento de fala d . Teríamos uma previsão em que, como o *Id-State* é considerado de fato um estado, ele se comportaria como um verbo dessa classe acional.

Na seção anterior, vimos que, se a s_0 que forma o *Evid-State* é um estado, ela tem a possibilidade de estar inclusa em s' ou de precedê-la, já que o estado na SC é composto de um momento, ou seja, um momento é suficiente para cumprir a condição de verdade de existência de um estado. Essa definição explica, por exemplo, a possibilidade de ambiguidade que emerge com os estados, que geram ambas as leituras Universais e Experienciais com as formas Perfeitas não-progressivas. No entanto, a questão fica um pouco mais complexa com os perfeitos no progressivo: apesar de o *Id-State* ser considerado um estado, ele não exhibe as mesmas propriedades de um verbo estativo no perfeito. Não podemos afirmar, por exemplo, que exista a possibilidade das leituras que vimos com os eventivos progressivas serem durativas, ou seja, em que s' coincide com s_0 . Quando dizemos “John has been breaking cups.”, ou “João tem quebrado copos.”, uma leitura em que o evento de quebrar copos coincide com o momento de fala/referência não nos parece relevante, ou até mesmo possível.

Por outro lado, uma propriedade do *Evid-State* é que s' estipula o começo de s_0 , e este é sempre anterior, ou começa exatamente com o início de s' . Essa propriedade é responsável pela leitura de um evento que se inicia anteriormente ao momento da referência s' , o que é verdadeiro para todos os perfeitos até aqui citados, progressivos ou não. Adicionalmente, como não é possível haver modificação temporal em s_0 , seria improvável que s_0 contivesse de fato tempo, o que reforça que sua localização seja dada apenas por Asp contendo a função f que a localiza a partir de s' .

Uma possibilidade, então, para que exista sensibilidade do perfeito à *aktionsarten* dos verbos, seria que de alguma forma esta sensibilidade funcionasse independentemente da formação de um *Id-State*, ou seja, que o *Id-State* permitisse que a *aktionsarten* fosse vista pelo perfeito. Vou propor que, como na sua formação o progressivo continua no domínio eventivo, enquanto a cópula que faz sua ligação existencial sobe para Asp e recebe a partícula participial, o *Id-State* é potencialmente suspenso, e o auxiliar pode enxergar além da propriedade estativa de *Id-State*. Essa será a função do participípio, já que ele limita a ação do verbo cópula, que não terá mais a função de localização temporal.

O *Id-State* ainda é possível nesse cenário, visto que conseguimos isolar conceitualmente “John be breaking cups” de “John has been breaking cups”, com as propriedades de *Id-State*, em que existe um *holder* da ação, que, por sua vez, é um *snapshot*, uma imagem instantânea, do conteúdo conceitual que significa “be breaking cups”. Adicionalmente, a relação de *Id-State* ainda permite que o evento seja observado internamente, mesmo com essa relação derivada formada. Nas palavras de Ramchand, “a relação de Estado-Identificador é uma em que os falantes podem inferir a existência de um evento (possivelmente complexo) por meio de um estado que provê evidência suficiente (dado tudo o mais que sabemos de mundo) para aquele tipo de evento” (ibid., p. 62). Desta forma, o perfeito, ou o *Evid-State*, consegue estabelecer as mesmas condições para a sensibilidade da *aktionsart* com o progressivo, isto é, que se é uma eventualidade estativa, s_0 precede ou está incluso em s' , e que se é dinâmica, necessariamente precede s' .

Essa relação também permite que haja semelhanças entre o progressivo e o perfeito progressivo com relação à sua imperfectividade, visto que as propriedades estativas do *Id-State* não vão ser completamente eliminadas, apenas unidas com o *Evid-State* do perfeito. A iteratividade e a duratividade de ambos terão a mesma

origem: da mesma forma que *Id-States* de base dinâmica são iterativos, e de base estativa são ambíguos, *Evid-States* que selecionam tais predicados têm resultados semelhantes. A diferença entre as duas formas é, essencialmente, que é possível fazer afirmações sobre *Id-State* quando isolada, bem como localizá-la temporalmente, enquanto quando ela faz parte de um *Evid-State*, como no caso do perfeito progressivo, só pode ser acessada através da localização de *Evid-State*.

A questão do PPC, no entanto, é um pouco diferente, já que não há uma partícula progressiva que estabeleça um *Id-State*. Em teoria, com uma estrutura de auxiliar e particípio, o perfeito no português iria resultar nas mesmas leituras que o perfeito do inglês, mas vimos que este não é o caso e que, afinal, o PPC está muito mais próximo do *Present Perfect Progressive*, do inglês. O que proponho, então, é que a construção do PPC obtém os mesmos resultados que o progressivo perfeito do inglês, mas com uma expressão morfológica reduzida. Em outras palavras, a ideia é que o PPC expresse a mesma estrutura sintática que a morfologia progressiva adicionada ao particípio (e.g. *been running*) expressa no inglês, mas lexicalizada em um item apenas, o particípio.

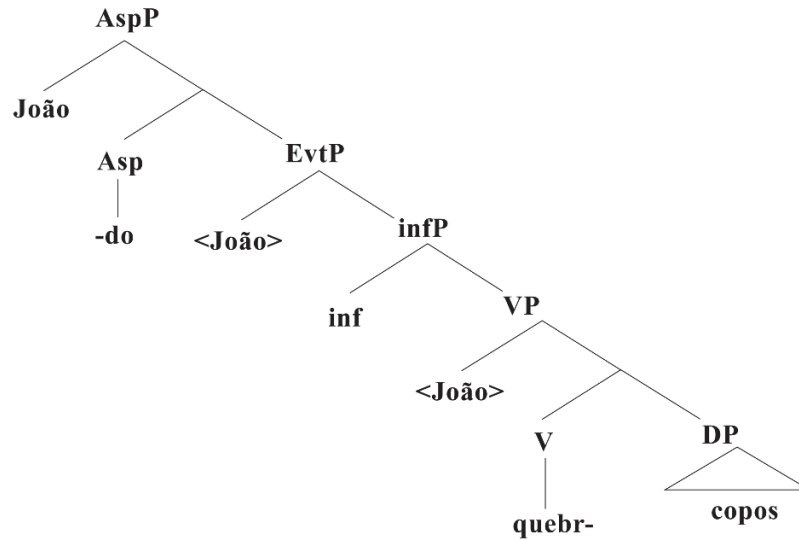
A primeira evidência que apresento é que, no PB, usamos o infinitivo para nomear eventos: quando falamos, de maneira bem poética, “o seu olhar me cativou”, a forma infinitiva de *olhar* aparece em posição de substantivo, ou seja, a versão nominal da ação. Se dissermos “Quando a vi pela primeira vez, seu olhar me cativou.”, não há uma progressão do tempo, que também é uma característica de estados.⁶⁰ Juntando essas duas características, é possível afirmar que “o olhar” é um *snapshot* conceitual da ação de olhar. Vou supor, então, que o infinitivo seja uma forma possível de *Id-State* e que esteja disponível quando o particípio perfeito a seleciona. Por ser uma forma infinitiva e, portanto, aceitar sufixação, o particípio se acopla à forma e a eleva até Asp. Desta forma, temos um evento formado em $D\mu$ com características de

⁶⁰ Aqui observo um outro exemplo em que o infinitivo se comporta como um estado, em que a versão infinitiva, mesmo a pessoal, não avança a narrativa. Para ilustrar isso, uso o exemplo em (i), que contém um verbo eventivo (*pegar* é um *achievement*) e que provoca progressão narrativa, e os exemplos em (ii) e (iii), que não fazem essa progressão, pois: (ii) contém uma expressão estativa realizada com o verbo estativo *parecer* e um adjetivo, e (iii) tem o verbo *sair* no infinitivo pessoal precedido de preposição:

- i. João chegou. Pegou a chave. Então saiu.
- ii. João chegou. Parecia cansado. Então saiu.
- iii. João chegou. **Para sair** precisava da chave. Achou-a e então saiu.

Id-State. A árvore sintática da primeira fase de “João tem quebrado copos” seria algo como:

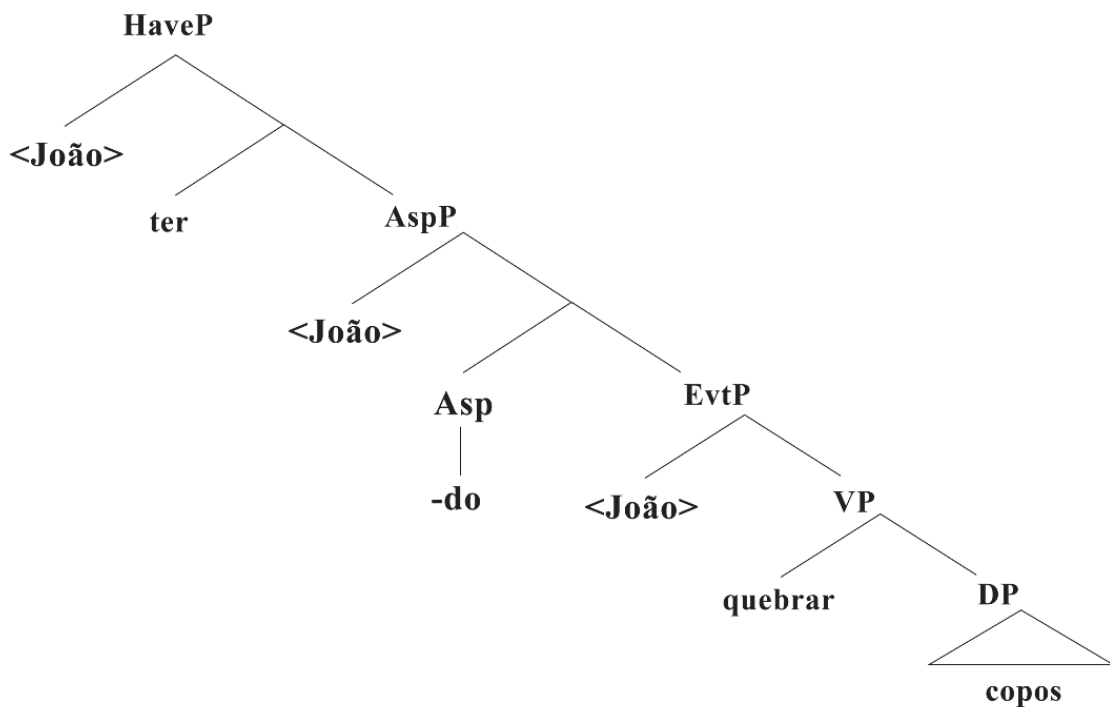
FIGURA 17 – PRIMEIRA FASE DO PPC



FONTE: A autora (2020).

Na borda de *EvtP*, temos o *Id-State*, como prevê a SC. O participio perfeito, então, num domínio mais alto, adiciona *Asp* à toda a estrutura. Depois disso, só resta a adição do *ter* na estrutura para fazer, enfim, a localização temporal de toda a sentença.

FIGURA 18 – PRIMEIRA E SEGUNDA FASES DO PPC



FONTE: a autora (2020).

Voltando agora às necessidades que demonstramos no início dessa dissertação com relação à descrição do PPC, gostaríamos de responder às seguintes perguntas:

- (3.5) (a) o que a ambiguidade dos predicados estativos *stage level* nos informa?
 (b) o que a restrição com predicados *individual level* nos informa?
 (c) o que o *frequency puzzle* diz sobre o PPC?
 (d) como sistematizamos a iteratividade (preferencialmente dentro de uma teoria construcional) do PPC?

Apesar de não termos respostas definitivas para nenhuma dessas questões, acreditamos que podemos ao menos arriscar algumas boas respostas parciais a partir de uma teoria composicional que se demonstra muito consistente e captura várias intuições nossas no que diz respeito à polissemia dos tempos perfeitos e da construção dos eventos num geral.

A resposta às questões (a) e (b) podem agora tomar a seguinte forma: os eventos são feitos de propriedades decomponíveis estruturalmente e conteúdo conceitual. No caso da ambiguidade dos estativos, a ambiguidade vem da propriedade conceitual dos estados serem avaliados como um *momento*, logo, é uma ambiguidade intrínseca a esta categoria quando ancorada temporalmente. Num exemplo do tipo “A Ana tem morado em Paranaguá.”, a informação que temos do perfeito é que existe uma situação de *morar em Paranaguá* que tem seu início anterior à referência do momento de fala, que é a referência padrão para tempos no presente, ou não-marcados. Se Ana morou por vários períodos em lugares diferentes, e agora está em Paranaguá, ou se ela continuamente mora em Paranaguá desde um período anterior ao momento de fala até este momento, são possibilidades polissêmicas com origem da ontologia dos predicados estativos. No entanto, da maneira em que os elementos de $D\mu$ são concebidos na SC, uma ambiguidade pode ser facilmente resolvida com a percepção cognitiva daquela situação, ou seja, com a avaliação contextual do falante, e de maneira instantânea. Isso significa que a cada nova situação, o uso, ou CONVEY, dos elementos formados em $D\mu$ pode ser atualizado com novos significados. Deste modo, uma forma potencialmente ambígua, ou polissêmica, tem seu significado adaptado à situação.

Já o caso da impossibilidade de usarmos predicados *Individual Level*, e que pode ser estendida aqui aos predicados de evento único e cardinalizados, parece ser

efeito da impossibilidade do PPC denotar uma situação com quantificação unitária e/ou definida. Predicados *Individual Level*, como em “ter olhos marrons”, tendem a ser definidos, tanto com relação ao evento referido, quanto à sua duração, já que têm *lifetime effects* (efeitos de vida toda)⁶¹. Quando digo que o evento referido pelo predicado é definido, quero dizer *em oposição* a um evento genérico, como é o caso de descrições habituais de um evento. A genericidade, num exemplo similar ao da caracterização da tipologia verbal de Davidson, se dá quando eu digo que “tomo café de manhã” e, por exemplo, não me refiro a um evento de um dia específico, ou a cada uma das instâncias em que tomei café de manhã separadamente. Pode ser que em algumas vezes eu tenha tomado café instantâneo e, em outras, filtrado, até mesmo que em algum desses dias eu não tenha tomado café de forma alguma, mas a essência (genérica), ou o tipo de ação, que diz respeito e engloba todas as possibilidades que se encaixam nessa descrição habitual de “tomar café de manhã” é que está em jogo aqui. Nesse sentido, essa indeterminação necessária ao PPC é um pouco mais difícil de se estabelecer formalmente, pois parece ser uma restrição mais pragmática – pode vir do seu uso aplicado a contextos plurais – portanto, fica aberta a questão de em que momento ela pode ser construída estruturalmente pela Semântica Citacional e, ainda, por que essa restrição não acontece com as interpretações universais, durativas, do PPC (e do *Present Perfect Progressive*, diga-se de passagem).

O que nos leva ao ponto (c), que é o *frequency puzzle*, como notado por Molsing (2010). Lembramos: aparentemente, apesar de não ser possível delimitar o PPC cardinalmente, ele pode ser, caso seja inserido num contexto habitual. Pela proposta da SC, o evento, ou situação s_0 , não pode ser modificado temporalmente, e apenas s' é alvo deste tipo de modificação.

- (3.6) a. Quando o carteiro vem, ele tem tocado 3 vezes.
 b.*A Maria tem lido Shakespeare 3 vezes.
 c. A Maria tem lido Shakespeare 3 vezes ao ano.
 d. ? A Maria corre 3 vezes.

⁶¹ Isso em sentenças declarativas no presente do tipo “A Maria tem olhos marrons.”. É um pouco diferente de, por exemplo, “As crianças dessa região têm tido olhos marrons.”, em que o plural faz uma generalização do evento.

(3.6) a. e c. são exemplos em que a cardinalização do evento parece funcionar porque é acomodada num contexto habitual, enquanto (3.6) b. e d. não. No contexto de (3.6) d., temos uma situação no presente simples, que também apresenta a restrição da cardinalização, visto que o presente no PB é usado para expressar habitualidade. Como essa restrição não acontece com tempos perfeitos que não são usados para expressar habitualidade, e também não acontece apenas com o PPC, mas também com outros tempos que expressam habitualidade, como o presente e o progressivo no caso do PB, parece haver uma incompatibilidade entre a conceitualização de uma repetição limitada e o significado da estrutura no total (nesse caso, a habitualidade). Além disso, “3 vezes” não é exatamente uma localização temporal, então, de acordo com a SC, pode ser uma contribuição sobre o evento. A nossa análise é que um adverbial cardinalizado vai ser bloqueado quando seu escopo, por outro lado, atingir s’, ou a sentença toda:

(3.7) *Três vezes, Maria tem lido Shakespeare.

Todo ano, Maria tem lido Shakespeare três vezes.

Quando colocamos o adverbial em posição tópica, o escopo recai sobre toda a sentença, então vemos mais claramente a proibição. Contrariamente ao que Molsing aponta, que a modificação por adverbial cardinal só é possível se acomodada num contexto habitual, como se um advérbio habitual magicamente licenciasse seu uso, não é necessário que haja a realização de um adverbial habitual para licenciar o uso do adverbial cardinal, o único requerimento é que a habitualidade seja inferível pelo contexto. Pode ser uma resposta a uma pergunta, por exemplo:

(3.8) A: Como tem sido seu hábito de leitura anual?

B: Eu tenho lido Shakespeare ao menos 3 vezes (ao ano).⁶²

Afinal, como pudemos ver, a restrição da cardinalização não recai sobre a repetição do evento, mas sim sobre a situação de referência s’. A modificação de s_0 é possível por advérbios cardinalizados, como 3 vezes do exemplo. Formalmente falando, na composição proposta pela SC, esse advérbio teria que entrar na primeira zona na árvore sintática, antes de ser vinculado existencialmente, já que não pode haver interação direta com o perfeito. Por outro lado, o motivo de um advérbio

⁶² Nos referimos também ao exemplo de (1.20), “O carteiro tem tocado duas vezes.”.

cardinalizado ser proibido a nível de s' , não me parece muito claro. No caso do PPC, essa proibição talvez possa ser atribuída à genericidade necessária às condições de verdade sobre a duração de uma construção habitual.

Finalmente, sobre a iteratividade do PPC, Molsing (2010) aposta que ela possa ser derivada da semântica do presente no português, que é, por padrão, habitual. A minha aposta, por outro lado, se aproxima dessa intuição sobre o presente, de que ele é em parte responsável pela iteratividade do PPC, mas nos distanciamos em apostar que isso seja suficiente, já que tempos perfeitos no presente de outras línguas não têm o mesmo resultado. A minha explicação sobre a iteratividade é que o presente é responsável por uma interpretação aparentemente durativa da situação s' ⁶³, ou seja, é um espaço de tempo disponível no qual a habitualidade da construção dada pelo *Id-State* possa acontecer. O *Id-State* formado em EvtP, por outro lado, combina uma descrição genérica de eventos a essa situação aberta. A repetição do evento acontece por padrão da habitualidade da construção do PPC, semelhantemente a outros tempos habituais progressivos.

Nesse sentido, além das evidências já apresentadas com relação à (não) interferência direta do perfeito sobre a eventualidade, acreditamos que outra evidência de que *Evid-state*, o estado formado pelo perfeito, não pode operar diretamente sobre as eventualidades é que podemos ter eventos durativos individualmente, que se repetem com a duração distribuída, como no exemplo “Naquela casa, o carteiro tem esperado 15 minutos para ser atendido (em cada entrega).” – nesse caso, os 15 minutos estão operando uma concepção mais abstrata de cada evento, mais baixa na árvore sintática, portanto, enquanto a interação entre *Id-State* e *Evid-State* distribuem temporalmente essa eventualidade, mais acima na árvore. Nesse sentido, acreditamos que “15 minutos” de fato modifica a eventualidade conceptualmente, bem como pode ser alimentado contextualmente: mesmo que, em alguma das vezes, o carteiro espere apenas 10 minutos, isso não “mancharia” as condições de verdade da frase como um todo. Isso é o que Ramchand prevê com as descrições dadas pelo *Id-State*: são nossos julgamentos sobre a essência do evento descrito que entram em jogo.

⁶³ Na verdade, ela não precisa ser durativa: como a referência é apenas um momento no qual a situação é avaliada, e o *Evid-State* é de fato um estado derivado, sua leitura “durativa” se dá pelo momento ser suficiente para uma interpretação inclusiva de s_0 em s' .

Resta pensar agora qual a diferença entre um progressivo simples como “Maria está lendo um livro.” e de um perfeito com propriedades habituais, como o PPC em “Maria tem lido um livro.”. E a possibilidade de resolução dada pela SC diz respeito à relação referencial que o auxiliar do perfeito tem que não é fornecida pela cópula de um progressivo, ou até mesmo por um tempo simplesmente imperfeito. Relembrando, de acordo com a teoria, o fato de existir uma situação *Evid-State*, ou *s'*, acarreta a existência de uma situação dependente s_0 . A situação dependente guarda uma relação temporal com o início de *Evid-State*, que pode ser coincidente com estados, ou anterior com ambas situações dinâmicas e estáticas. No caso dos tempos imperfeitos, ou do progressivo, essa relação não existe, já que ele descreve apenas uma situação, a do *Id-State*.

Um outro tópico, que não mencionamos nos quatro pontos acima mas que também é muito relevante para a descrição dos perfeitos que analisamos aqui, é a necessidade da situação ser “relevante” para o momento em que se está afirmando sobre ela, bem como deve haver a possibilidade de que ela aconteça no momento em que se afirma, como nos exemplos de (1.9) e (3.3). (*Einstein tem visitado Princeton / *Einstein has visited Princeton). A solução que encontraríamos na SC diz respeito ao *Evid-State*, que é o estado derivado do perfeito e que evidencia a existência de uma eventualidade anterior/simultânea a ele. Uma vez que o *Evid-State* dos perfeitos diz respeito a uma relação entre situações já instanciadas no mundo, a aplicação dos quantificadores existenciais sobre os eventos e seus participantes fazem o efeito do requerimento de sua existência no mundo de fato. Desta forma, um evento que não tem condições pragmáticas de acontecer, ou participantes reais que possam participar, é restringido pelo PPC, e pelos perfeitos do inglês. Nesse caso, a restrição não viria da formação do conceito da eventualidade na primeira fase, como nas outras restrições que vimos, mas de um senso de “atualidade” que o *Evid-State* acarreta sobre seus eventos e participantes já ligados existencialmente. Isso significa que a restrição seria, de fato, pragmática, de uma região de concepção estrutural linguística mais alta na árvore sintática.

Em resumo, a nossa conclusão sobre a iteratividade do PPC, dentro de uma teoria composicional como a da Semântica Citacional de Ramchand, pode ser derivada da interação indireta de um *Id-State* e um *Evid-State*. O *Id-State*, ou uma descrição conceitual instantânea e facilmente alimentável pelo contexto e com propriedades temporais de um estado derivado, tem suas propriedades distribuídas

temporalmente através de um *Evid-State*. A tentativa de resolução a que nos propusemos aqui foi deliberadamente livre, visto que a SC até o momento não tem literatura em que deriva especificamente a iteratividade nessa composição, tanto para os perfeitos quanto para os progressivos. No entanto, acreditamos que este seja um bom caminho para uma análise unificada de vários fenômenos ligados aos tempos perfeitos translinguisticamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já existe uma extensa literatura que tenta lidar com a descrição temporal e, para esta dissertação em especial, com os tempos perfeitos. Conforme vemos passando os anos das referências citadas, aumentam os aspectos a serem descritos por quem se aventure a alcançar uma adequação descritiva, ou almeje ainda ultrapassar a adequação explicativa. Com certeza, aqui mal esgotamos os aspectos descritivos do PPC. Ainda assim, desde a introdução desta dissertação, apresentávamos um problema maior do que a descrição apropriada do PPC, uma latente inadequação teórica, sentíamos falta de uma teoria unificada e composicional para explicações morfossintáticas e conceituais de fenômenos linguísticos que parecem estar muito aproximados, afinal.

Além disso, como as teorias do perfeito têm sido usadas para lidar com línguas que majoritariamente expressam situações resultativas, perfeitas, quando lidamos com um perfeito como o do português, que, à primeira vista, é apenas mais uma instância de imperfectivo, geram-se dúvidas sobre seu lugar dentro das teorias. Isso na verdade só aponta para a inadequação da maioria das teorias que encontramos para lidar com os perfeitos translinguisticamente.

A escolha que fiz com relação à argumentação foi pelo uso de uma teoria composicional para sanar algumas questões mais explicativas, mas também descritivas do PPC. Começamos pela questão descritiva do PPC: o primeiro objetivo a que me propusemos dar conta era explicar a sua iteratividade obrigatória com eventivos (ILARI, 2001; MOLSING, 2010). Paralelamente a essa questão, também queria dar conta da sua duratividade com estativos, e então de uma explicação unificatória entre a interpretação Universal e a Existencial que surgem desses fatos. Além disso, precisava de uma teoria que admitisse a polissemia do PPC, bem como a ambiguidade latente nos estativos com o PPC, que ora fazem emergir uma interpretação universal, ora uma existencial. Daqui pulamos para outra investigação necessária: a dos advérbios e outros complementos nominais com o PPC. Foi necessário trazer um pouco da investigação com as diferenças entre o PPC e outros tempos verbais que expressam habitualidade.

Concluimos que a relação entre s' e s_0 com os perfeitos é essencial para qualquer teoria que se disponha a descrevê-los. Apesar dessa intuição sobre os perfeitos ser notada e de alguma forma elaborada teoricamente por todas as linhas que observamos anteriormente, a análise da SC coloca um pano de fundo teórico

sintático-semântico muito mais especificado. A noção de que existe uma separação estrutural clara entre o *spell-out* dos expoentes no domínio eventivo conceitual – citacional – e o domínio temporal, ou da segunda fase, explica, por exemplo, como independentemente da eventualidade, a leitura iterativa do PPC está sempre disponível, e não faz seleção ou coerção dos predicados. Além de, claro, esta teoria conceber que uma mesma estrutura gramatical possa gerar diferentes leituras (universal e existencial), e de fornecer *background* teórico para a explicação da polissemia desse tempo (os estativos que produzem leituras universais e existenciais).

Inclusive, é interessante notar como uma teoria semântica composicional pode lidar com essa questão e elaborar generalizações ainda mais poderosas para a semântica temporal: a intervenção da Semântica Citacional sobre a definição de eventos e situações, dentro da gramática do tempo, nos dá a base teórica não só para diferenciarmos o PPC de estruturas progressivas, mas também para estabelecermos, formalmente, o padrão de semelhanças entre eles – padrões estes que garantem um maior nível de adequação explicativa.

Nossa hipótese inicial era de que o *ter*, um tempo no presente, abriria um intervalo de tempo que engloba o momento de fala. Esse intervalo de tempo é o tempo do tópico, sobre o qual se faz verdadeira a proposição, e não o tempo do evento. Nesse sentido, seguimos Klein (1994) e Ramchand e Svenonius (2014) na ideia de que uma função do perfeito é fazer o *spell-out* do tempo da sentença (e não do evento). Ainda sobre o perfeito, concluímos que, diferentemente do nosso passado imperfeito, que localiza o evento no passado, o perfeito do PB, com sua referência no presente, localiza a situação a partir do presente, bem como é um tempo referencial: s_0 (o evento) só pode ser definido a partir de s' (a referência).

Além disso, vimos que estruturalmente os perfeitos podem aceitar por encaixamento qualquer tipo de VP. A diferença crucial entre os tempos simples e os perfeitos na SC é que o perfeito é impossibilitado de selecionar internamente a VP, ou seja, ele não pode selecionar mereologicamente aos eventos, já que eles se encontram em fases diferentes. Em outras palavras, e do outro lado da árvore sintática, hipotetizamos que, como os perfeitos não selecionam internamente a VP, se o predicado é dinâmico, ele se repete, uniformemente, pela linha do tempo. Quando ele é estativo, pode causar uma leitura homogênea que engloba o momento de fala ou uma situação iterativa semelhante aos tempos dinâmicos. Não ficou claro porque uma interpretação dinâmica gera a iteratividade. Uma hipótese para ser investigada

futuramente seria que a interpretação habitual pode vir de *Id-State*, ou seja, de uma situação sendo interpretada como tendo propriedades suficientes do evento que descreve de maneira genérica. Nesse caso, a genericidade vinda do VP seria responsável pela repetição do evento quando este é dinâmico. É importante frisar, também, que na nossa explicação através da SC o perfeito não exerce nenhum tipo de coerção, já que ele é apenas um Estado-Evidencial (*Evid-State*) das propriedades (de propriedades) de um evento.

Conseguimos, ainda, responder a algumas questões que acreditávamos internas ao VP, mais especificamente sobre a semântica do participio -do e dos advérbios, que pareciam modificar tanto a nível do perfeito, quanto a nível do evento. Vimos que o -do participial faz a ligação existencial da eventualidade, e que advérbios cardinais podem modificar eventualidades, mas não a situação como um todo. O perfeito só aceita modificações compatíveis com sua expressão no presente e relativas à habitualidade. Nesse sentido, os predicados IL e os eventos de realização única, do tipo “Ser alto” e “nascer”, respectivamente, têm sua restrição gerada da incompatibilidade da sua concepção na primeira fase, de eventos de acontecimento único, com uma estrutura que expressa majoritariamente habitualidade.

Para além disso, em que lugar exatamente se encaixa numa teoria de tempos perfeitos um tempo perfeito que não expressa perfectividade? Esta pergunta que estava latente no início da discussão também já pode ser respondida com mais tranquilidade: perfeito e perfectividade são coisas completamente diferentes e, felizmente, já temos um arcabouço teórico mais robusto para fazer essa diferenciação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, P.; HOWE, C. Nominal and verbal plurality in the diachrony of the Portuguese Present Perfect. In CABREDO-HOFHERR, P.; LACA, B. (orgs.), **Verbal Plurality and Distributivity**. Berlin, Boston: De Gruyter, 2012. p. 25-54.

BERTINETTO, P. M. Intrinsic and extrinsic temporal reference. On restricting the notion of 'reference time'. In **Journal of Italian Linguistics**, 1982, p. 71-108, 1982.

CABREDO-HOFHERR, Patricia; LACA, Brenda; CARVALHO, Sandra. When perfect means plural: the Present Perfect in Northeastern Brazilian Portuguese. In: CABREDOHOFHERR, Patricia; LACA, Brenda. **Layers of Aspect**. CSLI Publications, 2009. p.67-100.

CAMPOS, L. F. **Uma análise semântica do Pretérito Perfeito Composto no português brasileiro e no espanhol**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2018.

CARLSON, G. N. **Reference to Kinds in English**. Tese de doutorado. University of Massachusetts, Amherst, 1977.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. Mouton, 's-Gravenhage, 1957.

CHOMSKY, N. Current Issues in Linguistic Theory. In FODOR, J. & KATZ, J. (orgs.). **The Structure of Language**, Prentice Hall, 1964. p. 50-118.

COMRIE, B. **Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

DOWTY, D. **Word Meaning and Montague Grammar**. Reidel, Dordrecht, Dordrecht, 1979.

HALLMAN, P. **Instants and intervals in the event/state distinction**. Manuscrito não-publicado, UCLA, 2009.

HARWOOD, W. There are several positions available: English intermediate subject positions. In **Proceedings of ConSOLE XIX**, 2011. p. 1-25.

IATRIDOU, S; ANAGNOSTOPOULOU, E; IZVORSKY, R. Observations about the form and meaning of the perfect. In HALE, K; KENSTOWICZ, M. (orgs.) **A Life in Language**, 189-238. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.

ILARI, R. Notas sobre o passado composto em Português. In **Revista Letras**, n. 55. Curitiba: Editora da UFPR, jan./jun. 2001. p. 129-152.

INOUE, K. An analysis of the English present perfect. In **Linguistics**, v.17, 1979. P. 561–589.

KIPARSKY, P. Event Structure and the Perfect. In BEAVER, D.I. et al. (orgs.) **The Construction of Meaning**, p. 113–136. Stanford CA: CSLI.

KLEIN, Wolfgang. The Present Perfect Puzzle. **Language**, vol. 68, no. 3, 1992.

KLEIN, W. **Time in Language**. London: Routledge, 1994.

KRATZER, A. An investigation of the lumps of thought. In **Linguistics and Philosophy**, v. 12, 1989. p. 607–653

LACA, B. Perfect semantics: How universal are Ibero-American present perfects? In: BORGONOVO, C.; ESPAÑOL-ECHEVARRÍA, M.; PRÉVOST, P. (orgs.), **Selected proceedings of the 12th Hispanic Linguistics Symposium**. 1–16. Somerville, MA : Cascadilla Proceedings Project, 2010.

LANDMAN, F. The progressive. In **Natural Language Semantics** 1/1, 1992.

MCCAWLEY, J. D. Tense and Time Reference in English. In: FILLMORE C.J. & LANGENDOEN, D.T. (Orgs.). **Studies in Linguistic Semantics**. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1971. p.96-113.

MCCAWLEY, J. D. Notes on the English Present Perfect. In **Australian Journal of Linguistics**, 1981.

MITTWOCH, A. Aspects of english aspect: on the Interaction of Perfect, Progressive, and Durational Phrases. In: **Linguistics and Philosophy**, v.11 n. 2, 1988.

MOENS, M. **Tense, Aspect and Temporal Reference**. Tese de doutorado - Centre for Cognitive Science, University of Edinburgh, Edinburgh, Scotland, 1987.

MOENS, M.; STEEDMAN, M. Temporal ontology and temporal reference. In **Computational Linguistics**, v.14, n. 2, p. 15-28. 1988.

MOENS, M.; STEEDMAN, M. Temporal ontology and temporal reference. In MANI, I.; PUTEJOVSKY, J.; GAIZAUSKAS, R. (Orgs.). In **The language of time: a reader**. New York: Oxford University Press, 2005.

MOLSING, K. V. **The present perfect: an exercise in the study of events, plurality and aspect**. Tese de doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

PANCHEVA, R. The aspectual makeup of Perfect participles and the interpretations of the Perfect. In ALEXIADOU, A. RATHERT, M. VON STECHOW, A. (orgs.) **Perfect Explorations**. Mouton de Gruyter, 2003.

PORTNER, P. The temporal semantics and modal pragmatics of the perfect. In **Linguistics and Philosophy**, v.26, 2003. p 459–510.

RAMCHAND, G. Structural Meaning and Conceptual Meaning in Verb Semantics. In **Linguistic Analysis**. V. 39, 2014. p. 211-247.

RAMCHAND, G. The Event Domain. In D'ALESSANDRO, R.; FRANCO, I. (orgs.) **The Verbal Domain**. Oxford University Press, 2017.

RAMCHAND, G. **Situations and Syntactic Structures: Rethinking Auxiliaries and Order in English**. LI Monograph Series n76. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

RAMCHAND, G.; SVENONIUS, P. Deriving the Functional Hierarchy. In **Language Sciences**, Oxford, v.46, 2014. p.152-174.

RAMMÉ, V.; WACHOWICZ, T.C. Análise da expressão do deslocamento no português brasileiro (PB) dentro da nanosintaxe: respostas para a variação. In **VEREDAS: sintaxe das línguas brasileiras**. v.18/1, 2014. p.185 -202.

RAPOSO, E. B. P.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; MOTA, M. A. C. da; SEGURA, L.; MENDES, A. (Coord.). **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. XLVII+XXIII+2409

REICHENBACH, Hans. **Elements of symbolic logic**. New York: The Free Press, 1947.

SMITH, C. **The parameter of aspect**, 2nd edition. Dordrecht: Kluwer, 1997.

SQUARTINI, M. Verbal Periphrasis in Romance: aspect, actionality and grammaticalization. **Empirical approaches to language tipology**, vol. 21. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1998.

TAYLOR, Barry. Tense and continuity. In **Linguistics and Philosophy**, v 1/2, 1977. p.199–220.

STARKE, M. Nanosyntax: A short primer to a new approach to language. **Nordlyd**, Tromso, v. 36, n. 1, 2009. Special issue on Nanosyntax.

VENDLER, Zeno. Verbs and Times. In **Linguistics and Philosophy**. New York: Cornell University Press, 1967.